

(DES)CAMINHOS HISTÓRICOS E HORIZONTES CULTURAIS

Convergências
e divergências
memorialísticas

Fernando Santos da Silva
Ademir Medici
João Tomás do Amaral
Organizadores



parana



Conselho Editorial

Elizabeth Madureira Siqueira – IHGMT

Renilson Rosa Ribeiro – UFSCar

Nileide Souza Dourado – NDIHR/UFMT

Sérgio Henrique Puga da Silva – UFMT

Adrienne de Oliveira Firmo – USP

Adriana Gonçalves Pio – UNIVALE

Daniela Bitencourt Bueno – FMUSP

Madelene Marinho e Silva – UNESP

(DES)CAMINHOS HISTÓRICOS E HORIZONTES CULTURAIS

Convergências e divergências memorialísticas

Fernando Santos da Silva
Ademir Medici
João Tomás do Amaral
Organizadores



São Paulo, SP

2026

© Fernando Santos da Silva, Ademir Medici, João Tomás do Amaral (Orgs.), 2026.

A reprodução não autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

A Paruna segue o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa em vigor no Brasil desde 2009.

A aceitação das alterações textuais e de normalização bibliográfica sugeridas pelo revisor é uma decisão dos organizadores.

S586 Silva, Fernando Santos da.
(Des)caminhos históricos e horizontes culturais:
Convergências e divergências memorialísticas/ Fernando
Santos da Silva, Ademir Medici, João Tomás do Amaral.
-- São Paulo: Paruna, 2026.
198 f. ; 21 cm
ISBN: 978-65-85106-80-1
1. São Paulo. 2. História. 3. Cultura. Grande ABC. I. Título.
CDD: 981.61. 30776098161
CDU: 94(81.56.2)

Coordenação editorial:
Fernando Santos da Silva

Revisão e Normalização Textual:
Humberto Domingos Pastore
Rodrigo Marzano Munari
Mauricio Tintori Piqueira
Nelson Albuquerque Junior

Capa, Editoração e Projeto Gráfico:
Candida Bitencourt Haesbaert – Paruna Editorial

Apoio:



7 solos do mesmo chão

Muito antes das chaminés
Era vila de Santo André
Da Borda do Campo
Do barro vermelho
De um sussurro da Serra do Mar
Terra viva
Antes ainda
só pisada pelos povos tradicionais.

A vila dormiu
Quase dois séculos
Então surgiu
Dos monges beneditinos
A Fazenda São Bernardo
A capela, as comunidades
Os indígenas, o arado.

Vasto território de difíceis caminhos
Promessas improváveis
Futuro em desalinho
Chão de roça, chuvas e sementes
Chão fértil e argiloso
Até ser rasgado por inclementes
trilhos.

Ferrovia transportando mudanças
Do planalto ao porto
Fazendo do vapor os novos ventos
O apito do trem
Homens e mulheres

Incansável vai e vem.
E vêm-se mais do que se vão.

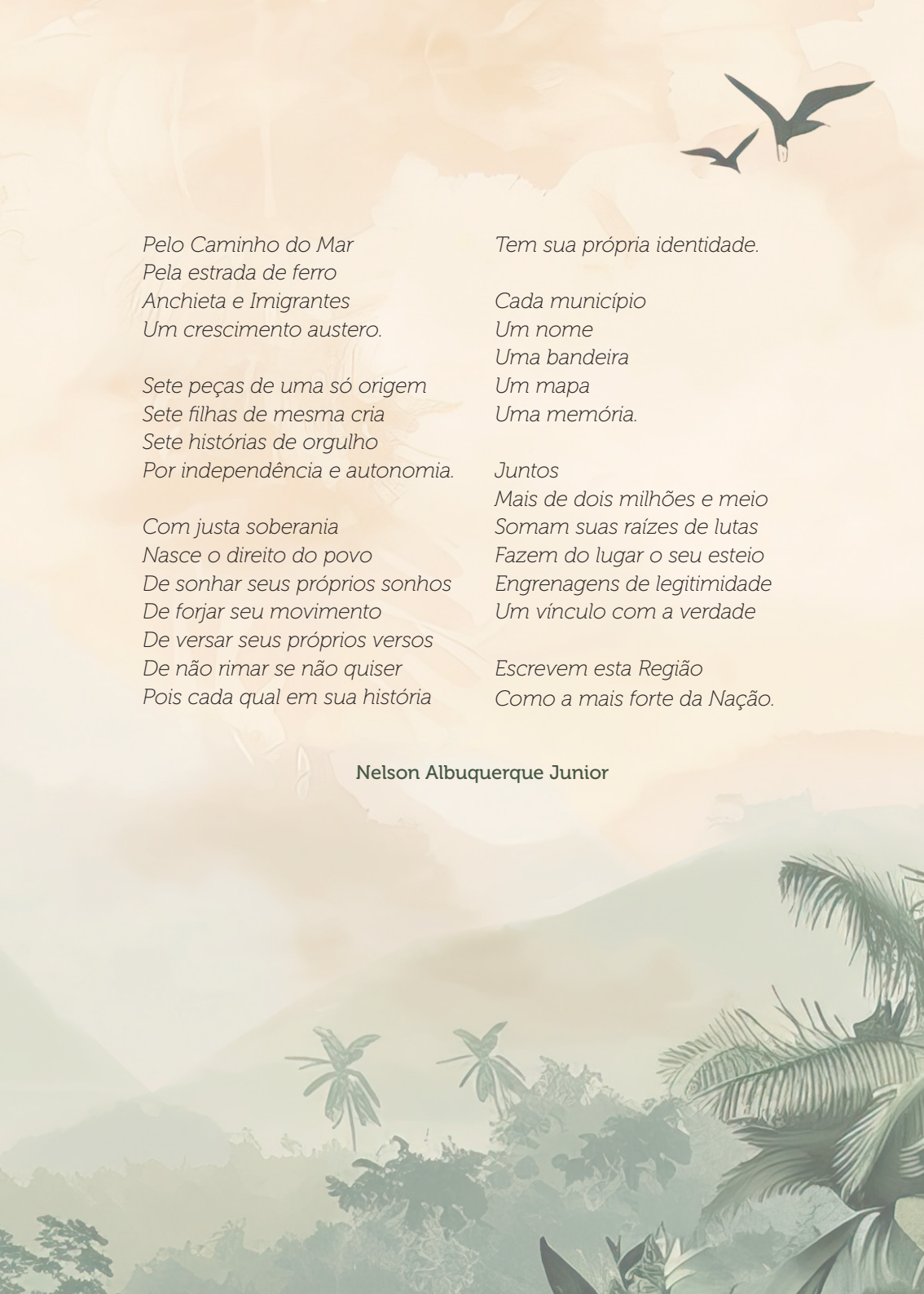
Misturam-se sotaques
Migração, imigração
Crescem vilas, cresce trabalho
Nessa extensa estação.

De pequenas oficinas
A grandes fábricas
Do barro ao concreto
Das penas ao progresso.

Máquinas querem riquezas
Pessoas querem dignidade
Onde antes silêncio
Agora rumores por espaço
Por direitos, por igualdade.

Traçar seu próprio destino
É fundar sua própria cidade.

Santo André se ergue na frente
São Bernardo se firma a seguir
São Caetano ganha manchete
Do povo dizendo que Sim
Mauá começa sua história
Ribeirão Pires conquista a vitória
Diadema coroa a sua vez
E Rio Grande consagra a sua voz.



*Pelo Caminho do Mar
Pela estrada de ferro
Anchieta e Imigrantes
Um crescimento austero.*

*Sete peças de uma só origem
Sete filhas de mesma cria
Sete histórias de orgulho
Por independência e autonomia.*

*Com justa soberania
Nasce o direito do povo
De sonhar seus próprios sonhos
De forjar seu movimento
De versar seus próprios versos
De não rimar se não quiser
Pois cada qual em sua história*

Tem sua própria identidade.

*Cada município
Um nome
Uma bandeira
Um mapa
Uma memória.*

*Juntos
Mais de dois milhões e meio
Somam suas raízes de lutas
Fazem do lugar o seu esteio
Engrenagens de legitimidade
Um vínculo com a verdade*

*Escrevem esta Região
Como a mais forte da Nação.*

Nelson Albuquerque Junior

Memorialistas colocam em prática sonho idealizado pelo Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo

Formado originalmente por pequenos povoados, a hoje reconhecida Região do Grande ABC – constituída por suas sete cidades – não passou durante séculos, de vilarejos paupérrimos. Eram diminutas ‘villas’, (grafadas então com dois ‘ls’), zonas desvalorizadas, subdistritos desprestigiados e, certamente, distritos de pouca grandeza.

Esse cenário mudou com o processo de emancipação de cada um dos municípios, que não foi tranquilo nem pacífico. A população, exausta da condição de vila, soube se mobilizar e sensibilizar os demais moradores para criar fatos favoráveis à autonomia. O diálogo com as autoridades estaduais foi marcado por garra, percorrendo diversas etapas até a formalização das leis que autorizaram a criação das cidades.

A obra que agora chega às suas mãos é o primeiro volume de uma série que busca resgatar e registrar essa emocionante história. O objetivo é trazer à tona as memórias de um passado vivenciado por séculos em Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra.

Este projeto, que finalmente se materializa, foi idealizado pela diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP). A sugestão foi lançada durante o 8º Encontro de Memorialistas, realizado no Campus Barcelona da USCS em 17 de outubro de 2025, e

prontamente aceita por doze pesquisadores da região. A cada um foi dada a missão de narrar, por meio de artigos, os fatos ocorridos durante os movimentos autonomistas.

Tive o privilégio de acompanhar de perto essa ação. Presenciei o entusiasmo com que abraçaram o projeto, vivenciei as dificuldades enfrentadas e acompanhei o amadurecimento de textos que cresciam a cada dia. Atuei como ponte entre idealizadores e articulistas e, por isso, ao receber o convite para prefaciar esta obra, aceitei de imediato e com imensa alegria.

Minha missão aqui é mais simples do que a dos autores. A eles coube o minucioso trabalho de “garimpo” de informações e a construção da narrativa histórica; a mim, cabe a honra de apresentar este trabalho elaborado por mentes fabulosas:

A abertura desta edição fica a cargo de Fernando Santos da Silva, Fabio Mikhail Abou Rejaili Siqueira e João Tomas Amaral, que analisam a participação (in)direta de membros do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo na construção histórica do ABC paulista. A esse vigoroso início soma-se o estudo de Ademir Medici – considerado o “mestre dos memorialistas”, oferece um panorama minucioso das transformações territoriais da região, confrontando as versões oficiais com a realidade histórica no surgimento das sete cidades.

Essa jornada pelo território continua através das vozes de especialistas que trazem o olhar detalhado de cada município. Por Santo André, temos Vanderlei Antonio Retondo e Maurício Tintori Piqueira; em São Bernardo do Campo, o estudo de Jorge Henrique Scopel Jacobine; e o time de São Caetano do Sul é formado por Cristina Toledo de Carvalho, Virgílio Antiqueira e João Tarcisio Mariani. Representando Diadema, contamos com Osmir Pereira da Rocha; em Mauá, Cecília Auxiliadora Bedeschi de Camargo; em Ribeirão Pires, Marcílio de Castro Duarte; e na “caçulinha” Rio Grande da Serra, Roberto Nascimento Anastácio e Evandro Midolli. Para completar

esta seleção, Rodrigo Marzano Munari nos apresenta uma linha do tempo dos movimentos autonomistas do ABC.

Não poderia encerrar esta apresentação sem mencionar um personagem fundamental: o pássaro Saíra-Sete-Cores, símbolo dos Memorialistas do Grande ABC. A escolha deve-se às suas sete cores, que espelham o número de municípios desta importante região paulista. Seu nome científico, *Tangara seledon*, une o Tupi (Tangará, dançarino) ao francês (Seledon, verde-claro).

Embora no passado fosse encontrado em toda a extensão da Mata Atlântica, hoje o Saíra-Sete-Cores resiste bravamente, sendo visto na região apenas em Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra. Pequeno e vibrante, mede cerca de 13,5 centímetros e pesa apenas 18 gramas, mas carrega em si uma explosão de cores: a cabeça em tom turquesa contrasta com o pescoço verde-amarelo e os ombros negros. Sua plumagem é um mosaico que alterna entre o azul-turquesa, o preto e nuances de verde-claro e pálido.

As letras de seu nome popular também remetem ao acrônimo: Sete Anunciadores Independentes Resgatando a Autonomia. Nada mais justo, portanto, que o Saíra-Sete-Cores ilustre a capa do livro *(Des)caminhos Históricos e Horizontes Culturais: convergências e divergências memorialísticas*, que agora se abre para a sua leitura.

Humberto Domingos Pastore

Apresentação

A história da região do Grande ABC remonta a 1553, quando João Ramalho fundou a Vila de Santo André da Borda do Campo. Estratégica por conectar o litoral ao planalto de Piratininga, a vila foi o primeiro povoamento distante da costa na América Portuguesa. Contudo, devido à vulnerabilidade a ataques indígenas e ao desejo de concentrar a defesa, o governador-geral Mem de Sá ordenou, em 1560, a transferência de sua população e foros para o povoamento jesuítico da Vila de São Paulo de Piratininga¹, deixando o território em relativo ostracismo rural.

Durante boa parte do período colonial e imperial, a região foi ocupada por grandes fazendas e caminhos de tropeiros, mantendo uma característica rural e de pouso até meados do século XIX, permanecendo como uma área estratégica de passagem entre o planalto e o litoral.

A região despertou de sua letargia em 1867 com a inauguração da São Paulo Railway (Santos-Jundiaí), a primeira ferrovia paulista. A instalação da Vila de Paranapiacaba como centro operacional para a transposição da Serra do Mar foi o marco divisor; a ferrovia não apenas escoava o café, mas criava estações que funcionavam como embriões urbanos. Esse fluxo de capital, tecnologia e imigrantes permitiu que antigas fazendas e paradas de tropeiros se transformassem em núcleos industriais dinâmicos ao longo dos trilhos.

1 Desde a sua fundação em 1554, a localidade foi designada como “Vila de São Paulo de Piratininga” (ou “São Paulo dos Campos de Piratininga”). Esta denominação prevaleceu até o início do século XVIII, mais precisamente em 1711, quando a elevação da vila à categoria de cidade consolidou o nome atual, São Paulo.

O crescimento desses núcleos levou à restauração da autonomia política da região, inicialmente unificada sob o município de São Bernardo, instalado em 1890. Com a industrialização acelerada e o deslocamento do centro econômico para as proximidades das estações ferroviárias, a sede municipal foi transferida para o bairro da estação em 1938, dando origem ao atual município de Santo André. A partir daí, o desejo de emancipação dos diversos distritos iniciou um processo de desmembramento territorial que configuraria as sete cidades atuais.

As primeiras cidades a se emanciparem desse núcleo original foram São Bernardo do Campo, que recuperou sua autonomia em 30 de novembro de 1944 (Decreto-Lei Estadual nº 14.334), e São Caetano do Sul, oficializada em 24 de dezembro de 1948 (Lei Estadual nº 233). Ambas as cidades aproveitaram a infraestrutura deixada pela ferrovia e o florescente setor industrial para consolidar suas identidades administrativas de forma independente.

Na década de 1950, o movimento emancipacionista atingiu o leste e o sul da região. Mauá e Ribeirão Pires tornaram-se municípios em 30 de dezembro de 1953, através da Lei Estadual nº 2.456. Mauá desenvolveu-se fortemente atrelada à estação ferroviária Pilar, enquanto Ribeirão Pires consolidou sua formação em torno do antigo caminho do mar e dos trilhos que subiam a serra.

Finalmente, a configuração das “Sete Cidades” completou-se com as emancipações de Diadema, em 18 de fevereiro de 1959 (Lei Estadual nº 5.285), e Rio Grande da Serra, em 28 de fevereiro de 1964 (Lei Estadual nº 8.092). Hoje, Paranapiacaba permanece como um distrito histórico de Santo André, preservando a memória da ferrovia que foi a espinha dorsal de um dos maiores polos industriais da América Latina.

Fernando Santos da Silva
Ademir Medici
João Tomás do Amaral
Organizadores

Sumário

**A engenharia política do Grande ABC:
o papel do Instituto Histórico e Geográfico
de São Paulo na formação regional — 14**

Fernando Santos da Silva

Fabio Mikhail Abou Rejaïli Siqueira

João Tomás do Amaral

**A memória como emoção: a construção
histórica do Grande ABC além da burocracia — 27**

Ademir Medici

**Uma vila, dois mundos – Paranapiacaba:
a emancipação fora do horizonte — 50**

Mauricio Tintori Piqueira

Utinga – um sonho autonomista — 70

Vanderlei Antonio Retondo

Aspectos da emancipação de São Bernardo do Campo — 76

Jorge Henrique Scopel Jacobine

São Caetano do Sul: a saga de um ideal que se renova — 91

João Tarcísio Mariani

**Vozes dissonantes de um movimento histórico:
os opositores da autonomia política de São Caetano — 98**

Cristina Toledo de Carvalho

O povo ainda diz sim? — 113

Virgílio Antiqueira

**O processo de emancipação de Mauá:
onde estavam as mulheres? — 120**

Cecília Auxiliadora Bedeschi de Camargo

Gyoapé, o campo esquecido da serra — 136

Marcílio de Castro Duarte

**Sob o manto da Conceição: história
e simbolismo na formação de Diadema — 158**

Osmir Pereira da Rocha

**Dos arquivos da Assembleia Legislativa
de São Paulo: os dois processos de
emancipação de Rio Grande da Serra — 165**

Roberto Nascimento Anastácio

**Irineia José Midolli: a mulher que moldou o
curso da história política de Rio Grande da Serra — 182**

Evandro Midolli

**Marcos históricos da região do Grande ABC
e de seus movimentos autonomistas — 189**

Rodrigo Marzano Munari

Sobre os autores e as autoras — 193

A engenharia política do Grande ABC: o papel do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo na formação regional

Fernando Santos da Silva
Fabio Mikhail Abou Rejaili Siqueira
João Tomás do Amaral

Para além de resgatar o passado e interpelar o presente, esta obra projeta diálogos essenciais para o porvir ao evidenciar o protagonismo do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP). Fundado em 1º de novembro de 1894, o sodalício sempre congregou personalidades proeminentes da trajetória paulista e nacional, alinhando-se com o eixo central da proposta temática intitulada *(Des)caminhos Históricos e Horizontes Culturais: convergências e divergências memorialísticas*, convergindo o rigor da investigação científica à difusão de memórias que, partindo de São Paulo, reverberam em instâncias nacionais e internacionais.

Nesse percurso entre acontecimentos e protagonistas, emergem caminhos para uma imersão documental que revela facetas pouco exploradas da primeira entidade cívico-cultural do Estado de São Paulo. É natural que o leitor sinta um misto de surpresa e fascínio ao descobrir a profunda conexão entre eventos históricos e os membros dessa agremiação. Tais curiosidades não são meras coincidências, mas o reflexo de uma participação orgânica – tanto institucional quanto individual – de seus integrantes nos processos que moldaram a nossa identidade paulista.

Ao longo de mais de treze décadas de existência, o Instituto consolidou um legado edificado por figuras exponenciais, inseridas nos mais diversos estratos da vida social, econômica, política e cultural. Sob essa ótica, destaca-se a influência direta de seus consociados na fundação de pilares administrativos paulistas e brasileiros. A atuação desses membros não se restringiu à preservação acadêmica, mas foi decisiva em momentos críticos e transformadores da nossa história, materializando o compromisso da instituição com o desenvolvimento da sociedade.

Essa herança de protagonismo institucional reflete-se, de maneira pragmática, na própria arquitetura administrativa do território. A atual divisão política do Estado de São Paulo, composta por 645 municípios, não é fruto do acaso, mas de um processo histórico-geográfico que encontrou no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo seu suporte intelectual e técnico. Nesse contexto, a formação das sete cidades do Grande ABC não deve ser vista como um evento isolado, mas como o resultado de uma simbiose entre o rigor acadêmico da instituição e a ação de uma elite intelectual e política que ocupava cargos estratégicos no Estado.

Consolidado como um verdadeiro 'celeiro de estadistas', o Instituto reuniu – e ainda reúne – intelectuais de várias áreas do conhecimento, destacando a área jurídica que, ao assumirem funções em organismos públicos, converteram sua expertise em ferramentas para validar a identidade regional. Essa atuação foi decisiva para organizar a estrutura administrativa paulista sob bases legais sólidas, conferindo legitimidade e robustez ao processo de emancipação dos municípios.

A emancipação das sete cidades do Grande ABC foi viabilizada, em grande medida, pela atuação de membros do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo que ocupavam cargos estratégicos na administração pública, desde os tempos da Monarquia. Esses intelectuais foram os responsáveis por converter o desejo de

autonomia popular em uma realidade legislativa concreta e juridicamente estável¹ e sustentável.

Nesse contexto, destaca-se a Lei provincial nº 38 de 12 de março de 1889, um marco historicamente relevante para a região, pois elevou a Freguesia de São Bernardo à categoria de Vila (município), desmembrando-a da capital. O documento, assinado pelo então secretário de província (cargo equivalente ao atual secretário de Estado) **Estevam Leão Bourroul** (1856-1914) no governo do presidente da província de São Paulo (cargo equivalente ao atual governador do Estado), **Pedro Vicente de Azevedo** (1843-1902), ambos membros fundadores do IHGSP, foi crucial para o que viria a ser o início dos processos de emancipação da Região do Grande ABC.

Essa conexão essencial entre o saber histórico e a ‘caneta administrativa’ manifestou-se, de forma exemplar, na trajetória de quatro figuras centrais. Seus percursos biográficos uniram o rigor intelectual do IHGSP à autoridade do Poder Executivo, selando o destino político da região por meio de leis e decretos fundamentais.

Tabela 1: Quatro pilares.

Nome	Relação com o IHGSP	Papel Administrativo	Contribuição para a Região do ABC
Estevam Leão Bourroul	Membro-Fundador	Secretário de Província	Assinou a Lei nº 38 (Vila de São Bernardo)
Pedro Vicente de Azevedo	Membro-Fundador	Presidente de Província	Governou o estado na criação do município em 1889
Washington Luís Pereira de Sousa	Membro e Historiador	Presidente do Estado / Prefeito	Modernização rodoviária e integração territorial
Altino Arantes Marques	Presidente do IHGSP (1916 – 1922)	Presidente do Estado	Consolidação da autonomia e memória municipal

Fonte: Dos autores.

1 Ressalte-se que tal estabilidade pode ser transitória, uma vez que o ordenamento jurídico frequentemente se adequa a interesses políticos conjunturais. Historicamente, os casos de São Bernardo, Santo Amaro e Penha exemplificam como reconfigurações administrativas alteraram o status jurídico e a autonomia desses entes de acordo com as conveniências da época.

Estevam Leão Bourroul e Pedro Vicente de Azevedo, membros do IHGSP desde 1894 – no final do período imperial, estabeleceram o alicerce jurídico da região. Enquanto Azevedo geria a presidência da província, Bourroul, como secretário, validava as divisas e a autonomia administrativa que deram origem ao primeiro município do ABC.

Washington Luís Pereira de Sousa (1869-1957) – historiador² e membro ativo do Instituto desde 1901, trouxe a visão de integração territorial. Já na República, sua gestão como Governador do Estado de São Paulo foi marcada pela expansão rodoviária e pelo ordenamento geográfico, elementos que permitiram a conexão física entre os núcleos urbanos da região.

Altino Arantes Marques (1876-1965), membro do IHGSP desde 1910 – como Governador do Estado de São Paulo e, posteriormente, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, consolidou a autonomia dos municípios paulistas. Arantes foi o elo que garantiu que a memória e a identidade regional fossem respeitadas nos processos de redivisão territorial do século XX.

Embora tenha sido elevado à categoria de vila e conquistado sua emancipação política em 1889, a trajetória de São Bernardo sofreu um severo retrocesso administrativo durante a era Vargas. Em 30 de novembro de 1938, por força do Decreto-Lei Estadual nº 9.775, o município perdeu sua autonomia e foi rebaixado à condição de distrito, tendo sua sede transferida para a vizinha Santo André. Esse cenário de submissão perdurou até 1944, quando a necessidade de reparação histórica se tornou evidente.

Dessa forma, o Grande ABC não nasceu apenas de movimentos sociais, mas de um projeto de Estado desenhado por homens que viam na história e na geografia as ferramentas essenciais para a construção da cidadania e da autonomia local. Essa arquitetura intelectual

2 Integrou a comissão de história do IHGSP, onde pesquisou, defendeu e publicou diversos temas relacionados a história de São Paulo.

foi sustentada, primordialmente, pelo rigor técnico de **Theodoro Fernandes Sampaio** (1855-1937), membro fundador do IHGSP (1984), cujos estudos geográficos e cartográficos forneceram a base necessária para a delimitação precisa do território. Somava-se a isso a visão de **Ricardo Severo da Fonseca e Costa** (1869-1940), membro do IHGSP desde 1911, que, ao debruçar-se sobre o urbanismo e o desenvolvimento das instituições paulistas, estruturou o pensamento sobre a identidade e a vocação urbana das cidades que compunham a região.

Esse suporte técnico e urbanístico encontrou sua validação narrativa nas obras de **Affonso d'Escragnoille Taunay** (1876-1958), membro do IHGSP desde 1911 – como o grande historiador do bandeirismo, Taunay fundamentou a importância de São Bernardo como o elo vital entre o planalto e o litoral, resgatando o prestígio histórico da região para justificar sua relevância política. Foi esse arcabouço de conhecimento que permitiu a **José Adriano Marrey Junior** (1885-1965), membro do IHGSP desde 1925, agir com autoridade jurídica ao assinar o Decreto-Lei nº 14.334/1944 na qualidade de Secretário Estadual de Justiça.

Tal instrumento legal não foi apenas um ato burocrático, mas o pilar definitivo para a recriação do município de São Bernardo do Campo. Com a força dessa caneta, amparada por décadas de estudos do Instituto, reparava-se o que era considerado uma injustiça histórica e administrativa contra a região, devolvendo-lhe a autonomia e o protagonismo no cenário estadual.

Esse legado de rigor técnico e compromisso com a descentralização política não se encerrou no século XIX; pelo contrário, serviu de alicerce para que novas frentes de autonomia florescessem décadas depois. Sob a mesma lógica de unir o conhecimento geográfico à estratégia política, o processo de desmembramento do antigo território de São Bernardo deu lugar ao surgimento de novas potências municipais.

Na sequência cronológica das emancipações, o papel de **Synésio Teixeira Rocha** (1893-1957), membro do IHGSP desde 1927, foi determinante. Como Secretário Estadual do Interior, ele articulou a Lei Estadual nº 233 de 1948, que elevou São Caetano do Sul³ à categoria de município. A atuação de Rocha demonstra como a experiência técnica acumulada no IHGSP e na Câmara Municipal de São Paulo, por duas gestões, permitiu a precisão necessária para o desmembramento territorial, garantindo que o novo município nascesse com viabilidade administrativa.

A década de 1950 consolidou essa tendência com a gestão de **Lucas Nogueira Garcez** (1913-1982)⁴, governador probo e intelectual do IHGSP (ingresso em 1953). Garcez foi o mentor das Leis Quinquenais, que estabeleciam critérios técnicos de população e renda para a criação de novas cidades. Sob sua influência direta, foi sancionada em 30 de dezembro de 1953 a Lei Estadual nº 2.456, que outorgou autonomia a Mauá e Ribeirão Pires, transformando os anseios das Sociedades Amigos de Bairro em realidades jurídicas incontestáveis.

O suporte jurídico para esse crescimento acelerado teve em Miguel Reale (1910-2006)⁵ – membro do IHGSP desde 1979 – seu maior arquiteto. Através da Assessoria Técnico-Legislativa criada em sua gestão na Secretaria da Justiça, Reale modernizou o fluxo de criação de leis, garantindo robustez aos processos de emancipação.

3 A adoção oficial do complemento “do Sul” ocorreu em 24 de outubro de 1948, data em que a cidade conquistou sua emancipação político-administrativa ao desmembrar-se de Santo André. Essa alteração nominal foi decidida pelo grupo de jovens autonomistas em uma reunião estratégica, motivada pela necessidade de diferenciação em relação ao município de São Caetano, em Pernambuco. A inclusão do sufixo visava, primordialmente, distinguir as duas localidades para evitar conflitos postais e burocráticos, garantindo que o novo município paulista nascesse com uma identidade administrativa clara e única no cenário nacional.

4 A aplicação das Leis Quinquenais sob sua gestão foi o que permitiu o “boom” de autonomias em 1953, transformando distritos industriais em municípios plenos.

5 Além de assinar as leis de 1963, sua criação da Assessoria Técnico-Legislativa permitiu que os processos de emancipação de Diadema e Rio Grande da Serra tivessem um rigor jurídico que evitasse contestações futuras.

Ele foi o idealizador do nome de Diadema, por meio da Lei estadual nº 8.050/1963, e defendia que o Direito deveria refletir o ‘fato social’ da industrialização do ABC, legitimando a região como um polo de poder próprio.

Essa cultura de rigor técnico-legislativo remonta ao final do século XIX, quando o Estado e a capital paulista vivenciaram um avanço organizacional que preparou o terreno para o surgimento do IHGSP. A partir de 1880, instituições como a Comissão Geográfica e Geológica (1886)⁶ e a Repartição de Estatística e Archivo (1892)⁷ consolidaram a presença de nomes que seriam pilares do IHGSP, a exemplo de Orville Adalbert Derby, Theodoro Fernandes Sampaio Johan Albert Constantin Löfgren, também conhecido como Alberto Loefgren e Antonio de Toledo Piza. Foi essa tradição de mapeamento e organização administrativa que forneceu as ferramentas científicas utilizadas décadas depois.

Além dos nomes individuais, o IHGSP atuou como uma ‘âncora institucional’, por meio de órgãos criados posteriormente como Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT)⁸. A precisão técnica de seus membros foi decisiva para estabelecer as divisas

6 Fundada no período provincial (1886) por João Alfredo Correia de Oliveira, a instituição encerrou seu ciclo formal em 12 de agosto de 1931 (Decreto nº 5.161). Longe de extinguir-se, sua estrutura serviu de matriz para a criação de várias outras instituições fundamentais ao Estado.

7 As origens do atual Arquivo Público do Estado de São Paulo remontam ao início da República. A instituição iniciou suas atividades sob o Decreto nº 30 (10/03/1892), na gestão de José Alves de Cerqueira César, e consolidou sua estrutura administrativa meses depois, via Decreto nº 124 (11/11/1892), já no governo de Bernardino de Campos.

8 Os dois primeiros presidentes do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT) eram membros de destaque do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP), instituição que figura como membro nato do CONDEPHAAT desde a sua fundação, em 22 de outubro de 1968 (conforme a Lei Estadual nº 10.247/68). A primeira presidente, Lúcia Piza Figueira de Mello Falkenberg (1925-1997), exerceu dois mandatos consecutivos (janeiro de 1969 a dezembro de 1971); ingressou no IHGSP como sócia honorária em 11 de novembro de 1961, ascendendo à categoria de sócia emérita em 25 de abril de 1984. Seu sucessor na presidência do conselho (1972-1975) foi Aureliano Leite (1886-1976), que integrava o IHGSP desde 1930 e presidiu o próprio Instituto entre 1963 e 1976.

territoriais que hoje conhecemos em Santo André e nas cidades vizinhas. Sem esse respaldo científico e jurídico, os movimentos populares de emancipação, como os de 1953 e 1958, teriam enfrentado barreiras burocráticas intransponíveis junto à Assembleia Legislativa.

Tabela 2: Conexão Legal-Administrativa – IHGSP e as Sete Cidades.

Cidade	Ato Legislativo	Data	Membro do IHGSP vinculado	Papel administrativo no momento
Santo André	Cidade Sede / Matriz	–	Corpo Técnico – IHGSP	Definição de limites territoriais
São Bernardo do Campo	Decreto-Lei nº 14.334	30/11/1944	José Adriano Marrey Junior	Secretário Estadual de Justiça
São Caetano do Sul	Lei Estadual nº 233	24/12/1948	Synesio Teixeira Rocha	Secretário Estadual do Interior
Mauá	Lei Estadual nº 2.456	30/12/1953	Lucas Nogueira Garcez	Governador do Estado de São Paulo
Ribeirão Pires	Lei Estadual nº 2.456	30/12/1953	Lucas Nogueira Garcez	Governador do Estado de São Paulo
Diadema	Lei Estadual nº 8.050	31/12/1963	Miguel Reale	Secretário Estadual de Justiça
Rio Grande da Serra	Lei Estadual nº 8.092	28/02/1964	Miguel Reale	Secretário Estadual de Justiça (Suporte Técnico)

Fonte: Dos autores.

Embora Santo André constitua a base territorial⁹ do qual ocorreram os demais desmembramentos, o IHGSP desempenhou um papel crucial na georreferenciação e na fundamentação jurídica

9 Nesse contexto, cabe ressaltar que a autonomia de São Bernardo, estabelecida originalmente pela Lei nº 38 de 12/03/1889 ao desmembrá-la da Capital, sofreu uma interrupção durante a Era Vargas pelo Decreto-Lei Estadual nº 9.775 de 30/11/1938; este ato rebaixou o município à condição de distrito e transferiu sua sede para Santo André, uma situação de subordinação administrativa que perdurou até a devida reparação ocorrida em 1944.

necessárias para que o município de origem cedesse território às novas autonomias sem insegurança jurídica.

Em suma, a trajetória do Grande ABC está intrinsecamente ligada ao DNA do IHGSP. O Instituto não funcionou apenas como um guardião da memória, mas como o pilar técnico-legislativo que permitiu a transição do antigo distrito 'Borda do Campo' para um majestoso agrupamento de municípios independentes. Reconhecer essa história é compreender que a força política e econômica das sete cidades possui raízes profundas na elite intelectual que soube transformar o saber histórico em ferramentas de gestão pública.

É nessa interação entre o pensamento acadêmico e a prática governamental que a engenharia da autonomia regional se consolida. Ao percorrermos a trajetória das sete cidades que compõem o Grande ABC, constata-se que sua autonomia não foi apenas fruto de um clamor popular isolado, mas o resultado de uma engenharia administrativa meticulosamente legal. O papel do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, personificado nas figuras de Estevam Leão Bourroul, Pedro Vicente de Azevedo, Washington Luís Pereira de Sousa, Altino Arantes Marques, Theodoro Fernandes Sampaio, Ricardo Severo da Fonseca e Costa, Affonso d'Escragnole Taunay, José Adriano Marrey Junior, Synésio Teixeira Rocha, Lucas Nogueira Garcez e Miguel Reale, foi o de traduzir a identidade latente de uma região em dispositivos jurídicos que suportassem a oportunidade e o peso de sua trajetória regional, rumo ao progresso.

O rigor técnico desses 'homens de letras e de Estado' garantiu que o desmembramento do antigo território da Borda do Campo não resultasse, apenas em fragmentação, mas em fortalecimento de cada novo município e de toda a região do Grande ABC. As leis e decretos aqui analisados não foram meras formalidades burocráticas; foram as certidões de nascimento de municípios que, sob o amparo da legitimidade jurídica, puderam organizar os aspectos

administrativos, planejar seu urbanismo, atrair indústrias e expandir o comércio e consolidar amplos serviços públicos visando o bem-estar de milhões de cidadãos.

A contribuição dos membros do IHGSP deixou um legado que transcende os arquivos de papel. Ele está presente no traçado das divisas, na escolha e preservação dos nomes como o 'Diadema' de Reale, e na robustez das instituições locais. A elite intelectual paulista, ao ocupar as secretarias e o governo, deu ao Grande ABC a ferramenta que faltava: o respaldo do Estado para que o enorme potencial, se transformasse em soberania política, econômica, social e cultural da região.

Hoje, quando olhamos para o Grande ABC como um polo de força econômica e identidade cultural brasileira, devemos tributo àquela geração que soube unir o conhecimento histórico à visão de futuro. O IHGSP, como guardião dessa memória, com atuação (in)direta de seus membros nas autonomias dos municípios do Grande ABC, por quase 75 anos (1889 – 1964), continua a ser um dos primorosos elos que nos permite entender que, por trás de cada chaminé de fábrica ou centro comercial, existe uma base sólida de pensamento geográfico e compromisso administrativo.

Almejamos que estas análises e reflexões, contribuam juntamente com o conteúdo da obra ***(Des)caminhos Históricos e Horizontes Culturais: convergências e divergências memorialísticas***, não apenas como um registro do passado, mas sim, como ponto de partida para que as futuras gerações de gestores e memorialistas, se fundamentem nestes fatos históricos e políticos como pilares estruturantes para a compreensão da nossa história. A trajetória do Grande ABC nos ensina que a autonomia é um direito que se conquista no espaço público por intermédio da organização da sociedade civil, mas que se consolidam, através da lei, da técnica e, acima de tudo, do profundo respeito às raízes que sustentam o chão paulista.

Referências

Acervo:

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Diário do Grande ABC – Coluna Memória.

Fundação Pró-Memória – *Revista Raízes*.

Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

Bibliográficas:

BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. *Miguel Reale e o Pensamento Jurídico Brasileiro*. São Paulo: Saraiva, 2010.

CALDEIRA, Jorge. *ABC: a história do Grande ABC*. São Paulo: Ex Libris, 1992.

GARCEZ, Lucas Nogueira. *Relatórios de Governo (1951-1955)*. São Paulo: *Imprensa Oficial do Estado*, 1955.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. São Paulo: IHGSP, vários volumes (1925, 1927, 1953 e 1979).

MARREY JUNIOR, José Adriano. *Estudos e Pareceres*. São Paulo: Saraiva, 1945.

MÉDICI, Ademir. Aquelas damas de Mauá: elegantes, sóbrias, deram vida à cidade, fizeram o bem. Agora são redescobertas. *Diário do Grande ABC*, Santo André, 3 ago. 2024. Disponível em: <https://www.dgabc.com.br/Noticia/4273361/aquelas-damas-de-maua-elegantes-sobrias-deram-vida-a-cidade-fizeram-o-bem-agora-sao-redescobertas>. Acesso em: 2 jan. 2026.

MÉDICI, Ademir. Duas cidades, duas histórias: Com novas informações, um presente de Fabio Siqueira à memória do Grande ABC. *Diário do Grande ABC*, Santo André, 31 jul. 2024. Disponível em: <https://www.dgabc.com.br/Noticia/4273027/duas-cidades-duas-historias-com-novas-informacoes-um-presente-de-fabio-siqueira-a-memoria-do-grande-abc>. Acesso em: 5 jan. 2026.

MÉDICI, Ademir. Exclusivo: o IHGSP e o Grande ABC e o DNA de cinco cidades; o instituto presente, referendando a formação. *Diário do Grande ABC*, Santo André, 27 jul. 2024. Disponível em: <https://www.dgabc.com.br/Noticia/4272686/exclusivo-o-ihgsp-e-o-grande-abc-e-o-dna-de-cinco-cidades-o-instituto-presente-referendando-a-formacao-regional>. Acesso em: 10 jan. 2026.

MEDICI, Ademir. *Migração e Urbanização a Presença de Caetano na Região do ABC*. São Paulo: Hucitec, 1993.

MEDICI, Ademir. *São Bernardo do Campo: 200 anos depois*. São Bernardo do Campo: PMSBC, 2012.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades pesquisas, cidades relacionadas, cidades imaginárias. *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, v. 27, n. 53, pág. 11-23, junho de 2007. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882007000100002&lng=en&nrn=iso. Acesso em: 30 dez. 2025.

PONTES, Felício. *Memórias de São Bernardo*. São Paulo: Typographia Brazil, 1944. (Relato histórico fundamental sobre a luta pela autonomia na década de 1940).

REALE, Miguel. *Memórias*: v. 1 – Destinos Cruzados. São Paulo: Saraiva, 1986.

SÃO PAULO (Estado). *Decreto-lei n. 14.334*, de 30 de novembro de 1944. Cria o município de São Bernardo do Campo e dá outras providências. São Paulo: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 1944.

SÃO PAULO (Estado). *Lei n. 2.456*, de 30 de dezembro de 1953. Dispõe sobre o Quadro Territorial, Administrativo e Judiciário do Estado, para o quinquênio 1954-1958. [Cria os municípios de Mauá e Ribeirão Pires]. São Paulo: Imprensa Oficial, 1953.

SÃO PAULO (Estado). *Lei n. 233*, de 24 de dezembro de 1948. Fixa o Quadro Territorial, Administrativo e Judiciário do Estado, para o

quinquênio 1949-1953. [Cria o município de São Caetano do Sul]. São Paulo: Governo do Estado, 1948.

SÃO PAULO (Estado). *Lei n. 8.050*, de 31 de dezembro de 1963. Dispõe sobre o Quadro Territorial, Administrativo e Judiciário do Estado, para o quinquênio 1964-1968. [Cria o município de Diadema]. São Paulo: ALESP, 1963.

SÃO PAULO (Província). Lei nº 38, de 12 de março de 1889. Eleva à categoria de villa a freguesia de S. Bernardo. In: *Leis e Decretos da Província de São Paulo de 1889*. São Paulo: Typographia King, 1889. p. 34.

SILVA, Fernando Santos da. *Manipulando Almas: a construção do imaginário paulista na Primeira República*. 2ª ed. São Paulo: Paruna, 2024.

SILVA, Fernando Santos da; PIQUEIRA, Maurício Tintori. Governantes paulistas. In: CALDEIRA, João Ricardo de Castro e ODALIA, Nilo (Org.). *História do Estado de São Paulo: a formação da unidade paulista*. São Paulo: Imprensa Oficial/Editora UNESP/Arquivo do Estado, 2010, v. 3, p. 67-298.

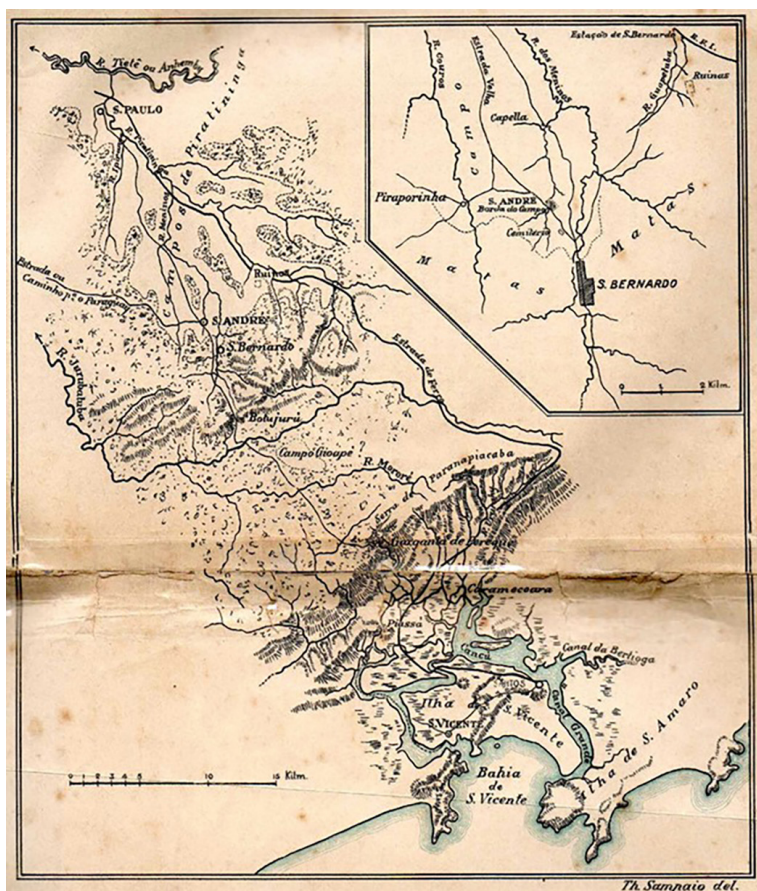
SILVA, Fernando Santos da; PIQUEIRA, Maurício Tintori. Os municípios do estado de São Paulo. In: CALDEIRA, João Ricardo de Castro e ODALIA, Nilo (Org.). *História do Estado de São Paulo: a formação da unidade paulista*. São Paulo: Imprensa Oficial/Editora UNESP/Arquivo do Estado, 2010, v. 3, p. 9-66.

SIMONSEN, Wallace. *A Autonomia de São Bernardo*. São Bernardo do Campo: Edição do Autor, 1944.

A memória como emoção: a construção histórica do Grande ABC além da burocracia

Ademir Medici

Figura 1: A Borda do Campo.



Fonte: IHGSP.

Início do século XX, na planta de Theodoro Sampaio, a Borda do Campo. No desenho maior, o autor cita ruínas próximas à estrada de ferro, centro atual do Município de Santo André. No desenho menor, a Vila de Santo André no centro do triângulo formado pela Vila de São Bernardo (atual Centro de São Bernardo “do Campo”), Piraporinha (hoje bairro de Diadema) e a capela erigida pelos monges beneditinos. Segundo Theodoro Sampaio, a sede da vila quinhentista de João Ramalho ficaria próxima ao atual Cemitério de Vila Euclides.

Prezados memorialistas,

Segue-se resumo de uma série de levantamentos que se preocupam em entender e difundir a formação político-administrativa do Grande ABC.

Estas anotações tiveram origem no nosso trabalho cotidiano no *Diário do Grande ABC*, com destaque para a coluna Memória, iniciada em setembro de 1987, e que se transformou em página Memória. Coluna/página é publicada diariamente desde o início da série. E pode ser acompanhada pela Internet: www.dgabc.com.br.

Museus, bibliotecas e centros de memória das sete cidades que formam o Grande ABC mantêm fundos destinados à página memória, com recortes diários feitos pelos caríssimos funcionários das várias instituições.

Para este livro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo separamos dois capítulos: 1) Cronologia e 2) Memória oral: a prática da falação e do documento.

1. Cronologia

Século a século, o Grande ABC dá os seguintes saltos históricos:

- **Século XVI** – Formação, oficialização e extinção da Vila de Santo André da Borda do Campo.

- **Século XVII** – Início da formação das grandes fazendas.
- **Século XVIII** – Ocupação destas fazendas, entre elas as dos beneditinos, situadas nos atuais Municípios de São Bernardo e São Caetano, e Fazenda Oratório, abrangendo parte considerável do atual território de Santo André, dentro dos Distritos de Utinga e Capuava, e atingindo partes do atual Município de Mauá e Zona Leste de São Paulo.
- **Século XIX** – Constituição da Freguesia de São Bernardo, o equivalente a um distrito de São Paulo, Capital, ocupando o espaço aproximado do que é o Grande ABC hoje.
- **Século XX** – Período da transformação do rural em urbano, da industrialização acelerada, da formação da Represa Billings (a partir dos anos 20), dos grandes loteamentos urbanos, da construção da Via Anchieta e da Rodovia dos Imigrantes e, a partir dos anos 60, das favelas. Formam-se os sete municípios que constituem o Grande ABC, todos originados da antiga Freguesia e, depois, Município de São Bernardo.
- **Século XXI** – Neste primeiro um quarto de século é possível, ainda, visualizar antigas chácaras transformadas em indústrias de ponta e ocupadas por conjuntos habitacionais de várias classes e pelo setor terciário e de serviços, dentro do fenômeno da desindustrialização. O sistema rodoviário vê cruzar a região o Rodoanel Mario Covas, em grande parte pela chamada área dos mananciais.

Síntese dos últimos 100 anos

Pode-se afirmar que a história contemporânea do Grande ABC, entendida a partir da transformação da antiga Freguesia de São Bernardo em município – a 12 de março de 1889 – está dividida em três grandes blocos:

- I. A história dos avanços e recuos, quando se observam tentativas, êxitos ou fracassos em separações de distritos para depois se buscar formas de unificação e integração através de convênios, consórcios e atividades conjuntas.
- II. A história do planejamento segmentado. A região, em todas as suas fases do período, preocupa-se com o planejar urbano. Desenvolve projetos. Apresenta soluções urbanísticas. Mas não dá sequência a um programa mínimo de planificação.
- III. A história da não participação popular. Isto é crônico. A população, formada por nacionais, migrantes/imigrantes, participa de campanhas reivindicatórias. Pressiona, politicamente. Mas nunca é chamada a participar de planos de governo. Muitas vezes ela é manipulada, até mesmo nos movimentos separatistas.

O certo é que o Grande ABC, no século XX, sempre foi ligado a uma minoria de brasileiros e imigrantes que não acreditava numa ideia muito difundida no final do século XIX. A ideia sempre de uma grande divisão entre as nações do mundo, onde os chamados povos empreendedores cuidariam da industrialização, cabendo às nações da América Latina, da Ásia, da África, a tarefa de produzir produtos agrícolas.

Esta divisão das nações é estudada pelo brasilianista John French tendo por base a experiência do Grande ABC. Algo que podemos chamar de percussão dos movimentos recentes no campo social-trabalhista que levaram a região às manchetes nacionais e internacionais a partir das greves históricas de 1978 a 1983.

A formação dos municípios

A resenha a seguir despreza, no seu conjunto, as regras seguidas pelo oficial para determinar a data de surgimento de cada um dos sete municípios do Grande ABC de hoje. As datas oficialmente

comemoradas aparecerão no resumo comparativo ao final de cada tópico. A ideia é oferecer subsídios para novas reflexões sobre as nossas datas oficiais.

Aqui, busca-se compreender cada um dos sete grandes pedaços do Grande ABC como territórios que nasceram, cresceram e chegaram a formar cada uma das sete cidades, sem solução de continuidade no espaço e no tempo. Aliás, uma regra sempre defendida pelo pesquisador Wanderley dos Santos, autor do livro já clássico que se chama Antecedentes históricos do ABC paulista (1992).

Santo André

Nasce com a inauguração, em 1867, da Estrada de Ferro São Paulo Railway, a 'Inglês'. No ponto da estrada mais próximo da Vila de São Bernardo (hoje município de São Bernardo do Campo) foi inaugurada, no mesmo 1867, uma estação ferroviária, que recebeu o nome de São Bernardo. Ao redor da estação iria nascer, nas últimas décadas do século XIX, um núcleo, que depois se transformaria no centro urbano e histórico do atual Município de Santo André.

O nome Santo André, inspirado na denominação da quinhentista Vila de Santo André da Borda do Campo, surgiria apenas em 1910, com a elevação da Estação São Bernardo à condição de distrito de paz. O distrito integrava o Município de São Bernardo, cuja sede estava instalada na Rua Marechal Deodoro, centro atual de São Bernardo do Campo.

O Distrito de Santo André, ao longo de uma boa parte do século XX, cresceu mais que a sede do município, chamada de Vila, a Vila de São Bernardo. Sua população e economia eram maiores, graças às indústrias que se instalaram junto à estação e no vale do Rio Tamanduateí.

Este crescimento de Santo André foi o principal argumento utilizado no período do Estado Novo para que, em 1938, duas decisões geopolíticas fossem tomadas:

- I. A modificação do nome de Município de São Bernardo para Município de Santo André;
- II. A transferência da sede do município da Vila de São Bernardo para o antigo bairro da estação, agora distrito de Santo André, sede do Município de Santo André.

Tais mudanças mexeriam com os brios da gente de São Bernardo. Assim, com São Bernardo, na década de 1940, começaria, logo após o fim do Estado Novo, uma série de movimentos que dividiriam a região. Houve primeiro a formação do ABC. Depois com a consolidação do Grande ABC, subdividido nos atuais sete municípios autônomos.

Resumo:

- **O OFICIAL** – Santo André comemora seu aniversário reportando-se ao 8 de abril de 1553, data da oficialização de uma outra Santo André, a da Borda do Campo (1550-1560).
- **O CERTO** – o atual município começa a ser formado com a inauguração da estrada de ferro, em 16 de fevereiro de 1867. Era a Estação de São Bernardo. Esta se restringia aos arredores do ponto em que se localizou a parada dos trens da estrada de ferro “São Paulo Railway”.

O nome Santo André surge em 1910, com a criação do Distrito de Santo André. Em 1938 passa a ser sede de toda a região, que por seis anos se chamará Município de Santo André, em substituição ao antigo Município de São Bernardo.

São Bernardo do Campo

As origens do município prendem-se à formação, em 1717, de uma fazenda dos monges beneditinos, cuja sede foi localizada na antiga Borda do Campo, entre o Rio dos Meninos e o Caminho do Mar. O Caminho do Mar recebeu, depois, o nome de Estrada do Vergueiro e hoje Avenida Senador Vergueiro, no Bairro de Rudge Ramos.

Coube aos beneditinos a escolha do nome São Bernardo para a fazenda, que teve índios e negros escravos. Ao redor da Fazenda São Bernardo surge um povoado que se desenvolve ao longo do século XVIII. Um povoado em terras particulares dos religiosos beneditinos e que vai se caracterizar como um bairro que se dispersou de São Paulo.

O ponto aglutinador dos moradores locais era a capela de São Bernardo. No início do século XIX, estes moradores reivindicam a criação daquela que seria a primeira paróquia do Grande ABC, como forma de garantir a presença permanente de um sacerdote no local. O pedido encontra eco, mas tem oposição na abadia de São Bento. Afinal, a fazenda era propriedade particular dos beneditinos.

A paróquia foi criada em 1812. Cria-se a Freguesia de São Bernardo, outra conquista da população. Mas estabelece-se uma grande celeuma entre o bispo de São Paulo e o abade de São Bento, fato que requer a interferência, até mesmo, do príncipe regente.

A alternativa foi escolher um espaço no mesmo território da antiga Borda do Campo, mas fora do território dos beneditinos.

A primeira sede da freguesia, nos arredores do espaço hoje ocupado pelo Cemitério da Vila Euclides, é provisória. A sede definitiva é implantada junto ao Rio dos Meninos e Caminho do Mar, com o traçado da atual rua Marechal Deodoro e suas transversais.

Ali será erguida a igreja definitiva, elegendo-se como padroeira Nossa Senhora da Boa Viagem.

Nascia a nona freguesia da cidade de São Paulo, Freguesia de São Bernardo, que vai se incorporar às Freguesias da Sé, Cotia, Guarulhos, Juqueri (Mairiporã), Santo Amaro, do Ó, Penha de França e Santa Efigênia.

A Freguesia de São Bernardo, semente do Grande ABC, seria elevada à condição de município autônomo em 1889, graças a um movimento popular integrado pelo pároco, pelos líderes comunitários e pelos imigrantes. Mudaria o nome para Santo André em 1938.

A partir da década de 1940, o Município de Santo André, ex-São Bernardo, começaria a ser subdividido. E se transformaria em sete municípios.

Resumo:

- **O OFICIAL** – São Bernardo disputou com Santo André o direito de comemorar seu aniversário como se tivesse surgido em 8 de abril de 1553. No verdadeiro “braço de ferro” travado em 1953 – ano do IV centenário da vila de Ramalho – o prefeito de São Bernardo, Lauro Gomes, agiu politicamente; o prefeito abre a mão do dia 8 de abril. Determina à sua assessoria que fosse encontrada uma outra data, mantendo-se o ano 1553. Descobriu-se, então, no calendário litúrgico, o 20 de agosto, Dia de São Bernardo, padroeiro da cidade. E o 20 de agosto incorporou-se, oficialmente, aos festejos anuais da cidade, a partir de 1953.
- **O CERTO** – o atual município de São Bernardo começa a ser formado em 1717, com a criação da Fazenda São Bernardo, dos beneditinos. Resta pesquisar o dia e o mês. Em 1812, o antigo povoado é elevado à categoria de freguesia. Em 1889 a freguesia é promovida a município, com abrangência sobre toda a região. Em 1938, seu nome é mudado para

Santo André, com a sede sendo transferida para o Distrito de Santo André. Em 1944, a área do Município de Santo André é dividida em dois municípios: Santo André (abrangendo São Caetano, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande) e São Bernardo do Campo (abrangendo os bairros do futuro distrito e município de Diadema).

O município de São Bernardo do Campo é instalado em 1º de janeiro de 1945. O apêndice “do Campo”, alusivo à Vila de Santo André da Borda “do Campo”, foi uma forma adotada para diferenciar o novo São Bernardo do antigo São Bernardo que, em 1938, virou Santo André. Tanto que toda documentação da primitiva Câmara Municipal de São Bernardo e da Prefeitura de São Bernardo permanece em Santo André, no acervo do Museu Municipal Dr. Octaviano Armando Gaiarsa.

São Caetano do Sul

A formação do Município de São Caetano do Sul, no velho Tijucuçu, assemelha-se à formação do Município de São Bernardo do Campo. No mesmo 1717 em que os beneditinos criaram a Fazenda São Bernardo, criaram também a Fazenda São Caetano. Religiosos, índios e negros escravos ocuparam a fazenda. O nome São Caetano deve-se, também, à escolha dos beneditinos.

Na década de 1870, o governo imperial desapropria as duas fazendas – e mais a Fazenda Jurubatuba, em São Bernardo. E cria os Núcleos Coloniais de São Bernardo e São Caetano, que foram fundados em 1877 e destinados à mão-de-obra de imigrantes europeus.

As duas primeiras levas de imigrantes que chegam à antiga Fazenda São Caetano são constituídas de italianos. Eles dedicam-se ao trabalho na terra, mas logo cedem seus lotes às primeiras indústrias extrativas.

O crescimento industrial de São Caetano é lento. Em 1910 ocupa um modesto quinto lugar na economia do Município de São Bernardo.

Sua elevação a distrito registra-se em 1916. Depois disto, São Caetano tenta duas vezes a emancipação político-administrativa, conquistando-a em 1948. Equiparava-se, então, a Santo André na liderança econômica da região, apesar de ocupar uma área pequena no conjunto regional.

Resumo:

- **O OFICIAL** – Comemora seu aniversário em 28 de julho, data alusiva à chegada da primeira leva de imigrantes italianos, em 1877.
- **O CERTO** – Já havia vida organizada na cidade desde 1717, com a fundação da Fazenda São Caetano, pelos monges beneditinos e seus escravos. O 28 de julho, historicamente lembrado, é uma data importante, mas que deveria ser caracterizada dentro do seu contexto.

São Caetano foi elevado a distrito em 1916 e obteve a emancipação político-administrativa em 1948, quando da realização do primeiro plebiscito na região, fato ocorrido em 24 de outubro. Sua instalação data de 1º de janeiro de 1949. São Caetano recebe o apêndice “do Sul” no nome, para diferenciá-lo de um município homônimo de Pernambuco.

Diadema

Povoação é formada no início do século XVIII, quando do desenvolvimento dos povoados vizinhos de São Bernardo e Santo Amaro. Uma das versões do caminho do mar, cruzando o território, propiciou a ocupação de vários de seus espaços por sítios dispersos. Isto levou a população a construir uma pequena capela.

Entre os moradores locais, do então chamado Bairro Acuri ou Guacuri, na Borda do Campo, estava o padre Salvador Pires Santiago. Em 1735, coube ao sacerdote doar uma área para a construção de uma capela maior, em louvor a Nossa Senhora da Conceição. Esta capela foi construída na altura do número 699 da atual Rua Manoel da Nóbrega – entre as Ruas Henrique Dias, General Rondon e Euclides da Cunha. Passou a ser frequentada pelos sitiantes da região residentes no ponto de passagem para o litoral dos moradores de Santo Amaro, Itapeperica e Embu.

A capela resistiria ao longo dos séculos XVIII e XIX para desaparecer, de vez, no início do século XX. Suas ruínas foram vistas pelo historiador Nutto Santana no início dos anos 40.

Toda a área central do que é hoje Diadema chamava-se, então, Vila Conceição. Receberia o nome de Diadema em 1948, por sugestão de um morador ilustre, o jurista Miguel Reale, quando da elevação do lugar à categoria de distrito do município de São Bernardo.

Dez anos depois, em 1958, quando mais de 200 distritos de municípios paulistas requereram à Assembleia Legislativa a realização de plebiscito para decidir sobre a emancipação de cada um, Diadema estava no meio. O plebiscito local realizou-se em 24 de dezembro de 1958. Venceu o sim da emancipação. E a emancipação foi sacramentada pela lei estadual 5285, de 18 de fevereiro de 1959. A instalação do município de Diadema ocorreria em 1º de janeiro de 1960.

Resumo:

- **O OFICIAL** – Na comemoração anual de sua emancipação político-administrativa, Diadema reporta-se ao 8 de dezembro, dia da sua padroeira, Imaculada Conceição. A contagem é iniciada 1959, ano em que a lei estadual 5285, de 18 de fevereiro, oficializa a separação do Distrito de Diadema do Município de São Bernardo.

- **O CERTO** – Diadema nasce ao redor de uma capela, construída em 1735. A região era conhecida por Acuri ou Guacuri. O nome Diadema é de 1948, o ano em que o lugar foi elevado a distrito. O plebiscito que elevará Diadema à condição de município autônomo realiza-se em 24 de dezembro de 1958. E sua instalação registra-se em 1º de janeiro de 1960.

Mauá

Cassaquera, que na linguagem tupi-guarani pode ser interpretada como Cercados Velhos, e Caguaçu (Mata Grande) são nomes primitivos do atual Município de Mauá. Nomes encontrados ao longo do século XVIII. É neste período que Mauá passa a ser atingido pelo povoamento disperso proveniente de São Paulo.

Sítios isolados continuariam a caracterizar o território de Mauá no início do século XIX.

Dos antigos proprietários, alguns nomes se destacam: mestre de campo Antonio Pires de Ávila, coronel Alexandre Barreto e capitão João Franco da Rocha. Este último adquire grandes áreas no lugar em 1785. Forma uma fazenda – a Fazenda Bocaina. Amplia a propriedade, motiva a vinda de parentes, entre os quais o seu sobrinho, capitão Bento Barbosa Ortiz.

Ortiz constrói o casarão com características de casa bandeirista no início do século XIX. No casarão nasceria João José Barbosa Ortiz, o futuro capitão João, nome perpetuado na avenida central da Mauá dos dias de hoje.

É possível relacionar nomes de outros sítiantes, mas o certo é que a formação de uma coletividade no local se dará apenas com as obras ferroviárias, em especial com a inauguração de uma estação chamada Pilar, em 1882. O nome Pilar é uma referência à capela do Pilar, ponto convergente da população esparsa de então.

Em torno da estação do Pilar surgirá um povoado. Virão as primeiras indústrias cerâmicas já no século XX. O nome Mauá, em substituição ao primitivo Pilar, será dado à povoação em 1926, homenageando-se o empresário brasileiro Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá, idealizador da estrada de ferro São Paulo Railway e que chegou a ser proprietário do casarão construído pelos Ortiz.

Mauá, o antigo Pilar, é elevado a distrito de paz em 1934. Obtém a autonomia político-administrativa em plebiscito realizado a 22 de novembro de 1953. O Município de Mauá será instalado em 1º de janeiro de 1955.

Resumo:

- **O OFICIAL** – aqui também influenciou decisivamente a Igreja Católica. Mauá celebra a sua autonomia em 8 de dezembro, feriado municipal e dia da Imaculada Conceição. O ano referencial é 1954, 1º de janeiro, data em que o distrito de Mauá recebe os foros de município.
- **O CERTO** – com o nome Pilar, Mauá começa a ser formar ao redor da estação ferroviária local, inaugurada em 1883. O nome Mauá é oficializado em 1926. O Distrito de Paz surge em 18 de outubro de 1934. O plebiscito que eleva Mauá a município foi realizado em 22 de novembro de 1953.

Ribeirão Pires

No início do século XVIII, as terras que formam o atual Município de Ribeirão Pires integravam o território genericamente chamado de Caaguaçu, uma extensão de São Miguel Paulista, a antiga Aldeia de Ururai. A ligação local com São Paulo fazia-se através de Itaquera e Aricanduva.

Um primeiro povoado local seria formado ao redor da capela de Nossa Senhora do Pilar, obra mandada construir por Antonio Corrêa

de Lemos em pagamento de uma promessa. A fundação da capela data de 1714 e apenas em 1738 é registrado o primeiro sepultamento em cemitério que ficava nos fundos do templo.

A capela, o cemitério, os primeiros sepultamentos, tudo isso mostra que Pilar deve ser apontado como o berço de Ribeirão Pires. Pois foi ao redor da capela que se fixaram antigos brasileiros, em especial ao longo dos séculos XVIII e XIX. Mas foi um crescimento lento.

Em 1765, mais de 30 anos, portanto, após a fundação da capela do Pilar, o Censo realizado indicava a existência de 112 moradores em todo o Caaguaçu. E a maioria destes moradores ocupava terras que depois serviriam aos bairros urbanos de Guaianases e Itaquera, na zona leste paulistana. O povoado ao redor da capela do Pilar se resumia a algumas casinhas abaixo da colina e a outras espalhadas pela vasta mata.

Já a expressão “Ribeirão Pires” tem origem na família do mestre de campo Antonio Pires de Ávila, com terras e residência na vizinha Cassaquera, território do futuro município de Santo André. No início do século XIX, Antonio Pires pede e obtém o prolongamento de sua sesmaria até Caaguaçu, às margens do Rio Grande. Daí a expressão Ribeirão dos Pires, futuro nome da cidade.

A segunda metade do século XVIII mostra um quase abandono do lugarejo.

No início do século XIX, mesmo com a criação da Freguesia de São Bernardo, o já chamado Bairro do Pilar, que nascera junto ao Bairro do Caaguaçu, era parte integrante da Freguesia da Sé. Em 1818, passaria à jurisdição da Freguesia do Senhor Bom Jesus de Matozinho do Brás. Somente em 1831 seria anexado à Freguesia de São Bernardo, cuja sede era muito mais próxima.

A denominação Ribeirão Pires se popularizava, mas como sítio. Bairro era o Pilar. A estrada para São Bernardo era conhecida como Caminho do Pilar.

A expressão Ribeirão Pires se consagra quando da inauguração da estação ferroviária local, em 1885, e com a criação do núcleo colonial, em 1888. Em torno da estação e junto às linhas coloniais é que nascerá uma nova cidade, origem do atual perímetro urbano central de Ribeirão Pires.

No final do século XIX, Ribeirão Pires é elevado à categoria de Juizado de Paz – o segundo da região, com jurisdição sobre a linha Mauá a Paranapiacaba. Criado em 1896, o Juizado é instalado em 1897. Mais de 50 anos depois, Ribeirão Pires obtém a emancipação político-administrativa, através de plebiscito realizado em 22 de novembro de 1953. O município de Ribeirão Pires, ao lado do município de Mauá, é instalado em 1º de janeiro de 1955.

Resumo:

- **O OFICIAL** – é mais um caso, no Grande ABC, de influência da Igreja Católica. Ribeirão Pires opta pelo 19 de março, dia do padroeiro São José, para comemorar seu aniversário de autonomia. A exemplo de Mauá, também se reporta a 1º de janeiro de 1954, data em que recebe os foros de município.
- **O CERTO** – Ribeirão Pires nasce ao redor da capela do Pilar Velho, de 1714, data também reconhecida pelo Poder Público local. Foi elevado a distrito de paz em 22 de junho de 1896, com abrangência sobre a linha entre Pilar (Mauá) e Alto da Serra (Paranapiacaba). Pertencia, então, ao município de São Bernardo. Separa-se de Santo André através do plebiscito da autonomia também foi realizado em 22 de novembro de 1953.

Rio Grande da Serra

No quinhentismo, o território que hoje forma Rio Grande da Serra tinha a denominação de Jeribatiba ou Jurubatuba, expressões indígenas que significam “o palmar ou sítio dos jiribás”. Suas terras faziam parte da Vila de São Paulo de Piratininga e permaneceriam desabitadas até o século XIX.

A partir da fundação da Vila de Mogi das Cruzes, em meados do século XVIII, todo o território se transforma em ponto de passagem de tropeiros, condutores de sal, que percorrem o chamado Caminho de Zanzalá, na interligação Santos-Mogi das Cruzes.

Duas datas se tornarão marcantes, desde então: 13 de maio de 1722, dia em que o rei de Portugal ordena a vedação do caminho, com o propósito de impedir o acesso às minas de Ouro de Cuiabá; e 13 de março de 1837, data em que o governo autoriza a reabertura do caminho, depois de mais de 110 anos.

A expressão Rio Grande é do século XIX. Vem do rio que corta a cidade, o Rio Grande, um dos formadores da Represa Billings e que até o oitocentismo era chamado de rio Jurubatuba.

O núcleo central do atual município nasceria com a passagem da estrada de ferro. O projeto da “São Paulo Railway” indicava que ali deveria ser criada uma estação intermediária, o que de fato aconteceu, dando-se a sua abertura na data de inauguração da ferrovia, 16 de fevereiro de 1867.

O povoado de Rio Grande desenvolve-se lentamente. Chegaria a distrito apenas em 1953 e obteria a emancipação político-administrativa em 1964, separando-se de Ribeirão Pires e recebendo o atual nome de Rio Grande da Serra.

O equipamento histórico-cultural mais significativo do município é a capela de São Sebastião. Segundo a tradição popular, esta capela

foi erguida no local de uma orada, no ponto exato onde morrerá um tropeiro. Oficialmente, o registro mais antigo da capela é o do batizado da menina Fortunata, nascida em 3 de dezembro de 1870.

A capela de São Sebastião foi semidestruída em 1979. Tombada (preservada oficialmente), passou por reforma e é mantida ao lado da igreja matriz.

Resumo:

- **O OFICIAL** – a cidade optou pelo 3 de maio, dia de Santa Cruz, feriado local, para comemorar o aniversário de sua emancipação político-administrativa. O ano base é 1964, porque em 28 de fevereiro daquele ano era sancionada a lei estadual número 8092, que cria o Município de Rio Grande da Serra e complementa outra lei estadual, a 8050, de 31-12-1963, que outorgou ao antigo distrito de Icatuaçu o nome de Rio Grande da Serra.
- **O CERTO** – Rio Grande da Serra, como povoado, começa a ser formado quando da inauguração da Estrada de Ferro São Paulo Railway e da Estação Rio Grande, em 16 de fevereiro de 1867. Integrava, então, a Freguesia de São Bernardo. Em 1938, Rio Grande ainda é um bairro. E passa a pertencer ao Município de Santo André. Em 1953, a lei estadual 2456 cria o Município de Ribeirão Pires e seus dois distritos: Icatuaçu¹ (com sede no povoado de Rio Grande) e Iupeba (com sede em Ouro Fino). Em dezembro de 1963, através de plebiscito, o Distrito de Icatuaçu separa-se de Ribeirão Pires e abre espaço para a velha denominação Rio Grande, que ganha o apêndice “da Serra”.

1 Do tupi: água doce, abundante, boa e salubre.

French, especificamente, um “brasileirista”, pesquisou – e pesquisa – a memória operária do ABC e seu livro pode ser consultado, na Fundação Pró-Memória de São Caetano, à avenida Goiás, 600.

As dicas seguintes são resultado do nosso trabalho jornalístico iniciado nos anos 70. Dividimos em quatro partes. São sugestões que podem e devem ser adaptadas à realidade de cada um, descobrindo-se novas alternativas de ação. Usem e abusem. E remetam às nossas casas de memória as observações e as experiências de cada um. A memória da cidade agradece.

I – A falação

No recolhimento das informações por meio das entrevistas, podem ser observados os seguintes pontos:

1. Quem ouvir.
2. A relação ouvinte-orador.
3. A paciência do retorno quantas vezes for necessária ao entrevistado.
4. A confiança mútua.
5. A fidelidade.
6. As técnicas: quando deve ser ligado o gravador?
7. A ampliação do leque dos entrevistados.
8. A mesa-redonda.
9. A “lógica do pedaço” – ler o antropólogo José Guilherme Magnani.
10. O contato com a igreja, a SAB, o sindicato, o clube etc.
11. Ouvir as fontes próximas ao entrevistado: sua esposa, seu filho, seu vizinho etc.
12. Pensar sempre na democratização da informação.
E no retorno ao entrevistado.

13. Ir para a entrevista com o conhecimento mínimo do universo a ser pesquisado.
14. Pensar sempre na cidade no contexto do país, do mundo.
15. Refletir sobre: o que se pretende registrar e para que.
16. Sugerir sempre ao entrevistado que engrosse a luta pela construção da memória, escrevendo suas informações, transformando-se em memorialista.
17. Pensar: no que expor, no que publicar.
18. Dar sequência à velha máxima da conversa entre vizinhos, “ao pé do fogo”, como se dizia antigamente e como pensava o professor Luiz Roberto Alves.
19. Pensar sempre na importância da criação de um centro de memória em cada bairro, em cada rua, em cada escola – o ecomuseu.

II – O documento

Em cada entrevista, você pode solicitar – para consulta e/ou reprodução – os seguintes documentos do entrevistado:

1. O recibo do lote que ele comprou.
2. Sua carteira profissional.
3. Notas fiscais diversas.
4. Lembrança da missa de 7º dia de um parente ou amigo.
5. A letra de uma música antiga.
6. Os versos que ele decorou de um grupo de pastorinhas ou reisado ou [...].
7. A fotografia e sua identificação.
8. O recorte de jornal.
9. A revista.
10. O catecismo, o livro de rezas.

11. A receita de bolo.
12. A correspondência.
13. Livros.
14. A foto da romaria à Aparecida.
15. A foto de Getúlio Vargas ou de outra personalidade qualquer, populista ou não.
16. O folheto político.
17. A foto do time de futebol.
18. O álbum familiar.
19. O diário.

Diante do documento, refletir:

20. O que fazer com ele?
21. O compromisso da devolução.
22. A reprodução.

Você pode também:

23. Gravar o cantarolar de uma música, de um hino, de um samba-enredo.
24. Encomendar a elaboração de um mapa ou planta pelo entrevistado acerca do universo do seu bairro.
25. Encomendar ao entrevistado – sendo ele ou não um artesão – a confecção de uma maquete do seu bairro no passado.

III – Fontes diversos

Você pode descobrir informações sobre sua escola, bairro, entidade, em pontos como:

1. A coleção de jornais.
2. Livros de atas.
3. Nas inscrições de medalhas e troféus esportivos.

4. Nos livros-tombo.
5. Nos diários escolares.
6. Nas biografias de patronos.
7. Em citações de livros.
8. Em processos administrativos ou judiciais.
9. Nos cartórios.
10. Nas cadernetas de empórios.
11. No Museu, Fundação, Casa da Memória, Arquivo Público, Biblioteca etc.
12. E em tantos outros locais.

IV – Final

Atente para o seguinte:

1. É importante transcrever e manter a transcrição da fita gravada.
2. É fundamental expor o que foi coletado.
3. Nunca deixe de citar as fontes, o nome do dono do documento, a data da entrevista.
4. Sempre que possível, confronte informações.
5. Descubra espaços na mídia para divulgar seus achados, para solicitar informações. Jornais da cidade e região mantêm espaços para artigos do não jornalista.
6. Descubra a força do jornal mural.
7. Busque patrocínios.
8. Faça concursos entre os seus.
9. Aproxime o neto do avô.
10. Valorize o ser humano.
11. Confie na conversa descompromissada e diferencie a informação correta da fofoca.

12. Saiba que a construção da memória é um instrumento que questiona. E que pode auxiliar na melhoria da qualidade de vida, quebrando mitos e dando um basta no egoísmo da história oficial.

PS – A construção da memória implica em emoção, em prazer. Não se transforme num pesquisador burocrático.

Uma vila, dois mundos – Paranapiacaba: a emancipação fora do horizonte

Mauricio Tintori Piqueira

Quando se fala da Vila de Paranapiacaba, não falamos apenas de um único espaço urbano, mas sim de dois mundos distintos, urbanidades historicamente formadas a partir da ferrovia e da atividade ferroviária, mas que se desenvolveram separadamente, com uma das partes sendo regida principalmente por relações patrimonialistas inerentes à dialética empregador/empregado, e a outra marcada pela mescla de cotidiano rural e precariedade típica das periferias das grandes e médias cidades. Resquício de tal separação (uma espécie de *apartheid*¹ disfarçado em plena área remanescente da Mata Atlântica) ainda é perceptível quando se percorre as ruas e vielas estreitas deste patrimônio histórico-cultural que busca a chancela da UNESCO para tornar-se um destino turístico reconhecido internacionalmente. Tal aspecto sócio-histórico torna-se crucial para compreender a oposição e indiferença aos movimentos autonomistas, que não surgiram de demandas da população local ou dialogando com a sua realidade, mas sim

1 *Apartheid* refere-se ao regime político/social que vigorou na África do Sul entre os anos de 1948 e 1994, de caráter segregacionista e racista. No texto, fazemos uma analogia entre este regime e a organização espacial historicamente consolidada na Vila de Paranapiacaba, marcada pela diferenciação entre a vila ferroviária controlada originalmente pela companhia britânica São Paulo Railway e o núcleo urbano formado nas cercanias desta por comerciantes de origem portuguesa e, posteriormente, por trabalhadores aposentados da ferrovia que, após afastarem-se definitivamente do ofício, eram obrigados a mudarem-se do núcleo habitacional operário.

de interesses terceiros que não trariam qualquer conquista para o núcleo urbano de origem ferroviária.

As origens da Vila de Paranapiacaba relacionam-se com a ferrovia, com o ciclo do café e um grande período de desenvolvimento econômico do estado de São Paulo, no qual a ferrovia teve um papel protagonista. O café produzido na região do Oeste Paulista (Campinas, Jundiaí, Piracicaba e Sorocaba) possuía mercado certo no exterior devido ao aumento de seu consumo, principalmente em países continentais da Europa Ocidental, a partir do início da década de 1850. Entretanto, o transporte desta mercadoria era moroso, durando muitos dias de viagem, em tropas de muares de reduzida capacidade de carga, que percorriam estradas cuja manutenção representava um alto custo para o Poder Público, refletindo nos preços dos fretes deste tipo de transporte até o Porto de Santos, principal centro escoadouro da produção paulista para o exterior². Era um transporte inviável economicamente, o qual encarecia os custos da principal mercadoria de exportação do estado de São Paulo, tornando assim imprescindível a busca por uma nova alternativa que proporcionasse uma maior rapidez no deslocamento da carga do interior de São Paulo até a Baixada Santista, de menor custo financeiro. A alternativa pensada pela elite cafeicultora paulista da época foi uma das novidades tecnológicas da Revolução Industrial, cujo berço foi a Grã-Bretanha: a ferrovia.

Para incentivar investimentos do capital britânico na construção das necessárias ferrovias para suprir os gargalos existentes no transporte de mercadorias no Brasil, o Governo Imperial estabeleceu melhores condições para os empreendedores nacionais e estrangeiros da área. Como apontou Sílvia Passarelli (1995, p. 25), através

2 Segundo Suzana Kleebe (2014, p. 63): “[...] durante boa parte do período colonial, as tropas eram o meio de transporte usual. Elas eram empresas organizadas, com datas certas de partida e chegada ao destino, trajetos e tabelas de fretes pré-fixados. Eram compostas de cerca de vinte a cinquenta mulas”.

da Lei Imperial nº 641, de 26 de junho de 1852 (também conhecida como Lei Cochrane), o governo concedeu garantias atrativas para empreiteiras interessadas em construir estradas de ferro, como o pagamento de juros de 5% ao ano sobre o capital empregado na construção de linhas férreas, estabelecimento de longos períodos de concessão das estradas de ferro para as empresas ferroviárias, privilégio de exploração exclusiva destas companhias na faixa de 5 léguas de cada lado da linha férrea, isenção de impostos de importação sobre maquinários e direito de desapropriação de terrenos de propriedades particulares para a construção de ferrovias.

Posteriormente, o Decreto Imperial no 1759, de 26 de abril de 1856, autorizou José da Costa Carvalho, o Marquês de Monte Alegre, então presidente da província de São Paulo, a permitir que capitalistas brasileiros como o Conselheiro José Antonio Pimenta Bueno e Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá, procurassem investidores na Grã-Bretanha interessados em constituírem uma companhia responsável por “construir, usar e costear [...] huma Estrada de Ferro, que, partindo das visinhanças da Cidade de Santos [...] se approxime da de S.Paulo e se dirija à Villa de Jundiahy, na respectiva Provincia” (DECRETO IMPERIAL 1759/1856). Após contatos com um dos principais grupos financeiros do mundo da época, a Casa Rothschild, sediada em Londres, e que tinha estreitos laços comerciais com o Brasil desde a independência do país, em 1822 (Martins, 2001, p. 14), foi criada uma companhia de sociedade limitada, formalmente constituída pelo Decreto Imperial nº 2.601, de 6 de junho de 1860. Denominada de São Paulo Brazilian Railway Co. Ltd. (SPR), cuja sede também era na capital britânica. Desde a sua criação, a São Paulo Railway contou com alguns privilégios concedidos pelo Governo Imperial e pelo Governo da Província de São Paulo, viabilizando a lucratividade da exploração da estrada de ferro denominada Santos-Jundiaí, como destacaram Maria Inês Mazzoco e Cecília Rodrigues dos Santos (2005, p. 60):

O Barão de Mauá obteve em Londres o capital necessário para empreender a construção de 139 quilômetros de estrada de ferro ligando o Porto de Santos à cidade de Jundiaí, garantia de 7% de juros sobre o capital que fosse gasto na construção da estrada, até o máximo de 2 milhões de libras somados ainda ao valor levantado para cobrir os juros durante a construção – sendo que 5% seriam pagos pelo Governo Imperial e 2% pela Província de São Paulo – e mais noventa anos de privilégio de concessão. Foi também outorgado à companhia privilégio de zona, ou monopólio na extensão de 5 léguas para cada lado da estrada, a isenção dos direitos de importação para os materiais, além dos direitos de desapropriação dos terrenos necessários para a construção da estrada, de exportação das minas que se encontrassem na zona de privilégio e de obtenção de terras devolutas nos termos mais favoráveis permitidos por lei.

Antes mesmo da constituição oficial da São Paulo Railway Company, a companhia ferroviária, através do Barão de Mauá, contratou a empreiteira britânica Robert Sharp & Sons, de Londres, em 1859, para executar as obras de construção da futura ferrovia Santos-Jundiaí. Para realizar estudos na área serrana de Mata Atlântica planejada inicialmente para a construção da estrada de ferro, a empreiteira contratou o escritório de engenharia de James Brunlees³, sendo este encarregado de realizar os projetos de construção da linha férrea e os respectivos estudos topográficos. Para esta

3 James Brunlees (1816-1892) foi um engenheiro britânico formado na Edinburgh University, tendo se especializado como engenheiro ferroviário. Posteriormente fundou um escritório de engenharia vinculado à Estrada de Ferro Lancashire & Yorkshire, que foi contratado por Irineu Evangelista de Sousa e seus sócios para realizar estudos visando a construção da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí.

tarefa, Brunlees escalou o engenheiro Daniel Mackinson Fox⁴ (Cruz, 2007, p. 21), responsável por coordenar tais estudos na Serra do Mar.

Através destes estudos, Daniel Fox projetou um sistema funicular de quatro planos inclinados em 10% para romper a declividade da Serra do Mar, para a tração dos trens em seu deslocamento pelas descidas e subidas da íngreme região, algo que necessitava de maquinário de alta tecnologia (para a época), que deveria ser instalado sobre cada um dos planos inclinados onde se realizaria a movimentação dos vagões no trecho de serra. O projeto previa que as máquinas deste sistema seriam instaladas na região conhecida como Alto da Serra. Como apontou Cruz (2007, p. 69-70):

A escolha desse local pela SPR [...] se deu pelo fato de ser ali o último platô da Serra do Mar a apresentar uma topografia menos acidentada em relação às escarpas da serra, configurando-se um terreno plano nas proximidades de onde seria implantada a futura estrada de ferro, elevando-se de forma mais acentuada à medida que se aproxima da encosta da serra e por oferecer condições básicas de existência com abundância de fontes de energia como a madeira nativa para carvão combustível, acesso ao porto e à capital por linha férrea.

Cabe destacar que outros fatores além dos destacados por Cruz fizeram com que a São Paulo Railway decidisse instalar o sistema funicular naquela região. A grande quantidade de nascentes de

4 Daniel Makinson Fox (1830-1918) foi um engenheiro britânico que, quando jovem, foi aprendiz de Sir James Brunlees no escritório de Engenharia da Estrada de Ferro Lancashire & Yorkshire, na cidade de Manchester, entre 1846 e 1849. Trabalhou na construção das estradas de ferro West Riding Unione Manchester-Southport. Em 1856, após trabalhar na construção de ferrovias na Espanha e na Irlanda, foi ao Brasil para dar continuidade aos estudos topográficos visando a construção de uma estrada de ferro que ligasse a cidade interiorana produtora de café, Jundiá, com a cidade portuária de Santos. Em 1859, Daniel Makinson Fox já era engenheiro-chefe residente da companhia, responsável pela construção da Estrada de Ferro Santos-Jundiá. Foi o primeiro superintendente da São Paulo Railway Co. no Brasil.

água no local, largamente utilizadas pelas locomotivas, também pesou na decisão.

Assim, no dia 15 de maio de 1860 foi lançada a pedra fundamental para a construção da estrada de ferro Santos-Jundiaí, sendo as obras iniciadas em 24 de novembro do mesmo ano, supervisionadas pelo mesmo Daniel Mackinson Fox, agora um engenheiro contratado da São Paulo Railway Company e que, após a inauguração da ferrovia, se tornaria o principal dirigente da companhia britânica em São Paulo, exercendo o cargo de superintendente.

Em relação às obras de construção da linha férrea nas subidas e descidas da Serra do Mar, estabeleceu-se um acampamento de trabalhadores na antiga fazenda Moji em 1861, sendo estes responsáveis pelo trabalho bruto exigido para levantar a primeira ferrovia do estado de São Paulo; sendo que deste núcleo originou-se a inicialmente denominada vila do Alto da Serra e que ficou conhecida posteriormente como Paranapiacaba. Este acampamento era formado por moradias temporárias construídas de pau-a-pique que chegaram a abrigar cerca de 5.000 trabalhadores durante toda a realização da obra, concluída em 1867 (Passarelli, 1990, p. 8).

Após a finalização das obras de construção da ferrovia e do primeiro sistema funicular de 4 patamares (conhecido como “Serra Velha”), a São Paulo Railway Company construiu no Alto da Serra galpões ferroviários onde se realizavam trabalhos de fundição voltados para a manutenção da ferrovia. As moradias de pau-a-pique do local deixaram de ser temporárias, passando a servir, a partir de 1867, como residências para os trabalhadores ferroviários, que deveriam permanecer no local para operar as máquinas do sistema funicular. Surgiu assim a “Varanda Velha” ou “Vila Velha” (“Old Town”), localizada em um vale entre os morros, conhecido como “Parte Baixa”. Na realidade, entre a década de 1870 e a primeira metade da década de 1890, a “Vila Velha” era mais um núcleo de

trabalho de transporte ferroviário do que um local voltado para a habitação de famílias. Como apontou a historiadora Suzana KleeB (2014, p. 69-70):

No Alto da Serra, local estratégico que delimitava a área de subida da serra com a de planalto, desde os primeiros tempos havia um pequeno pátio de manobras e um núcleo misto de oficinas e residências, conhecido posteriormente como Vila Velha, e que foi sendo mantido para a conservação da estrada e do próprio sistema ali instalado.

A implantação urbana inicial do acampamento organizou-se ao longo de um eixo principal, a Rua Direita. Desta rua tinha-se acesso aos depósitos e armazéns da empresa. Ali, no entorno, ao longo de caminhos estreitos, desalinhados e acomodados ao terreno, foram construídas algumas residências para os trabalhadores. A Vila Velha era “uma varanda” que permitia a visualização de todo o trabalho do pátio de manobras e do 4º Patamar da Serra Velha.

Portanto, a “Vila Velha” inicialmente servia como um local para a operação e manutenção da via férrea e do sistema funicular, que ainda não necessitava de uma quantidade de mão de obra expressiva, resultando assim em um número pouco expressivo de moradores, além de ser uma propriedade privada da São Paulo Railway (condição esta que marcou historicamente a Vila de Paranapiacaba). Não por acaso, a inauguração de uma estação no Alto da Serra ocorreu apenas em 1875, quando houve um aumento do fluxo de circulação de cargas e passageiros. Ainda segundo Suzana KleeB (2014, p. 71-72): Inicialmente os ingleses não planejaram uma estação em Paranapiacaba. Certamente ali deveria haver uma parada para troca do sistema, mas nada que auxiliasse os passageiros

ou que permitisse uma boa armazenagem de produtos. O afluxo crescente de viajantes, as condições meteorológicas adversas e a necessidade de esperar para completar a viagem a Santos, fazia da estação em Alto da Serra uma necessidade premente. Foi inaugurada em 1875. Era uma estação simples, mas fundamental tanto para os ferroviários como para os passageiros que iam e vinham de Santos. É importante frisar que a existência de uma estação no Alto da Serra só se concretizou porque era uma reivindicação de boa parte dos passageiros da São Paulo Railway Company que utilizavam o transporte ferroviário no trecho entre Santos e Jundiaí, conforme destacado neste trecho publicado no jornal *A Província de S. Paulo*, em 02 de julho de 1875:

Um grande beneficio, digno da gratidão publica foi realisado pelo sr. dr. D.M.Fox, superintendente da estrada de ferro de Santos a Jundiahy, mandando construir uma excellente Estação no alto da serra, onde os passageiros encontram commodos para descanço.

Era este um melhoramento há muito desejado, e reclamado pelas precisões indeclináveis dos viajantes, que n'aquella paragem viam-se privados de commodos para descanço.

Por mais de uma vez censuramos, com acrimônia, a falta de uma boa Estação no Alto da Serra; hoje, porém, porque a nossa consciencia e justiça nos impõem, somos os primeiros a elogiar o louvavel procedimento do digno superintendente, pela consideração, de modo tão inequívoco, prestada ao publico, e aos seus interesses.

Concomitantemente à construção da ferrovia e ao estabelecimento da "Vila Velha", constituiu-se outro pequeno núcleo urbano no local conhecido como "Parte Alta", localizado no "morro" que

antecede a “Parte Baixa” da Vila de Paranapiacaba. Suas origens remontam à iniciativa empreendedora do comerciante português Bento José Rodrigues da Silva (mais conhecido como “Bento Ponteiro”), responsável por abrir nas matas um caminho (trilha) ligando Mogi das Cruzes e o Alto da Serra e por “fundar” uma pequena vila de comerciantes de origem portuguesa, os quais vendiam alimentos e mantimentos para os trabalhadores da São Paulo Railway. Segundo o ex-funcionário público andreense Faustino da Silva (1887-1975), filho de “Bento Ponteiro”, em entrevista ao historiador Octaviano Gaiarsa, reproduzida na coluna de Ademir Médici no jornal *Diário do Grande ABC* (1988):

Meu pai, falecido em 31 de julho de 1911, cujo nome era Bento José Rodrigues da Silva, foi um dos primeiros habitantes da região serrana. Possuidor de terras em Mogi das Cruzes, abriu um carreiro de alguns quilômetros, desde àquela povoação até a vereda onde os ingleses estavam construindo a estrada de ferro São Paulo Railway, tendo chegado ao fim de seu empreendimento no dia 23 de janeiro de 1862. A estrada de ferro havia sido iniciada em 15 de maio de 1860 e foi concluída em 16 de fevereiro de 1867. Muitos escravos trabalharam para os ingleses que pagavam o soldo aos seus donos e senhores de gleba. Bento José, tendo chegado ao sítio, construiu um ranchinho de pau a pique no morro, junto à rua que hoje se denomina Rodrigues Quaresma. Requereu do governo uma porção do território. Foi-lhe concedida uma gleba de 40 alqueires que foram doados em pequenas parcelas aos que desejavam construir moradias no local. Também foi doação de Bento José a porção de terreno onde foram construídos o cemitério e a igreja de Paranapiacaba, de cujos trabalhos participou ativamente. Era conhecido na localidade como Ponteiro

e assim era chamado pelos amigos e conhecidos enquanto foi vivo. Gêneros alimentícios e materiais de construção produzidos e fabricados em Mogi foram transportados pelo caminho aberto por Bento José, a quem se deve, igualmente a empreitada do corte nº37 da Estrada de Ferro (Gaiarsa apud Medici, 1988).⁵

Além de construir um pequeno rancho que se tornou o primeiro comércio da “Parte Alta” do Alto da Serra, Bento José Rodrigues adquiriu lotes de terrenos do governo provincial de São Paulo que não estavam na área de concessão da São Paulo Railway Company Ltd., sendo que alguns desses lotes foram vendidos para famílias interessadas em se estabelecer na localidade. Com o passar dos anos, boa parte dos moradores da “Parte Alta” (ou Paranapiacaba, como já era chamada na época, enquanto a “Parte Baixa” era denominada de Alto da Serra até o ano de 1945) eram comerciantes, extrativistas de madeira e palmito, abundantes na natureza caracterizada pela flora e fauna da Mata Atlântica, e, posteriormente, trabalhadores aposentados da ferrovia. A outra parte foi doada para a Igreja Católica, que, alguns anos depois, construiu a capela do Senhor Bom Jesus de Paranapiacaba (cuja primeira missa ocorreu em 8 de agosto de 1884) e o Cemitério da vila, inaugurado em 1890.

Apesar de ser um pequeno aglomerado urbano que, em vários aspectos, ainda se assemelhava às vilas rurais interioranas, constituíram-se assim dois núcleos cuja paisagem cultural diferenciava-se de forma clara. Enquanto a “Parte Alta” tinha vários elementos dos pequenos vilarejos com uma forte influência da arquitetura lusitana, a “Vila Velha”, na “Parte Baixa”, era um complemento da ferrovia,

5 Importante destacar que, a partir do depoimento de Faustino da Silva sobre seu pai, Bento José Rodrigues da Silva, há uma referência sobre o trabalho escravo utilizado na construção da ferrovia na região do Alto da Serra de Paranapiacaba, corroborando com trabalhos historiográficos recentes que defendem a tese da utilização de mão de obra escrava pela São Paulo Railway na construção da ferrovia Santos-Jundiaí.

basicamente uma propriedade privada da São Paulo Railway. Com o passar dos anos, tal diferenciação foi-se aumentando graças a alguns fatores. O primeiro que podemos citar é a integração da “Parte Alta” ao município de São Bernardo a partir de sua criação, em 12 de março de 1889, enquanto a municipalidade bernardense não tinha qualquer autoridade sobre a “Parte Baixa”, gerida em sua integralidade pela companhia ferroviária britânica.

Outro aspecto que aumentou tal diferenciação foi a construção e fundação da vila ferroviária Martin Smith, cujas obras ocorreram simultaneamente à duplicação da ferrovia Santos-Jundiaí e construção do novo sistema funicular, de cinco patamares, conhecido como “Novos Planos Inclinados”, sendo essas obras realizadas entre os anos de 1896 e 1901. Tais melhorias ocorreram devido às demandas dos cafeicultores do Oeste Paulista pelo aumento da capacidade do transporte ferroviário até o Porto de Santos, a fim de acompanhar a crescente produção de café. Entre as construções resultantes dessas obras, podemos citar o pátio de manobras de locomotivas, a construção de uma nova estação de trem, maior e mais espaçosa, com duas plataformas ligadas por uma ponte metálica, um armazém de cargas e 46 casas destinadas à moradia dos trabalhadores ferroviários e de suas famílias, destacando-se entre elas a “Casa do Engenheiro-Chefe”, conhecida como “Castelinho”, destinada para o engenheiro-chefe da estação do Alto da Serra (principal cargo da companhia ferroviária no local), todas elas construídas seguindo os elevados padrões de higiene da época. Construída em um terreno que anteriormente abrigava um sítio vizinho aos galpões ferroviários da “Vila Velha”, comprado pela São Paulo Railway Company, ali emergiu a famosa vila ferroviária que tanto atrai turistas de todas as partes do Brasil e do mundo, cuja paisagem está integrada à da “Vila Velha”, na “Parte Baixa”. Contando com várias opções de lazer e entretenimento para os seus moradores/

empregados, a Vila Martin Smith reforçou ainda mais a dualidade típica de Paranapiacaba, também conhecida como “Vila Inglesa” devido à marcante presença do estilo arquitetônico vitoriano nas casas, além de engenheiros britânicos terem morado temporariamente no referido núcleo urbano. Consolidava-se assim a existência de “dois mundos” em uma pequena vila. As primeiras décadas do século XX foi um período de prosperidade para Paranapiacaba, tanto para a “Parte Baixa” como para a “Parte Alta”, resultante da fase áurea do transporte ferroviário. Para se ter ideia, o Distrito de Paz de Paranapiacaba, criado em 5 de novembro de 1907, era o mais rico do então município de São Bernardo: “em 1910, a vila contava com quarenta e dois estabelecimentos comerciais e de serviços, e recolhia mais impostos sobre profissões que São Caetano e Mauá [na época, Pilar]” (Medici apud Cruz, 2017, p. 110).

Apesar desta fase áurea, na Vila de Paranapiacaba consolidou-se a existência de dois universos que eram contrastantes:

[...] Contrastando com a vila dos ingleses, a parte Alta sofria de total falta de infra-estrutura. Somente a capela e o Clube Flor da Serra possuíam luz elétrica, enquanto o restante vivia nas escuras. A instalação das redes de água, esgoto, luz e calçamento só foi feita muito tempo depois, em 1956, pela Prefeitura Municipal de Santo André (...). As relações antagônicas entre a Parte Alta, incrustada numa encosta íngreme, e as vilas dos ingleses do outro lado da linha férrea possuem características distintas, tanto funcionais, arquitetônicas e urbanísticas, quanto morfológicas em seu processo de formação e das estruturas da vida social. De um lado do vale, está a ‘cidade livre’, a Parte Alta, com implantação sujeita à topografia acidentada e com construções coloridas de uso misto, agregando comércio no piso térreo e moradia no pavimento

superior, definido como núcleo de prestação de serviços, não para a empresa ferroviária, a SPR, mas para seus funcionários e moradores da parte baixa; do outro lado, a vila dos ingleses, voltada para as atividades ferroviárias com uma topografia mais favorável tanto para instalação da ferrovia quanto para implantação das Vilas: Velha e Martin Smith. Teve uma ocupação a princípio aleatória e, num segundo momento, planejada, sendo ambas administradas pela São Paulo Railway (Cruz, 2007, p. 111-112).

Tal dualidade presente em um espaço relativamente pequeno influenciou o fracasso de ideias autonomistas ou de anexação a outro município por parte de Paranapiacaba. A “onda autonomista” no outrora município de São Bernardo iniciou-se após a mudança da sede e do próprio nome do município para Santo André, entre os anos de 1938 e 1939. Movimentos autonomistas surgiram em vários distritos andreenses que tiveram apoio da população e conquistaram a sua autonomia política (e o direito de gerirem seus próprios impostos arrecadados de acordo com suas necessidades), como foram os casos de São Bernardo do Campo (1944), São Caetano do Sul (1948), Mauá (1954), Ribeirão Pires (1954) e Rio Grande da Serra (1964). Neste mesmo período, a Parte Baixa da Vila de Paranapiacaba deixou de ser gerida pela São Paulo Railway Company em 1946 (quando acabou o prazo de concessão firmado com o governo brasileiro), passando a ser administrada pela União, inicialmente pela Estrada de Ferro Santos-Jundiaí e, a partir de 1957, pela Rede Ferroviária Federal.

Tais mudanças impactaram a realidade social e política de Paranapiacaba. A Parte Alta, como destacado na citação acima, sofria com a falta de estrutura, pois os tempos áureos já haviam passado e o distrito era tratado apenas como um bairro periférico

que recebia menos investimentos e atenção da municipalidade andreense. Já a Parte Baixa, a partir do final da década de 1950, sofreu com a mudança da política de transportes do Governo Federal iniciada na presidência de Juscelino Kubitschek (1956-1961), na qual o modal ferroviário foi deixado em segundo plano em prol do rodoviário. Recebendo menos investimentos por parte do Governo Federal e sendo administrada de forma indireta, a partir da sede da Rede Ferroviária Federal no Rio de Janeiro e não mais com um representante da companhia ferroviária presente na própria Vila de Paranapiacaba, foram fatores para um longo processo de decadência econômica e deterioração de seus imóveis e moradias (hoje preservadas como patrimônio histórico).

Apesar destes crescentes problemas, a proposta para a realização de um plebiscito requerendo a emancipação de Paranapiacaba de Santo André não surgiu como uma reivindicação de seus moradores (como em outros processos emancipacionistas do Grande ABC), mas sim de uma disputa entre municípios sobre determinadas áreas valorizadas devido à presença de indústrias das quais se arrecadariam valores atrativos de impostos. Entre as décadas de 1960 e 1990 houve uma disputa entre Santo André, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, relacionada a uma área de litígio localizada nos limites destes municípios, área conhecida como “Corredor Polonês” (atualmente e oficialmente conhecida como Parque Andreense), e uma parte do distrito de Paranapiacaba. O que movia tal disputa, principalmente, era o controle da região próxima à estação ferroviária de Campo Grande, na qual localizava-se a fábrica Elclor, indústria química instalada na região em 1948 pelo grupo belga Solvay e que atualmente integra a UNIPAR, cuja possibilidade de arrecadação de impostos atraía o interesse dessas duas municipalidades.

A Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo aprovou a proposta do município de Ribeirão Pires para a realização de um

plebiscito, através da Resolução nº 475, de 8 de novembro de 1963, no qual os moradores de Paranapiacaba decidiriam se o distrito continuaria a ser administrado por Santo André, se passaria para a gestão de Ribeirão Pires ou se optariam pela emancipação, tornando-se assim um município autônomo. Entretanto, até o momento da finalização deste texto não foram encontradas fontes que confirmassem a realização de tal plebiscito, com exceção a uma provável referência a mobilizações em torno deste pleito no trecho transcrito abaixo da entrevista feita pelo *Diário do Grande ABC*, em maio de 1975, com o farmacêutico Alcebiades Bueno, que teria atuado na campanha contra a emancipação de Paranapiacaba em meados dos anos 1960.

Na década de 1970, mais precisamente na gestão do prefeito de Ribeirão Pires, Valdério Prisco, entre os anos de 1973 e 1976, foi feita uma nova representação à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo para a realização de um novo plebiscito, no qual novamente o morador de Paranapiacaba poderia optar entre a continuidade da gestão andreense, a anexação do distrito pela municipalidade de Ribeirão Pires ou a autonomia administrativa. Tal representação não foi atendida pelo legislativo paulista (*Diário do Grande ABC*, 2012).

Na época, o jornal *Diário do Grande ABC* publicou uma matéria intitulada “Paranapiacaba não quer separar-se”, na qual repercutiu entre alguns moradores da vila a nova iniciativa da municipalidade de Ribeirão Pires de anexar o distrito ou incentivar a sua autonomia, entrevistando 12 moradores, a maioria homens e comerciantes da Parte Alta. A grande maioria (11) posicionou-se contrária a qualquer tipo de mudança, defendendo a manutenção do controle da Prefeitura Municipal de Santo André sobre o distrito de Paranapiacaba. Os argumentos mais utilizados por estes moradores referiam-se ao fato de que Santo André era um município mais rico do que Ribeirão Pires e, por isso, com melhores condições de prover a população de Paranapiacaba de suas necessidades. Em relação à emancipação,

justificavam a oposição à proposta argumentando que Paranapiacaba não teria recursos financeiros suficientes para manter os serviços públicos a fim de atender a população. A fala contundente do farmacêutico Alcebiades Bueno (Diário do Grande ABC, 1975) representa bem a opinião dos defensores do status quo existente:

Votarei por Santo André, já que no outro plebiscito chefei o movimento do “não à emancipação”. Ora, não é possível que um bairro torne-se cidade de uma hora para outra, e nem deixe de pertencer a um Município rico para passar a fazer parte de um Município pobre. É uma incoerência. Mas, apesar de tudo, não podemos dizer que Paranapiacaba é um lugar sem problemas e que Santo André faz tudo pela gente. Não é assim, aqui falta tudo: calçadas, calçamentos das ruas, caixas de água e até o problema da ligação das partes alta e baixa do bairro. Somos 3,5 mil habitantes inseguros, sem saber com certeza que cidade moramos ou iremos morar (Bueno, 1975).

Entretanto, uma das entrevistadas na época demonstrou uma opinião diversa. Oriunda de família de ferroviários, moradora da Parte Baixa e atualmente uma das principais lideranças comunitárias da Vila de Paranapiacaba, além de ser hoje proprietária de restaurante, a então jovem Zélia Paralego Silva dizia expressar o sentimento da maioria da população de Paranapiacaba:

Na verdade, não é este pedacinho de chão que eles querem, mas sim a Vila Elclor e sua indústria [...]. Eu acho que a população de Paranapiacaba não está interessada nesta questão. Assim, votarei em branco, porque não estou de nenhum lado da briga e aqui não se ouvem comentários sobre o assunto. Para mim, tanto faz pois, de qualquer forma, sempre teremos problemas

aqui, seja com Santo André, seja com Ribeirão Pires, seja com Rio Grande da Serra (Paralego, 1975).

A “neutralidade” expressa por Zilda possivelmente estava próxima do sentimento de uma população cuja área não tinha qualquer ingerência do Poder Público municipal, estando historicamente sob o controle de uma empresa ferroviária, seja a São Paulo Railway, seja a Rede Ferroviária Federal. Na realidade, a grande preocupação da população (ainda preponderantemente ferroviária) era com a própria sobrevivência da vila, cuja existência sempre dependeu das atividades relacionadas ao transporte ferroviário e às operações do sistema funicular. Com a inauguração, em 1974, de um novo sistema de transposição da Serra do Mar, a cremalheira-aderência, construída sobre o mesmo traçado da antiga Serra Velha inaugurada em 1867, a operação de trens na Serra do Mar passou a depender de cada vez menos trabalhadores. Esta modernização dos transportes provocou a desativação gradativa do sistema funicular dos “Novos Planos Inclinados”, finalizada em 1982. Tal processo acarretaria uma verdadeira diáspora, cujos reflexos são sentidos na atualidade e que, pelo menos naquele momento, nem Santo André, nem Ribeirão Pires, tampouco a criação de um município autônomo, mas pobre (e com limites de jurisprudência devido à permanência de uma propriedade privada, embora a empresa estatal que a controlava passasse por uma crise cuja consequência foi a privatização, entre o final da década de 1990 e início do século XXI), seriam capazes de solucionar.

Tombada como um relevante bem histórico, cultural e ambiental nas três instâncias dos órgãos de defesa do patrimônio (CONDEPHAAT-SP⁶, COMDEPHAAPASA⁷ e IPHAN⁸), a dualidade

6 Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo.

7 Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico-Urbanístico e Paisagístico de Santo André).

8 Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

paisagística e espacial entre a Parte Alta e a Parte Baixa foi atenuada com a compra da segunda pela Prefeitura Municipal de Santo André, em janeiro de 2002. Atualmente, tendo o turismo como principal ferramenta de desenvolvimento econômico, a Vila de Paranapiacaba ainda sente os reflexos de tal dualidade. Ao mesmo tempo, ainda não se consolidou uma plena identificação de boa parte dos moradores em relação à municipalidade andreense, assim como um número considerável de cidadãos andreenses não identifica Paranapiacaba como parte integrante do município, desconhecendo, inclusive, a sua candidatura como Patrimônio da Humanidade da UNESCO. Desafios futuros de uma comunidade cada vez menor (minguados 784 habitantes, segundo o Censo do IBGE de 2022), cuja perspectiva de emancipação e autonomia não está na pauta.

Referências

A PROVÍNCIA DE S. PAULO, 02/07/1875. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18750702-141-nac-0002-999-2-not/tela/fullscreen>. Acesso em: 3 jul. 2023.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Resolução nº 475*. São Paulo, 8 de novembro de 1963. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/resolucao.alesp/1963/resolucao.alesp-475-08.11.1963.html>. Acesso em: 3 jul. 2023.

CRUZ, Thaís Fátima dos Santos. *Paranapiacaba – A arquitetura e o urbanismo de uma Vila Ferroviária*. Dissertação de mestrado em Arquitetura e Urbanismo. São Carlos: Escola de Engenharia de São Carlos, 2007.

DIÁRIO DO GRANDE ABC. "*Paranapiacaba não quer separar-se*". Santo André, 14 de maio de 1975. Acervo Biblioteca Municipal de Santo André/Paranapiacaba.

GAÍARSA, Octaviano. *A cidade que dormiu três séculos*. Santo André: Prefeitura Municipal de Santo André, 1988.

KLEEB, Suzana. Paranapiacaba e o Patrimônio Histórico e Urbano. In: FIGUEIREDO, Vanessa Gayego Bello; RODRIGUES DA SILVA, Ronaldo André (Orgs.). *Paranapiacaba: um patrimônio para a humanidade*. São Paulo: Editora Marquise, 2014.

MARTINS, Ana Luiza. Aspectos econômicos da presença britânica no Brasil. In: CENTRO BRASILEIRO BRITÂNICO. *Os Britânicos no Brasil*. São Paulo: Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa de São Paulo, 2001.

MAZZOCO, Maria Inês Dias; SANTOS, Cecília Rodrigues dos. *De Santos a Jundiaí – nos trilhos do café com a São Paulo Railway*. São Paulo: Magma Editora Cultural, 2005.

MEDICI, Ademir. "Faustino da Silva I". In: *Coluna Memória – Diário do Grande ABC*, Santo André, 12 de janeiro de 1988. Acervo Biblioteca Municipal de Santo André.

PASSARELLI, Sílvia Helena. Sobre a Vila de Paranapiacaba. In: FERREIRA, J.; PASSARELLI, S. H.; SANTOS, M. A. P. *Paranapiacaba, Estudos e Memória*. Santo André: Prefeitura Municipal de Santo André, 1990.

PASSARELLI, Sílvia Helena. *Diálogo entre o trem e a cidade: o caso de Santo André*. Dissertação de mestrado em Arquitetura e Urbanismo. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 1995.

SILVA, Fernando Santos da; PIQUEIRA, Maurício Tintori. Governantes paulistas. In: CALDEIRA, João Ricardo de Castro e ODALIA, Nilo (Org.). *História do Estado de São Paulo: a formação da unidade paulista*. São Paulo: Imprensa Oficial/Editora UNESP/Arquivo do Estado, 2010, v. 3, p. 67-298.

SILVA, Fernando Santos da; PIQUEIRA, Maurício Tintori. Os municípios do estado de São Paulo. In: CALDEIRA, João Ricardo de Castro e ODALIA, Nilo (Org.). *História do Estado de São Paulo: a formação da unidade paulista*. São Paulo: Imprensa Oficial/Editora UNESP/Arquivo do Estado, 2010, v. 3, p. 9-66.

TAVARES, Cynthia. "Aos 79 anos, morre o ex-prefeito Valdério Prisco". In: *Diário do Grande ABC*, 19 de maio de 2012. Disponível em: www.dgabc.com.br/Noticia/36382/aos-79-anos-morre-o-ex-prefeito-valdirio-prisco. Acesso em: 24 nov. 2025.

UNIÃO. *Decreto Imperial nº 1759*. Rio de Janeiro, 26 de abril de 1856. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1759-26-abril-1856-571236-publicacaooriginal-94323-pe.html>. Acesso em: 24 nov. 2025.

Utinga – um sonho autonomista

Vanderlei Antonio Retondo

O meu envolvimento com o tema começou quando escrevi uma crônica intitulada *Do Outro Lado da Linha*. Nela não falo de telemarketing, de golpistas ou de espiritualismo, mas de preconceito e discriminação. Preconceito e discriminação que havia entre os moradores do lado sede do município andreense em relação ao seu segundo subdistrito, o de Utinga.

Apesar de estar localizada próxima a capital, Santo André ainda respira ares provincianos e podemos comprovar isso quando ouvimos expressões que, sem nenhum demérito de minha parte, a caracteriza como tal. Sempre gostei de ouvir expressões como ‘a rua que sobe o ônibus’ (Rua Luiz Pinto Flaquer), ‘a rua que desce o ônibus’ (Rua Siqueira Campos), ‘Largo da Estátua’ (Pça. Embaixador Pedro de Toledo), ou ‘preciso ir a Santo André’, pronunciadas por aqueles que moram em bairros mais afastados do centro. Da mesma forma, tenho aversão a expressões que deixam de ser provincianas e passam a ser preconceituosas como aquela: ‘do outro lado da linha’.

Há alguns anos, nossa cidade era dividida em dois distritos que, apesar de terem seus limites definidos pelo Rio Tamanduateí, a população, de um modo geral, considerava que a linha férrea da antiga Estrada de Ferro Santos-Jundiaí (EFSJ), hoje Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), era o limite entre esses distritos, sendo que moradores de Capuava, Utinga, dentre outros bairros, por pertencerem ao segundo distrito, sofriam discriminação por parte dos moradores dos bairros pertencentes ao distrito sede.

A separação era tão grande que os ônibus 'do outro lado da linha', tinham ponto final na estação. Os ônibus 'do lado de cá da linha', idem. Os coletivos não ultrapassavam a linha férrea, o que ampliava ainda mais o efeito discriminatório. Para se ter ideia do tamanho do absurdo, muitas famílias, sem motivo algum, proibiam seus familiares de frequentarem aquela região, pois a consideravam perigosa.

Todo esse cenário motivou o surgimento de um movimento separatista, denominado Autonomistas de Utinga, que naufragou com a criação de um novo distrito, o de Capuava, da oficialização do Rio Tamaduatei como limite entre os distritos e da desindustrialização de nossa região.

Vários foram os motivos que levaram a população utingense a se aventurarem em um movimento autonomista. O orgulho ferido de seus moradores; o descaso do município com a região que carecia de transporte adequado, saneamento básico, calçamento, escolas, postos de saúde etc.; o que levava a população cada vez mais se sentir como cidadão de segunda classe.

Diante desse cenário, líderes comunitários com veladas aspirações políticas, uniram parte da população com objetivo de sanar os problemas sociais e, nada melhor para isso, diziam eles, do que a emancipação administrativa de Utinga. E foi dessa forma que a população se uniu em torno do ideal autonomista. Mas, para se entender como tudo começou, precisamos voltar no tempo.

A palavra Utinga tem origem no tupi-guarani e é bastante utilizada no Brasil. Ela remonta a períodos antigos, quando a cultura indígena era predominante em território brasileiro. Na língua tupi-guarani, Utinga significa 'terra boa' ou 'terra fértil'.

O termo Utinga pode ter diferentes interpretações, dependendo do contexto em que é utilizado. Em algumas regiões, pode se referir a uma área geográfica específica, com características naturais distintas, como florestas densas e rios abundantes.

Utinga ou Vila Metalúrgica? O dois. Ou melhor: esse imenso bairro próximo à estação ferroviária de Utinga foi loteado com o nome de Vila Metalúrgica, mas o que ficou mesmo, pelo menos na área em torno da estação e da Igreja, foi o nome de Utinga. Então, se a questão é se fazer entender, não importa dizer Utinga ou Vila Metalúrgica, pois todos reconhecerão logo de que bairro se trata.

O bairro mais parecia uma cidade do velho oeste americano, os homens pareciam cowboys com seus chapelões e botas com esporas. Cavalos e carroças eram os principais meios de transporte, pelos quais seus moradores se deslocavam para os bairros mais afastados. Por isso, Utinga possuía muitas ferrarias e até um local público para a lavagem dos animais.

Na década de 1950 Santo André estava em processo de formação. Crescia seu parque industrial, loteamentos eram abertos e, com a vinda de migrantes do interior buscando melhores condições de vida, aumentava significativamente a população e suas necessidades.

A região começou a sofrer com esse afluxo populacional. Carecia de transporte público e calçamento, o que gerava enorme transtorno aos habitantes em sua maioria, operários das diversas empresas lá estabelecidas.

Uma das primeiras reivindicações da população foi a construção de uma estação ferroviária no Bairro de Santa Terezinha que, mesmo após sua implantação foi alvo de inúmeras críticas, pois era cercada com arame farpado, gerando comentários de que o povo de Utinga era tratado como gado. Aqui já podemos perceber o embrião de uma sociedade minimamente organizada.

Oficialmente, a história do movimento pró-emancipação de Utinga, teve início no dia 11 de junho de 1957, tendo como idealizador o Sr. Marco Lozano, sob a necessidade de se resolver problemas sociais.

Jogar um balde de água fria significa desestimular ou desencorajar alguém. É frequentemente utilizada para descrever uma situação em que alguém recebe notícias desagradáveis ou surpreendentes, expressando desapontamento ou surpresa. E o plebiscito de 1958 foi apenas o primeiro dos cinco baldes de água fria que o movimento sofreu. Utinga era habitada por cerca de 80 mil pessoas, sendo 28 mil eleitores. Em 21 de dezembro aconteceu o primeiro plebiscito, mas em razão de uma imensa chuva que caiu naquele dia, apenas 5.152 compareceram às urnas, dos quais 2.829 disseram não à separação. Isso deixou a liderança do movimento inconformada, mas nunca deixaram de discutir a ideia da emancipação.

Em 1963, a questão chegou a ser levantada à Assembleia Legislativa de São Paulo (ALESP), com o requerimento dos autonomistas para a realização de um novo plebiscito. Entretanto, a ALESP negou a realização em novembro do citado ano, por 44 votos contra e 32 a favor.

Uma nova mobilização dos autonomistas só ocorreu em 1976. Na época, a população utinguesa já atingia a marca de 300 mil moradores sendo 120 mil eleitores, com 30 grandes indústrias, 300 casas comerciais, 50 mil residências, e contando também com o Pólo Petroquímico, em Capuava. Bem mais desenvolvida economicamente do que nas primeiras tentativas, esperava-se que a mobilização tivesse mais força. Assim, em dezembro do citado ano, uma comissão liderada por Antonio dos Santos e Geraldo Gobatti, apresentou diretamente a representantes do Governo Federal um documento assinado por 300 moradores, solicitando a realização de um novo plebiscito. Entretanto, o parecer de Brasília sobre o abaixo-assinado nunca foi dado, apesar de constar que o próprio presidente da República da época, general Ernesto Geisel, tenha lido o documento.

Apesar do percalço, o movimento emancipacionista continuava latente na região e, para tentar acabar de vez com a ideia, o Prefeito

de Santo André, Newton Brandão realizou um debate com cerca de 200 pessoas na Sociedade Amigos de Bairro (SAB) de Camilópolis, lançando o Movimento em Defesa da Unidade de Santo André, com a finalidade de discutir e avaliar os prós e contras e as consequências que poderiam resultar da proposta, se comprometendo a comparecer e apresentar esse movimento nas demais SABs da região. Tal mobilização culminou na criação do terceiro subdistrito, o de Capuava, em 27 de dezembro de 1985, que retirava de Utinga o Pólo Petroquímico e as demais empresas daquela região.

Uma das grandes queixas dos moradores de Utinga na época era o fato de que as linhas de ônibus tinham seus pontos finais de um lado ou de outro da estação férrea, o que obrigava os usuários a desembolsarem duas passagens e fazer a baldeação. Isto era, simbolicamente, uma amostra da separação entre Utinga (tratada sempre como um distrito inferior) e Santo André. Em 1989, o então prefeito Celso Daniel promoveu a integração das linhas municipais de ônibus, eliminando dessa forma esses transtornos, atendendo uma das queixas históricas dos utinguenses.

Na luta pela emancipação de Utinga, a discussão maior era sobre as divisas. Utinga pleiteava para si a faixa de terra entre os trilhos da estrada de ferro Santos-Jundiá e o Rio Tamandateí. Entretanto, em 1990, o prefeito Celso Daniel estabeleceu corretamente que a marginação entre de Utinga e o distrito sede era o rio e não a estrada de ferro. Assim, a área territorial de Utinga restringiu-se a apenas 17km², ato que simbolizou um 'check-mate' ao movimento autonomista em virtude que, somado com o processo de desindustrialização e a saída de diversas empresas do distrito de Utinga, entre elas a Rhodia Química, Quimbrasil, Elevadores Otis, Swift e tantas outras indústrias de ponta que deixaram a faixa tão cobiçada entre o Rio Tamandateí e o sistema ferroviário.

Apesar de aparentemente não exitoso, o movimento autonomista utingense obteve grandes avanços, pois conseguiu que o Poder Público municipal andreense voltasse seus olhos para aquela região e promovesse melhorias no decorrer dos anos. Hoje há uma estação ferroviária decente, novas escolas, postos de saúde e hospitais, além de ter uma legislação que permitiu seu crescimento vertical. Bom? Ruim? Só seus habitantes poderão responder. O mais importante é a história que, boa ou ruim, não deve ser apagada de nossa memória.

Referências

MEDICI, Ademir. E Utinga não se separou. *Diário do Grande ABC*, Santo André, 23 jan. 2021. Disponível em: <https://www.dgabc.com.br/Noticia/3659271/e-utinga-nao-se-separou>. Acesso em: 30 nov. 2025.

MEDICI, Ademir. UTINGA poderia ter sido o 8º município, mas havia barreiras; esquerda e direita unidas; patrimônio andreense preservado. *Diário do Grande ABC*, Santo André, 4 fev. 2024. Disponível em: <https://www.dgabc.com.br/Noticia/4208564/u-t-i-n-g-a-poderia-ter-sido-o-8-municipio-mas-havia-barreiras-esquerda-e-direita-unidas-patrimonio-andreense-preservado>. Acesso em: 21 dez. 2025.

MEDICI, Ademir. Preconceito, discriminação, uma mancha em Santo André: o tempo atenua, mas não apaga. *Diário do Grande ABC*, Santo André, 2 dez. 2023. Disponível em: <https://www.dgabc.com.br/Noticia/4083533/preconceito-discriminacao-uma-mancha-em-santo-andre-o-tempo-atenua-mas-nao-apaga>. Acesso em: 13 fev. 2026.

RETONDO, Vanderlei. *Crônicas de Uma Vida Feliz*. Santo André: Coopacesso, 2023.

SANTO ANDRÉ. Secretaria de Cultura. *Santo André, entre os rios Oratório e Tamanduateí: o bairro Jardim Ana Maria*. Santo André: Prefeitura de Santo André, 2024. Disponível em: https://www3.santoandre.sp.gov.br/cultura/acervosculturais/wp-content/uploads/2024/06/Santo-Andre%CC%81-entre-os-rios-Orato%CC%81rio-e-Tamanduatei%CC%81-Jardim-Ana-Maria_28_03_2024.pdf. Acesso em: 13 dez. 2025.

Aspectos da emancipação de São Bernardo do Campo

Jorge Henrique Scopel Jacobine

O dia da celebração da Emancipação – 30 de novembro – é a segunda data cívico-municipal mais importante de São Bernardo do Campo. Não é feriado e não é motivo de grandes desfiles pela principal rua da cidade, como acontece na ocasião da comemoração do aniversário da urbe, em 20 de agosto. A memória da efeméride ficou cristalizada, sobretudo, na letra do Hino Municipal, composta pelo principal autonomista e primeiro prefeito, Wallace Simonsen.

Muito frequentemente se realiza também uma cerimônia na Praça Lauro Gomes, na qual o prefeito deposita flores sob o busto de Simonsen. As famílias dos autonomistas¹ – que foram agraciados com medalhas honoríficas pela Câmara Municipal – são ocasionalmente homenageadas neste e em outros eventos esporádicos relativos à data. Em geral, a memória social do acontecimento representa a separação entre Santo André e São Bernardo como resultado dos esforços de alguns cidadãos que, a partir de 1943, decidiram se engajar na causa do bem municipal e reparar uma pretensa injustiça – o rebaixamento da antiga sede municipal à condição de distrito.

Contudo, segundo pensamos, a realidade que produziu esta efeméride, assim como todo acontecer histórico, tem múltiplas causas e é mais complexa. Não foi, portanto, fruto de uma única

1 Alguns autonomistas também foram homenageados com denominações de Avenidas na cidade, como é o caso de Pery Ronchetti, Armando Ítalo Setti e Wallace Simonsen.

cadeia de acontecimentos de determinada natureza. Ao contrário, nela conjugaram-se fatos de ordem política, econômica, demográfica e, também, pessoal, pois não há história sem a ação de indivíduos humanos dotados de livre arbítrio. Ademais, acreditamos que, nos processos históricos, as conjunturas originadas em seus princípios importam, e muito, à maneira de um DNA que persiste e se expressa no decorrer de uma vida.

Desta forma, acreditamos que a emancipação da cidade não foi apenas resultado das ações efetivadas em um determinado período, pois condições presentes no início da sua história político-administrativa, que a antecederam em muitas décadas, moldaram seu desenvolvimento e sua forma final. Portanto, para além da análise da veracidade da memória social descrita, existem diversos elementos importantes e frequentemente mal conhecidos que procuraremos apontar, com a necessária fundamentação de fontes documentais pertinentes.

A primeira circunscrição administrativa permanente a delimitar o território da atual região do Grande ABC surgiu em 1812, com a criação da Freguesia de São Bernardo, atrelada ainda à cidade de São Paulo. A Paróquia de Nossa Senhora da Conceição da Boa Viagem, uma escola pública de primeiras letras, um cartório, um pequeno aglomerado de casas e alguns estabelecimentos comerciais sediados à beira da estrada para Santos, na região do Largo da Matriz, na atual São Bernardo do Campo, constituíram o pequeno centro comercial, religioso e administrativo da Freguesia durante quase todo o século XIX.

Desde, pelo menos, o século XVIII, este espaço já apresentava distintos pontos de concentração humana em zonas geograficamente diferenciadas. Um dos primeiros documentos demográficos de São Paulo, produzido em 1765, já expressava essa realidade ao distinguir as localidades de São Caetano, São Bernardo e Caaguaçu

– topônimo cuja abrangência precisa é mal conhecida, mas que provavelmente incluía o território dos atuais municípios de Santo André, Mauá e Ribeirão Pires.²

Em 1835, um censo paroquial incluía seis zonas na região, cuja localização, em alguns casos, é hoje incerta: Bairro da Freguesia (inclui o centro da atual S.B.C), 239 almas; “Bairro do Caminho de Santos” (possivelmente incluindo área do atual distrito do Riacho Grande, em S.B.C), 195 almas; “Bairro da Borda do Campo até confinar com o distrito da Sé e com o Bairro de São Bernardo [...] e Freguesia de Santo Amaro” (possivelmente incluindo Diadema e adjacências, além do atual município de Santo Amaro), 160 almas; “Guarará ou Vila Velha de Santo André” (arredores do Ribeirão Guarará e adjacências, na atual Santo André), 372 almas; “Bairro do Caaguaçu e parte do Pilar que confina com o Brás” (possivelmente abrangendo desde Mauá até São Caetano), 134 almas; “Bairro do Pilar onde tem uma capela” (atual Bairro do Pilar, em Ribeirão Pires, cuja ermida remonta ao século XVIII e ainda existe, sendo referência para uma festa tradicional do município), 170 almas (Santos, 1992, p. 139).

Nesta época, algumas grandes fazendas, como a do Alferes Bonilha, em São Bernardo, ou a do Capitão José Barbosa Ortiz, localizada na região entre as atuais Santo André e Mauá, concentravam muitos escravos, abrigando várias dezenas de moradores.

As estações da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí foram inauguradas a partir de 1867, e, décadas depois, várias delas dariam origem aos núcleos de desenvolvimento urbano inicial dos municípios que hoje as abrigam: Estação São Bernardo (1867), em Santo André; Estação Rio Grande (1867), em Rio Grande da Serra; Estação Pilar (1883), em Mauá; e Estação Ribeirão Pires (1885). A partir de 1877, com a chegada de imigrantes europeus para habitação em núcleos

2 Lista Nominativa da Cidade de São Paulo. 1765. Acervo: Arquivo do Estado de S. Paulo. Maços de População (1765- 1866).

coloniais em São Bernardo (1877), São Caetano (1877) e Ribeirão Pires (1887), a população da região aumenta sensivelmente,³ atingindo 4 mil pessoas em 1887.

Em 1889, a antiga freguesia foi elevada à condição de Vila, dando lugar ao município de São Bernardo, instalado, no ano seguinte, com os mesmos limites geográficos. É neste ponto da história que começam a aparecer os elementos relacionados aos desenvolvimentos de Santo André e São Bernardo que estão diretamente implicados na Emancipação de 1944. Sede do maior núcleo colonial da região – responsável por sensíveis incrementos demográficos e dinamização econômica – e, ao mesmo tempo, da maioria das instituições herdadas da antiga freguesia – paróquia, cartório, juizado de paz e duas escolas de primeiras letras – a região central da atual São Bernardo do Campo foi escolhida para sede do município.

Por outro lado, a região da atual Santo André, então denominada apenas Bairro da Estação, não era sede de núcleo colonial e não apresentava grandes destaques em relação às outras zonas da região. Registros de impostos produzidos pela prefeitura municipal apontam para o contraste entre as duas áreas. Em 1893, o Bairro da Estação apresentava 22 imóveis sujeitos ao imposto predial, contra 229 da sede.⁴ Em 1895, existiam 71 estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços nesta última localidade, e apenas 24 na zona vizinha.⁵

Porém, a partir da segunda metade da década de 1890, o desenvolvimento industrial da zona andreense se intensificou cada vez mais, devido à instalação de três fábricas de grande ou médio porte

3 Câmara dos Deputados de São Paulo. Parecer nº 83. 1888.

4 Informação anexa ao ofício da Câmara Municipal de São Bernardo, de 5 de julho de 1893, dirigido ao Diretor Geral da Instrução Pública do Estado, por Manoel J. de Oliveira Cata Preta, vice-presidente da Câmara. Acervo: Arquivo do Estado de São Paulo.

5 Câmara Municipal de São Bernardo. Procuradoria. Impostos diversos (1893-1899); Câmara Municipal de São Bernardo. Imposto de Indústrias e Profissões 1911-1923.

nas proximidades da estação ferroviária. Em consequência, esta localidade passou a apresentar crescimento acelerado nas esferas demográfica, urbana e comercial, de modo que, por volta de 1905, se aproximou ou ultrapassou a sede em todos os indicadores conhecidos.

Em 1910, este crescimento foi oficialmente reconhecido através da transformação do então bairro em Distrito de Santo André. O contraste demográfico, urbanístico e econômico entre este novo distrito e a velha sede aumentou imensamente nas décadas seguintes, principalmente devido à instalação de empresas internacionais, de porte ainda maior que as anteriores, na região andreense – Lidgerwood (1919), Rhodia (1921), Fichet & Schwartz-Hautmont (1923), e Pirelli (1929). Por volta da década de 1930, esta área já se constituía um dos maiores centros industriais do Brasil.

No plano político, durante a maior parte da República Velha, a cidade foi governada por intendentess ou prefeitos residentes no Distrito de Santo André. Entre 1899 e 1901, o imigrante italiano Ítalo Stefanini foi único morador da sede a ocupar o cargo. O político mais influente do município, o republicano José Luiz Fláquer – futuro deputado e senador estadual – possuía vínculos fortes com a zona andreense, onde residia com a família e possuía um sítio. Dois de seus irmãos – Alfredo e Luís Pinto Fláquer Jr. – foram intendentess municipais entre 1892 e 1914, mantendo a família no poder durante 19 anos.

Entre 1914 e 1930, governou Saladino Cardoso Franco, membro do Partido Republicano Paulista, também atrelado ao mesmo local, onde sua família era, desde muitas décadas, proprietária da Fazenda do Oratório, grande propriedade rural situada nas imediações da fronteira com o Bairro São Mateus. A partir de 1911, uma agência da prefeitura passou a funcionar em Santo André, a qual, concentrou os trabalhos administrativos do município até a emancipação de São Bernardo.

A economia da sede municipal apresentava números modestos em relação àqueles do distrito andreense, mas, ainda assim, significativos e em crescimento. Por volta de 1930, a localidade contava com três tecelagens de médio porte e mais de uma dezena de indústrias de móveis, algumas com mais de uma centena de funcionários. No conjunto do ramo moveleiro estadual, a participação das fábricas da sede são-bernardense já constituía uma das maiores representações municipais.

A representação política desta pequena elite econômica tomou forma por volta de 1928, depois da criação do diretório local do Partido Democrático: Armando Ítalo Setti – cuja família era proprietária da maior tecelagem são-bernardense – além de ser um de seus dirigentes, era também correspondente regional do Diário Nacional, jornal oficial da agremiação, cuja sucursal funcionaria, a partir de 1929, em sua residência. No Partido Democrático também militavam Bortolo Basso, Francisco Miele, João Corazza, e José Zóboli, todos industriais da sede do antigo município, local cuja representação entre os vereadores havia sido pequena ao longo das duas décadas anteriores e desapareceu totalmente na legislatura eleita em 1928.

No dia 5 de janeiro de 1930, durante a campanha para as eleições presidenciais que ocorreriam em março do mesmo ano, Getúlio Vargas e João Pessoa foram visitar a região central de São Bernardo, em evento arranjado de forma improvisada pelo Partido Democrático local, apoiador do futuro ditador e presidente, que se opunha ao Partido Republicano Paulista, de Saladino Franco. O grupo de partidários da Aliança Liberal, que vinha da capital paulista e se dirigia a Santos, foi recebido com fogos de artifício e cercado por populares e militantes do Partido Democrático, sendo depois conduzido à Praça da Matriz, onde foram realizados breves discursos.

Alijada do cargo máximo da municipalidade desde o início do século, a elite econômica são-bernardense viu sua situação mudar

radicalmente, desde o dia 28 de outubro de 1930, quando Armando Ítalo Setti, devido ao seu apoio a Getúlio Vargas e às forças políticas que o levaram ao poder, foi nomeado prefeito do município pela Junta Governativa Revolucionária Provisória, órgão das forças militares que derrubaram o governo do presidente Washington Luís, na revolução de 3 de outubro de 1930.

Além de destituído do cargo, Saladino Cardoso Franco chegou a ficar preso na Capital por alguns dias. Setti ocupou o poder até dezembro de 1932, quando foi exonerado, provavelmente devido à sua colaboração na Revolução Constitucionalista. Uma de suas obras ficou guardada no memorial local por ter favorecido indevidamente a sede do município: Armando determinou o calçamento da Rua Marechal Deodoro entre a Praça da Matriz e o ponto em que se localizava sua residência, fazendo deste trecho o primeiro a receber o benefício em toda a cidade, algo que provavelmente exasperou a elite política andreense.

Durante os 12 anos seguintes, o município foi governado por diversos forasteiros indicados pela interventoria estadual paulista. A principal exceção foi o médico Felício Laurito, que era nascido e residente no distrito de Ribeirão Pires, mas possuía importantes vínculos profissionais e políticos em Santo André, distrito que continuou concentrando a maior parte dos investimentos e da atenção dos gestores. No breve interlúdio democrático na vida municipal da década de 1930, entre meados de 1936 e 1937, a Câmara Municipal destituída pela revolução foi restaurada, tendo sido eleitos três vereadores de S. Bernardo, todos industriais e, significativamente, futuros líderes do movimento pela emancipação da localidade: Armando Setti, Bortolo Basso e Pery Ronchetti.

Em 2 de março de 1938, já na vigência do Estado Novo, Getúlio Vargas assinou o decreto-lei 311, determinando a realização de reformas quinquenais nas divisas e denominações municipais e

distritais em todo o país, a partir daquele ano. Em atendimento à demanda, foi criada em São Paulo, em abril, a Comissão de Divisão Administrativa, sediada no Departamento Geográfico e Geológico, a qual deveria receber mapas de todos os municípios do estado, bem como dos pedidos de modificação das condições existentes.

Segundo o decreto estadual que determinava a reforma, todos os municípios deveriam enviar também “plantas das áreas urbanas e suburbanas, tanto da cidade (sede do município), como das respectivas vilas (sedes distritais)” (Correio Paulistano, 1938, p. 3). Os próprios termos usados no decreto contribuíam para evidenciar a situação incomum vivenciada em São Bernardo, pois o que mais parecia se enquadrar no significado da categoria “cidade” era o distrito de Santo André, cuja zona urbana possuía, segundo o censo mais recente, a monta de 17012 habitantes, enquanto a sede, com apenas 4036 pessoas, parecia, neste contexto, se encaixar sob o rótulo de Vila.

Diante do projeto de racionalização da divisão territorial do país⁶, a transformação de Santo André em sede do município e o consequente rebaixamento da área da atual São Bernardo ao status de distrito era algo perfeitamente natural. Finalmente, a mudança foi consumada pelo decreto-lei 9775, assinado pelo interventor paulista Ademar de Barros, em 30 de novembro de 1938. Deste modo, a partir de 1º de janeiro de 1939, o antigo município de São Bernardo passou a se chamar Santo André – uma vez que a norma federal decretada em março, determinava que o local da sede é que deveria dar o nome ao município.

O novo censo nacional, realizado em 1940, revelou que a área total da antiga sede municipal possuía 11685 habitantes, o que, segundo

6 Em agosto de 1936, a Convenção Nacional de Estatística já havia preconizado diversos elementos presentes na lei de 1938, como a necessidade de todas as revisões territoriais serem realizadas de em bloco, de forma periódicas e regular. Além disso determinava a necessidade da “a atribuição dos foros de cidade e Vila segundo critérios específicos claramente fixado em lei”.

os critérios vigentes, era condição para que a localidade pleiteasse a condição de município. Apesar disso, os são-bernardenses possivelmente interessados só poderiam pensar em uma modificação da sua condição distrital em 1943, quando, segundo o já citado decreto 311, a revisão quinquenal geral da divisão territorial deveria ser discutida e aprovada, sendo vedada a possibilidade de alterações individuais.

Publicado em 2 de abril daquele ano, o decreto que instituía a comissão para condução da nova reforma logo repercutiu em São Bernardo, gerando, em 3 maio, uma primeira e decisiva reunião de empresários e profissionais liberais. Entre os presentes estavam Setti, Ronchetti, Miele e Corazza. Bortolo Basso não compareceu, mas exerceu um papel fundamental nas ações futuras do grupo, uma vez que travou amizade com o banqueiro Wallace Simonsen, arrancando dele uma promessa informal de ajuda. Da reunião surgiu o propósito explícito de iniciar o movimento pela elevação do distrito de São Bernardo à condição de Município e, também de expandi-lo com a inclusão de “todos os industriais, comerciantes e proprietários locais” – conforme informava a ata do evento – além de procurar Simonsen buscando sua importantíssima e, possivelmente, decisiva, adesão ao grupo.

Membro de uma das famílias mais ricas de São Paulo, influente nas esferas administrativas estadual e federal, Wallace possuía uma chácara em São Bernardo, na qual passava finais de semanas e férias com a família. Concordou em participar do grupo emancipacionista, sendo formalmente transformado em seu líder por ocasião da fundação da Sociedade Amigos de São Bernardo, em 3 de maio, da qual se tornou o presidente.

A liderança de família Setti entre o grupo dos empresários locais também se expressou neste momento, através da escolha, para o cargo de vice-presidente da sociedade, do industrial Italo Setti – pai de Armando – já idoso, que viria a falecer poucos meses depois.

Pery Ronchetti ficou com o posto de 2º vice-presidente. Francisco Miele e João Corazza foram nomeados tesoureiros, e Armando Setti, secretário. Além do pleito pela emancipação do município, esta agremiação tinha como objetivo promover várias benfeitorias na região, como, por exemplo, a construção de um novo prédio para o grupo escolar.

A partir deste ponto, o movimento se expande para além do núcleo dirigente original, agregando mais comerciantes, industriais, e elementos da população em geral, incluindo mulheres e crianças, que participam de reuniões festivas, onde se promovem discursos e se ensaiam músicas relacionadas aos objetivos da Sociedade. Mostras de engajamento popular eram elementos que poderiam ser levados em consideração pelas autoridades que iriam avaliar o pedido pela emancipação, como aconteceu na revisão de 1938, quando a Comissão de Divisão Administrativa estadual recomendou a anexação de uma “representação de moradores com firma reconhecida e com prova de que se trata de moradores residentes na área pretendida” (Correio Paulistano, 1938, p. 13), na retórica direcionada ao grande público, o novo movimento apelava para a ideia de “reparação” – como aparece no hino da cidade – da pretensa injustiça criada pelo rebaixamento.⁷

Um dos eventos mais elucidativos acerca do poder de influência de Simonsen e sua visão sobre o que estava em jogo no pleito dos são-bernardenses aconteceu em dezembro de 1943, quando o presidente Getúlio Vargas novamente esteve em São Paulo para inaugurar um primeiro trecho da Via Anchieta. Aliado do Ministro da Justiça, Alexandre Marcondes, e irmão de Roberto Simonsen, um dos principais intelectuais da época e importante apoiador do Vargas, Wallace conseguiu trazer o ditador a um evento na rua central de S. Bernardo e obter seu apoio público à causa.

7 “Custou mais veio a justa reparação” diz o verso inicial do hino do município. Também Vargas, no discurso com o qual respondeu a Simonsen, na ocasião da inauguração da Via Anchieta, alude à correção de uma mudança indevida, ao prometer “colocar a cabeça no lugar de onde ela foi extirpada”.

No discurso proferido na ocasião, o banqueiro afirmou que:

São Bernardo se desenvolveu de forma rápida e florescente. As chaminés aumentaram, as casas se expandiram e a população cresceu. O progresso que essa gente trabalhadora conseguiu, principalmente no setor industrial, tomará agora maior impulso ainda e antevê-se para o futuro uma situação invejável para esta célula nacional porque V. Ex.^ª acaba de inaugurar um grande trecho da Via Anchieta que facilitará extraordinariamente os meios de transporte para a capital do estado, e, proximamente, para o porto de Santos (Folha de São Paulo, 1943, p. 6).

Figura 1: Visita de Getúlio Vargas à região central do então distrito de São Bernardo.⁸



Fonte: Arquivo Nacional, 1943.

8 No canto inferior esquerdo, o homem que aparece de costas é Wallace Simonsen, o qual lê seu discurso para Vargas. Ao lado direito do ditador está Armando Setti, e à esquerda está o interventor federal Fernando Costa. Entre Setti e Vargas, na fila de trás, aparece Francisco Miele. Na mesma fotografia se encontram ainda João Corazza e o padre emancipacionista Jerônimo Angeli.

De fato, ao atrair para suas margens o nascente parque automotivo brasileiro, a Via Anchieta se tornaria um dos pilares do extraordinário progresso industrial do município nas décadas seguintes, o qual seria responsável por transformar o orçamento de sua prefeitura em um dos maiores do país. Simonsen anteviu o processo – bem como as oportunidades que lhe eram associadas – e procurou se fazer participante do mesmo, não apenas ao liderar o movimento emancipacionista, mas também ao buscar a nomeação para o cargo de prefeito do novo município, do qual só saiu em março de 1947, poucos dias depois da posse de seu então adversário, Ademar de Barros, como governador do Estado.

Em um primeiro momento a movimentação do grupo foi mal-recebida em Santo André, recebendo ataques na imprensa daquela localidade, os quais reacenderam as rivalidades entre as duas localidades, já manifestadas em outras ocasiões. Porém, em meados de 1944, as hostilidades pareciam contornadas, uma vez que Simonsen foi empossado em um recém-criado cargo de subprefeito de São Bernardo, em um evento no qual o então prefeito de Santo André, José da Carvalho Sobrinho, afirmou ser favorável à emancipação de S. Bernardo.

Depois de ser postergada e de sofrer diversas mudanças, a revisão administrativa que contemplava a criação de São Bernardo do Campo e de 35 outros municípios paulistas foi efetivada em 30 de novembro de 1944. Após a Emancipação, os principais líderes do movimento continuaram sua busca pelo poder local. Em 1945, Ronchetti, Setti, Miele e Corazza, estavam associados ao prefeito Simonsen no diretório local do Partido Social Democrático.

No contexto da redemocratização do país, foram obrigados a enfrentar novas práticas políticas, que poderiam ser enquadradas na categoria do populismo, e que, na cidade, se consubstanciaram nas atividades da paulistana Tereza Delta, militante do Partido Social

Progressista de Ademar de Barros, que em abril de 1947 a nomeou para o cargo de prefeito.

Em 1948, nas primeiras eleições após a redemocratização, Setti, Ronchetti, e Atílio Zóboli – outro proprietário de indústria moveleira e militante emancipacionista – se elegeram vereadores. Seu candidato, Hygino de Lima, membro de uma antiga e influente família são-bernardense, com tradição na política local e ligada ao movimento de 1943. Foi derrotado por José Fornari, candidato do Partido Social Progressista, que graças a enorme popularidade de Delta, também angariou a maioria das vagas na Câmara dos Vereadores. Por fim, Bortolo Basso se elegeu vice-prefeito em 1952, em uma eleição em que os antigos políticos locais se uniram em torno da candidatura de Lauro Gomes, vencendo Edmundo Delta, irmão de Tereza, por uma pequena margem.

As circunstâncias administrativas, econômicas, demográficas e políticas apresentadas neste relato ajudam a realçar a multiplicidade de fatores envolvidos na produção do acontecimento histórico em tela, favorecendo sua melhor compreensão. Buscamos, sobretudo, iluminar certos elementos específicos, os quais elencamos a seguir.

Em primeiro lugar, destacamos a importância do grupo político liderado por Armando Setti, cuja ação de longa duração, que se estendia desde a década de 1920, foi determinante para o surgimento e organização do movimento emancipacionista. Nesta perspectiva, o acontecimento se enquadra em uma longa rivalidade entre as elites de São Bernardo e Santo André, com raízes nos acontecimentos da década de 1890.

Buscamos mostrar também que, para além dos esforços dos agentes locais, tanto o rebaixamento quanto a elevação à condição de município foram ações determinadas por esforços nacionais de planejamento e racionalização levado a cabo pelo Estado Novo, através de legislação que estabelecia a obrigatoriedade e

a exclusividade das revisões administrativas quinquenais no país, estabelecendo orientações claras para a categorização das diversas localidades.

Por fim, enfatizamos a importância dos traços demográficos e econômicos envolvidos no desenvolvimento dos dois núcleos urbanos pertinentes ao tema. Sem um crescimento adequado destes indicadores, bem como das malhas urbana e suburbana que impulsionaram, não só a emancipação de São Bernardo poderia não ter acontecido, como a toda a geopolítica administrativa da atual região do Grande ABC poderia ter sido outra. Como mostramos no princípio, existiram outros pequenos núcleos urbanos na região que, caso o processo de expansão industrial e populacional tivesse tomado outro caminho, poderiam ter dado origem a um elenco de municípios diferente, com outros territórios e em tempos diferentes. Mundos possíveis, certamente, mas não compossíveis, como diria o filósofo alemão Gottfried Leibniz.

Referências

Acervo:

Centro de Memória de São Bernardo do Campo

Correio Paulistano.

Diário Nacional.

Folha de São Paulo.

O Estado de S.Paulo.

Bibliográficas:

BRASIL. IBGE. *Recenseamento Geral do Brasil* (1º de setembro de 1940): Série Regional. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto do IBGE, 1950. Parte XVII – São Paulo, Tomo 2.

JACOBINE, Jorge Henrique Scopel. *São Bernardo e os municípios do Estado de São Paulo (1890-1940)*. São Bernardo do Campo: Centro de Memória de São Bernardo do Campo, 2025. Disponível em: <https://www.saobernardo.sp.gov.br/web/cultura/sao-bernardo-e-os-municipios-do-estado-de-sao-paulo-1890-1940->. Acesso em: 22 nov. 2025.

JACOBINE, Jorge Henrique Scopel. Wallace Simonsen, líder da Emancipação e prefeito de São Bernardo do Campo. *São Bernardo do Campo: Centro de Memória de São Bernardo do Campo*, 2022. Disponível em: <https://www.saobernardo.sp.gov.br/web/cultura/wallace-simonsen-lider-da-emancipacao-e-prefeito-de-sao-bernardo-do-campo>. Acesso em: 28 nov. 2025.

JACOBINE, Rodolfo Scopel. *Uma Pequena História da Emancipação*. São Bernardo do Campo: Centro de Memória de São Bernardo do Campo, 2005.

SANTOS, Wanderley dos. *Antecedentes históricos do ABC paulista: 1550-1892*. Organização do Serviço de Documentação e História Local. São Bernardo do Campo: SECE, 1992.

SÃO BERNARDO (Município). Câmara Municipal. *Imposto de Indústrias e Profissões (1911-1923)*. Acervo: Centro de Memória de São Bernardo do Campo.

SÃO BERNARDO (Município). Câmara Municipal. *Procuradoria: Impostos diversos (1893-1899)*. Acervo: Centro de Memória de São Bernardo do Campo.

SÃO BERNARDO (Município). Prefeitura Municipal. *Relatório apresentado ao Departamento de Administração Municipal pelo Prefeito Armando I. Setti*. São Bernardo do Campo, 1932.

SÃO PAULO (Estado). Arquivo Público do Estado. *Lista Nominativa da Cidade de São Paulo (1765)*. Maços de População (1765-1866). São Paulo: APESP.

SÃO PAULO (Estado). Assembleia Legislativa. *Parecer nº 83*. São Paulo, 1888.

São Caetano do Sul: a saga de um ideal que se renova

João Tarcísio Mariani

Para compreender a autonomia de São Caetano do Sul, é preciso observar o “antes, o durante e o depois” de sua formação. Para essa jornada, apoiamo-nos na autoridade intelectual do Prof. José de Souza Martins, o mais ilustre pesquisador da história sul-são-caetanense. Mais do que fonte de pesquisa, o Prof. Martins é para nós uma referência de amizade e admiração; a ele dedicamos esta síntese, cujas citações enriquecem o resgate da nossa terra natal.

Este resgate vai além do simples registro de datas e nomes; trata-se de um esforço para manter viva a chama do idealismo que transformou uma antiga fazenda de monges em uma cidade protagonista. Ao revisitarmos as conquistas e os desafios enfrentados pelos pioneiros, reafirmamos nossa identidade e reconhecemos que o desenvolvimento atual de São Caetano do Sul é o fruto direto da coragem de quem, no passado, não aceitou o papel de coadjuvante.

Apresentamos a seguir uma linha do tempo que equilibra o rigor histórico com uma pitada de descontração, afinal, a história deve ser precisa sem ser enfadonha. Essa jornada cronológica nos convida a mergulhar em um passado distante, onde o cenário urbano que conhecemos hoje era apenas uma promessa escondida sob camadas de solo úmido e vegetação densa. Ao voltarmos o olhar para as origens, percebemos que o espírito de transformação

da nossa gente já se manifestava desde os primeiros esforços para moldar a terra e adaptar o ambiente às necessidades de uma comunidade que começava a dar seus primeiros passos.

Nesse recuo ao passado, encontramos os idos de 1700, quando São Caetano era dominada pela onipresente letra “M”: mato, mosquitos, manadas e muito – mas muito – mangue. Essa paisagem rústica começou a ganhar novos contornos em 1671, quando o bandeirante Fernão Dias Paes Leme arrematou em leilão as terras de Tijucuçu (termo tupi-guarani para “solo barrento”) e as doou ao Mosteiro de São Bento. Surgia ali a Fazenda de São Bento, onde os monges beneditinos se dedicaram à criação de gado e, com notável engenhosidade, construíram sistemas de drenagem para evitar que o rebanho se perdesse no brejo, demonstrando uma vocação precoce para a engenharia e o cuidado com o território.

A identidade do local consolidou-se em 1717 com a construção da capela dedicada a São Caetano di Thiene, fazendo com que a propriedade passasse a ser chamada de Fazenda São Caetano do Tijucuçu – e, mais tarde, apenas Fazenda de São Caetano. A grande virada produtiva, entretanto, ocorreu em 1730, quando os monges decidiram, literalmente, tirar o pé da lama. Aproveitando a excelente qualidade do barro da região, fundaram uma olaria que logo se tornou referência, transformando a matéria-prima bruta em telhas, tijolos, lajotas e adornos cerâmicos destinados a ornar as casas e igrejas da crescente cidade de São Paulo.

A prosperidade da olaria e o trabalho dos monges moldaram o vilarejo por décadas, mas o cenário social sofreria uma transformação radical no século XIX. Em 1871, antecipando-se à abolição oficial, a Ordem de São Bento decidiu libertar seus mais de quatro mil escravizados, o que gerou uma crise de mão de obra na Fazenda de São Caetano. Diante desse novo contexto, o Governo Imperial desapropriou as terras para instalar o Núcleo Colonial de

São Caetano, cujos lotes foram divididos e entregues, a partir de 28 de julho de 1877, a colonos italianos vindos majoritariamente da região do Vêneto. Esses imigrantes, conhecidos pela disposição em “pôr a mão na massa”, trouxeram uma nova dinâmica de desenvolvimento, embora a estabilidade política ainda estivesse longe de ser alcançada.

Com o crescimento da região, iniciou-se uma verdadeira “dança das cadeiras” administrativa: em 1901, o povoado foi anexado ao recém-criado município de São Bernardo – cuja expansão territorial parecia seguir o apetite voraz de João Ramalho pelas bordas do campo. Mais tarde, em 1938, Santo André assumiu a sede municipal e São Caetano foi rebaixado à condição de “2ª zona” e, posteriormente, a subdistrito. Esse cenário de submissão administrativa era paradoxal, já que a arrecadação da vila era tão expressiva quanto a de seus vizinhos. Foi nesse clima de indignação que o sonho da autonomia começou a ganhar corpo, primeiro em 1928, sob a liderança do engenheiro Armando de Arruda Pereira, que, apesar de seu prestígio na Cerâmica São Caetano, não obteve sucesso imediato em sua estratégia política.

A frustração da primeira tentativa, contudo, serviu de adubo para o movimento emancipacionista de 1946. Liderados pelo vigor do Jornal de São Caetano e por jovens idealistas como Mário Porfírio Rodrigues, Luiz Rodrigues Neves e Walter Thomé, os autonomistas fundaram, em 1947, a Sociedade Amigos de São Caetano para dar suporte legal à causa. Todo esse esforço convergiu para o histórico domingo de 24 de outubro de 1948, quando um plebiscito selou o destino da cidade com uma vitória esmagadora do “SIM”. A conquista resultou na criação oficial do município de São Caetano do Sul – o complemento foi adicionado para diferenciá-lo de sua homônima pernambucana – e, em 1949, a cidade celebrou a posse de seu primeiro prefeito, Ângelo Raphael Pellegrino, e de uma Câmara

de Vereadores que trabalhava movida pelo puro civismo, sem qualquer remuneração.

Hoje, ao analisarmos essa linha do tempo, percebemos que o espírito autonomista não se encerrou com a vitória nas urnas. Se o primeiro movimento foi de tentativa e o segundo de conquista, vivemos agora o Terceiro Movimento da Autonomia, dedicado à preservação da memória e do orgulho sul-são-caetanense. Esse legado é mantido vivo pelo GAMA (Grupo de Amigos do Movimento Autonomista), que nasceu da união de pioneiros e seus descendentes. O que começou como almoços comemorativos organizados por Mário Porfírio transformou-se em uma instituição sólida que, por meio de palestras, concertos, missas e parcerias culturais, garante que a história da emancipação não seja apenas um registro em livros, mas uma inspiração constante para que as futuras gerações continuem a valorizar a terra que os monges, os imigrantes e os autonomistas ajudaram a construir.

Para selar essa trajetória, o GAMA consolida-se hoje como o guardião da identidade de São Caetano do Sul, projetando o entusiasmo dos pioneiros para as décadas que virão. Mais do que celebrar datas, o grupo atua na formação de uma consciência cidadã que reconhece na autonomia a base da qualidade de vida e do progresso que definem o nosso município. Ao conectar a sabedoria dos veteranos à curiosidade das novas gerações, este terceiro movimento assegura que a chama do idealismo de 1948 permaneça acesa, garantindo que a história da nossa emancipação continue sendo escrita com o mesmo orgulho e dedicação por todos aqueles que escolheram esta terra para viver e prosperar.

Se a história registra a tentativa de 1928 e a vitória de 1948, resta-nos identificar o terceiro movimento da autonomia. Diferente dos anteriores, este não busca a separação territorial, mas a proteção ferrenha da identidade local: é o movimento de preservação da

memória e exaltação dos líderes que moldaram nosso destino. Esse terceiro pilar é personificado pelo GAMA – Grupo de Amigos do Movimento Autonomista, cujo objetivo é garantir que a “Semana da Autonomia” seja celebrada anualmente com a dignidade que nossa história merece. Conhecer o GAMA é mergulhar no idealismo que ainda pulsa em São Caetano do Sul, compreendendo que a trajetória deste grupo é, em essência, a própria história da preservação de um ideal que amadureceu ao longo das décadas.

Essa jornada começou a ganhar forma em 1998, o ano do cinquentenário da autonomia, quando o líder autonomista Mário Porfírio Rodrigues organizou um almoço comemorativo que reuniu os 20 autonomistas ainda vivos na época. O que nasceu como um evento isolado floresceu e, a partir de 2000, o grupo ganhou o reforço de figuras como Ivo Pellegrino, Humberto Domingos Pastore e Domingo Glenir Santarnecchi, fortalecendo o vínculo entre os protagonistas do passado e os novos guardiões do presente. Com o inevitável passar dos anos e o declínio natural do número de veteranos – reduzidos a apenas seis em 2002 –, a estratégia de sobrevivência do grupo foi abrir as portas para filhos e parentes dos pioneiros, mantendo acesa a chama em reuniões acolhedoras no Museu de São Caetano.

A transição para a maturidade, no entanto, não foi isenta de desafios. Em 2007, esse espírito de união deu origem ao IRMA (Instituto Renovador do Movimento Autonomista), mas o projeto, ainda em uma fase de “agitação adolescente”, encerrou suas atividades após dois anos devido a divergências internas. Contudo, o desejo de manter a memória viva resistiu e, em 2012, Mário Porfírio, Oscar Garbelotto e o jornalista Hermano Pini Filho idealizaram o ciclo “Falar sobre São Caetano” na USCS. Mesmo com a perda súbita de Hermano Pini pouco antes do primeiro encontro em 2013, o grupo provou sua resiliência: em 30 de abril daquele ano, o movimento

consolidou-se oficialmente como GAMA, tendo Oscar Garbelotto como seu primeiro presidente, seguido pelo próprio Mário Porfírio, hoje Presidente Emérito.

Essa consolidação institucional permitiu que o GAMA superasse a barreira do tempo e da sucessão de lideranças, chegando a 2024 sob a presidência de Wagner Antonio Natale. Ao longo de mais de uma década, o grupo transformou o saudosismo em uma agenda vibrante e prática, desenvolvendo um legado de atividades que permeiam o cotidiano da cidade. Através de parcerias estratégicas, o GAMA conseguiu capilarizar o tema da autonomia em diversas esferas, desde concertos e espetáculos de dança com a Fundação das Artes até palestras educativas e concursos culturais nas escolas municipais, garantindo que o feito emancipacionista de 1948 não seja apenas uma data no calendário, mas uma lição viva de cidadania para todas as gerações.

Ao projetar essas ações para o futuro, o GAMA reafirma que a preservação da memória é um exercício contínuo de renovação, onde o engajamento das novas gerações torna-se o combustível essencial para a manutenção da nossa identidade. O desafio atual não é apenas recordar o que foi feito, mas inspirar os jovens cidadãos a compreenderem que os privilégios e a infraestrutura de São Caetano do Sul são frutos de uma herança de coragem que precisa ser honrada. Ao levar a história da autonomia para dentro das salas de aula e para os palcos culturais, o grupo estabelece uma ponte geracional, garantindo que o entusiasmo dos pioneiros de 1948 encontre eco no olhar dos estudantes de hoje. Assim, o terceiro movimento da autonomia cumpre sua missão mais nobre: transformar a gratidão pelo passado em compromisso com o futuro, assegurando que o orgulho de ser sul-são-caetanense permaneça pulsante no coração de cada habitante que aqui escolhe escrever sua própria história.

Referências

Acervo:

Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul – Acervo documental sobre o Núcleo Colonial e Movimento Autonomista.

Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS) – Centro de Memória Prof. Oscar Garbelotto.

Bibliográficas:

FOLHA DO ABC. *São Caetano celebra 72 Anos da Autonomia*. São Caetano do Sul, 18 out. 2020. Disponível em: <https://folhadoabc.com.br/sao-caetano-celebra-72-anos-da-autonomia/>. Acesso em: 14 jan. 2026.

FUNDAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA DE SÃO CAETANO DO SUL. *Revista Raízes*: edição especial de 50 anos da emancipação política. São Caetano do Sul, n. 18, out. 1998.

FUNDAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA DE SÃO CAETANO DO SUL. *Vozes da Vizinhança – Os bairros de São Caetano por seus moradores*. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória, 2003.

MARTINS, José de Souza. *São Caetano do Sul em quatro séculos de história*. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória, 1957 (e edições subsequentes).

MARTINS, José de Souza. *Subúrbio: vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha*. São Paulo: Hucitec/UNESP, 1992.

MARTINS, José de Souza. *Diário de Fim de Século: Notas sobre o Núcleo Colonial de São Caetano no século XIX*. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória, 1998.

MÉDICI, Ademir. *Memória Diário: Os 75 anos da autonomia de São Caetano*. *Diário do Grande ABC*, 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bANa9uG4z1k>. Acesso em: 28 jan. 2026.

Vozes dissonantes de um movimento histórico: os opositores da autonomia política de São Caetano¹

Cristina Toledo de Carvalho

A temática alusiva à autonomia política de São Caetano encontra-se, sem exagero, entre os aspectos do passado da localidade que despertam grande interesse historiográfico. Embora isso se verifique, são poucas as pesquisas que se debruçam com profundidade sobre o tema em tela, ficando pelo caminho uma série de questões, dúvidas e lacunas. Sem pretender respondê-las ou tomá-las para si, este texto objetiva trazer à tona algumas reflexões que possam contribuir para a abordagem do assunto à luz de fontes primárias, geradas em 1948, no bojo do movimento emancipacionista da cidade. Tais fontes inserem no centro das discussões as forças opositoras da causa, que tinham na figura de Antônio Flaquer, prefeito de Santo André na ocasião, uma liderança, firmando-se como representante dos interesses remanescentes da estrutura oligárquica que vigorara no país durante a chamada República Velha (1889-1930). Do outro lado da disputa, estavam os que advogavam a favor da emancipação de São Caetano, sob o comando de uma elite emergente, cujos componentes provinham, predominantemente, das fileiras do comércio e da indústria locais.

1 Texto publicado originalmente na edição 61 da Revista Raízes (p. 54-61, set. 2020), a qual concedeu autorização para a republicação do material nesta coletânea.

Publicado na edição de número 61 da *Revista Raízes*, o artigo em foco é apresentado nesta louvável coletânea com uma roupagem um pouco distinta, que não lhe furta, todavia, o teor original. Sendo assim, foi mantida incólume a proposta de trazer à baila os meandros que engendraram as articulações da ala opositora da autonomia da cidade. No contexto da luta pelo poder político na região, o movimento autonomista colocou frente a frente segmentos sociais privilegiados economicamente.

Sob a liderança de Antônio Flaquer

Para Eliane Kuvasney, em São Caetano, “não era a elite proprietária de terras (que detinha o poder na região) quem almejava a emancipação do lugar, mas sim a burguesia emergente, oriunda de outras camadas da sociedade” (1996, p. 100). Segundo ela, nesse cenário político, a “velha sociedade”, de origem agrária, opôs-se à “nova”, formada por personagens que, em face da intensificação da expansão urbano-industrial ocorrida no subúrbio de São Paulo, a partir da primeira metade do século 20, ascenderam-se social e economicamente. A referida autora prossegue nessa linha de raciocínio e aponta que

No grupo hegemônico da Câmara de Santo André encontram-se representantes dessas oligarquias [agrárias] que dominaram a região desde o século XIX, como o vereador Silvio Franco, da família Cardoso Franco, grandes proprietários de terras que abrangiam os distritos de Utinga e Mauá, além do núcleo central [Santo André]. Os vereadores Francisco A.A. Barone e Fioravante Zampol eram os representantes do Prefeito Antônio Flaquer na Câmara. A família Flaquer, também de grandes proprietários de terras no núcleo central e Ribeirão Pires, revezava-se no poder

– além de rivalizarem-se com os Cardoso Franco, até 1930, representados pelo seu chefe Saladino Cardoso Franco² – prefeito por seis legislaturas – e Alfredo Flaquer – prefeito por quatro legislaturas – ambos coronéis da Guarda Nacional (1996, p. 36).

Embora, com a consolidação da autonomia de São Caetano, a fragmentação da região tenha possibilitado a chegada de um ascendente grupo social a postos de comando na esfera público-administrativa, as velhas engrenagens do poder, movidas por práticas e estratégias recorrentes nos bastidores políticos, persistiram. Conforme expõe José de Souza Martins, tal fragmentação

abriu espaço para que a burguesia local (comerciantes, pequenos industriais etc.) pudesse assumir o poder, mas ainda vinculados aos antigos grupos que sobrevivem nessas frações, digamos assim, das grandes oligarquias políticas (1990, p. 182).

Em outras palavras, o roteiro da vida política na região do ABC não se destoava do que era observado no país, em seus patamares mais amplos de poder, sendo também marcado por alianças e acordos partidários, trocas de favores e mudanças de posicionamento, de acordo com as circunstâncias do jogo político, tendo em vista a manutenção da hegemonia frente à correlação de forças que integra tal jogo.

Essas considerações ajudam a compreender a posição distinta assumida pela família Flaquer em relação à questão emancipatória de São Caetano. Se, durante o primeiro movimento autonomista

2 Saladino Cardoso Franco foi prefeito, entre 1914 e 1930, do antigo município de São Bernardo, criado em 12 de março de 1889 e rebaixado à condição de distrito em novembro de 1938, quando da elevação de Santo André, então distrito bernardense, a município. Para mais informações sobre essa figura política da região, consultar: MEDICI, Ademir. Coronel Saladino, prefeito. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 4, p. 4-12, jan. 1991.

da localidade, observado em 1928, posicionara-se favoravelmente a ele, visto suas pretensões de retomada do protagonismo político na região, então nas mãos do coronel Saladino Cardoso Franco, em 1948, opôs-se, de maneira veemente, à campanha em defesa da criação do município são-caetanense, em um momento em que um de seus membros, Antônio Flaquer, ocupava a chefia do Executivo de Santo André, localidade à qual a cidade de São Caetano encontrava-se administrativamente vinculada desde 1939.

O *Jornal de São Caetano*, em diferentes edições de 1948, não poupou esforços para denunciar as manobras e estratégias arquitetadas por aquele prefeito no sentido de prejudicar o movimento emancipacionista, tanto em sua fase inicial, correspondente às articulações em prol da elaboração da representação que fora enviada à Assembleia Legislativa do Estado, solicitando a realização do plebiscito, quanto em sua fase posterior, referente à campanha que se observara após a aprovação do mesmo por aquela assembleia, no dia 14 de setembro de 1948. Entre visitas às fábricas locais e a distribuição de panfletos pela cidade, figuraram ações mais incisivas, como a noticiada pelo jornal em sua edição de 16 de setembro daquele ano. Segundo o que foi divulgado na ocasião, um ofício fora encaminhado ao presidente da Comissão de Estatística da Assembleia Legislativa, o qual apontava supostas irregularidades no processo referente à representação de São Caetano, razão pela qual Antônio Flaquer havia solicitado o seu arquivamento.

[...] Entre outras coisas diz o sr. Prefeito que Eunice P. Curtis, signatária da representação, declara expressamente que possui apenas 17 anos. Suponhamos que isto seja verdade. O Código Civil preceitua, porém, que pessoas diplomadas em curso superior, casadas, são automaticamente emancipadas, o que acontece com a referida senhora que é esposa do sr. João Curtis.

Em seguida acusa que Josefina Demenis reside em Vila Prudente, que Luiz F. Bartman residiu até março de 1947 em Utinga e que Luiz Gomes residiu até 15 de outubro de 1947 em Vila Prudente. Após um longo exame feito por uma junta composta de várias pessoas, inclusive o sr. Henrique Pinho Artacho, advogado da Prefeitura de Santo André, somente foram encontradas essas quatro irregularidades [...] Possuindo a representação local um excesso de 2,97% da quantidade exigida, ou seja, 1.150 assinaturas a mais, o que representam essas frágeis quatro irregularidades que os santoandrensenses dizem ter encontrado? (Jornal de São Caetano, 16 set. 1948, última página).

Integridade territorial e outras justificativas

As argumentações proferidas pelo grupo que fazia oposição à autonomia de São Caetano alimentavam um discurso em defesa da integridade territorial do município de Santo André e dos interesses econômicos da região. Orquestrados pelo prefeito Antônio Flaquer, os opositores do movimento emancipacionista afirmavam que a separação seria maléfica para o progresso do município andreense, que, escorado em um parque fabril expressivo, conseguira alçar-se ao posto de segundo município da América do Sul com maior potencial industrial, ficando atrás apenas de São Paulo e colocando-se à frente de cidades como o Rio de Janeiro e Buenos Aires, na Argentina.

As narrativas dissonantes, na maioria das vezes, salientavam os transtornos financeiros que São Caetano passaria a apresentar na hipótese de sua elevação à condição de município. Por meio de um questionário distribuído às vésperas da realização do plebiscito, foram encaminhadas à população local dez perguntas no sentido

de convencê-la a não sufragar o seu apoio à autonomia política da cidade. Entre os questionamentos feitos, destacam-se os seguintes:

6) V. [você] gostaria de ser obrigado a pagar as **despesas** de novas instalações da Prefeitura em São Caetano, nova Câmara Municipal etc.?

7) V. gostaria de ajudar a pagar os novos funcionários de São Caetano; a comprar móveis, máquinas, auto-móveis etc., para a nova Prefeitura?

9) V. ficaria contente se em vez de mais escolas, como prometem os separatistas, as que já existem fossem fechadas por falta de verba para pagar as professoras?

10) V. seria capaz de montar outra Prefeitura em São Caetano só para que alguns seus conhecidos, que **estão desempregados**, pudessem obter colocação? (Panfleto, 20 out. 1948).

Em diálogo com tais questões e endossando-as, um outro panfleto produzido pelo segmento opositor elencou uma série de justificativas para a continuidade da subordinação político-administrativa de São Caetano a Santo André:

1º. – VOTAREI CONTRA A SEPARAÇÃO, porque ela tirará metade das nossas forças e exigirá o dobro de sacrifícios.

2º. – VOTAREI CONTRA A SEPARAÇÃO, porque nós, Povo de São Caetano, é que teremos de pagar as instalações de nova Prefeitura, nova Câmara Municipal, novas Diretorias. Seções, móveis, máquinas, centenas de funcionários etc. etc. nos agravando com impostos pesadíssimos.

3º. – VOTAREI CONTRA A SEPARAÇÃO, porque sou realmente amigo de São Caetano e não desejo ver este nosso Povo entregue às mãos de aventureiros

que desejam transformar esta cidade em propriedade sua ou em campo de experiências (cabeça de ponte?) de suas doutrinas extremistas.

4º. – VOTAREI CONTRA A SEPARAÇÃO, porque ela será o primeiro passo para a anexação a São Paulo e então... São Caetano passará a ser um arrabalde longínquo e completamente abandonado, como os outros bairros afastados da Capital.

5º. – VOTAREI CONTRA A SEPARAÇÃO, porque São Caetano precisa de água e não tem manancial próprio. De onde virá a água? E quanto nos custará?

6º. – VOTAREI CONTRA A SEPARAÇÃO, porque São Caetano nunca teve um Prefeito como o que agora tem. Em poucos meses de administração, ANTONIO FLAQUER já fez mais do que todos os outros Prefeitos juntos. Ele muito nos tem ajudado, e mais ainda quer nos ajudar. Devemos voltar-lhe as costas? Não!

7º. – VOTAREI CONTRA A SEPARAÇÃO, porque ela irá cortar uma cidade.

8º. – VOTAREI CONTRA A SEPARAÇÃO, porque de um Município rico e poderoso, ela fará dois municípios pobres e sem expressão, sem melhoramentos públicos e sem possibilidades de progresso.

PORISSO, VOTAREI CONTRA A SEPARAÇÃO COM A CÉDULA PRETA, RESPONDENDO NÃO AOS QUE DESEJAM LANÇAR A DESUNIÃO ENTRE O POVO DE SÃO CAETANO (out. 1948).

De acordo com José Roberto Gianello, em artigo publicado na edição especial de *Raízes*, comemorativa do cinquentenário da autonomia política de São Caetano, efeméride ocorrida em 1998,

Os anti-autonomistas, liderados por funcionários públicos da Prefeitura de Santo André, voltavam à carga

contra o movimento autonomista. Visitavam as indústrias e solicitavam apoio ao prefeito de Santo André, argumentavam que a unidade Santo André-São Caetano torna o município verdadeiramente portentoso [...] (1998, p. 12).

Panfletagem

O apoio a Flaquer era, aliás, conclamado em boa parte dos impressos que ajudaram a divulgar a campanha contrária à causa autonomista, conforme pode ser atestado pelo excerto apresentado abaixo, extraído de um material que circulara na cidade em outubro de 1948, mês da realização do plebiscito:

Não se esqueça que só depois de eleito o nosso PREFEITO ANTONIO FLAQUER é que SÃO CAETANO começou a receber melhoramentos. Avante povo de SÃO CAETANO com o PREFEITO ANTONIO FLAQUER. Às urnas, no dia 24 do corrente com a cédula PRETA. O "NÃO" é a esperança e a certeza de melhores dias. (Panfleto, out. 1948).

Em 1948, a situação em São Caetano era bastante crítica em termos de infraestrutura. Faltava tudo na cidade (rede de esgoto, calçamento das vias públicas, unidade hospitalar etc.). O desinteresse da administração andreense em reverter tal quadro era ponto pacífico na retórica de líderes do movimento autonomista. Nos enunciados que compõem a memória desse movimento, o descaso do município de Santo André para com o seu subdistrito era sempre destacado. "O que facilitou a autonomia foi, em primeiro lugar, a compreensão do povo e, em segundo lugar, a necessidade absoluta de infraestrutura, o que foi muito fácil transmitir às pessoas", apontou Luiz Rodrigues Neves (1998, p. 70). Para Lauro Garcia, outro líder do

movimento separatista, “o Município de São Caetano foi criado pelo não-esforço de Santo André, junto com o povo [...]” (1998, p. 72).

Em um panfleto dirigido aos trabalhadores, um texto de conteúdo cortante não poupou alguns nomes (constituídos por comerciantes, em sua maioria) que estavam na liderança do movimento, insuflando aqueles contra estes:

Olho vivo trabalhadores. Alerta!

Os tubarões disfarçados em cordeirinhos procuram iludir com a capa da autonomia a boa fé dos menos prevenidos. [...]

Quem não sabe que eles até hoje só arrancaram a “pele” dos que vivem do trabalho.

O bem-estar e o progresso de São Caetano, depende da repulsa conscienciosa ao “canto de sereia”, desses velhos e maneirosos tubarões de casaca.

Abaixo os tubarões. (1948)

Com um discurso semelhante ao de tal folheto, seguindo a mesma linha argumentativa dele, ou seja, a da desqualificação do movimento autonomista pelo ataque a seus líderes, um outro impresso, destinado *Aos nossos irmãos trabalhadores de São Caetano*, foi captado pela pesquisa, compondo também o rol de materiais constitutivos das vozes dissonantes do movimento. Distribuído às vésperas do plebiscito de 24 de outubro de 1948, o impresso em questão também se destinava à classe trabalhadora local, como pode ser ratificado:

[...]

Trabalhador seja um eleitor consciente de vosso dever para com a nossa terra! Não vos deixeis iludir por falsas promessas de melhoramentos e que não poderão ser feitos sem dinheiro! Vede quem são os chefes

do movimento separatista, não existe entre eles um só operário. [...] (1948).

Cumpre, nesta perspectiva, registrar que, com o crescimento da industrialização na região, a presença maciça da classe operária criou condição para a mobilização da esquerda política. A vitória desta nas eleições municipais de 9 de novembro de 1947 concedeu-lhe visibilidade, assustando os protagonistas da cena governamental regional. Na ocasião, o marceneiro Armando Mazzo fora eleito prefeito de Santo André pelo Partido Social Trabalhista (PST), ao qual se filiou após ter sido decretada, em maio daquele ano, a cassação do Partido Comunista do Brasil (PCB), do qual era membro. Além de Mazzo, outros nomes do PST saíram também vitoriosos daquele pleito. Dos 13 vereadores eleitos para a Câmara andreense, quatro eram candidatos por São Caetano: João Sanches, Augusto Corsato, José Benedito de Oliveira e Antônio Fabiano Nogueira Júnior (Andrade, 1992).

Todavia, por força de uma manobra política tramada nos bastidores do poder, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) declarou inexistente o diretório estadual do PST e “em consequência inexistentes todos seus atos, inclusive o do registro de candidatos às eleições de 9 de novembro [...]” (Jornal de São Caetano, 11 jan. 1948). Com isso, Armando Mazzo e os vereadores eleitos da referida legenda não puderam tomar posse. Antônio Flaquer, segundo colocado no certame eleitoral, assumiu, assim, o posto de prefeito de Santo André, retomando sua hegemonia política na região. Para defendê-la, lançou mão de uma série de orientações sob a oportuna justificativa do combate ao “perigo vermelho”, que, naquela altura, já estava posto como discurso recorrente não só nas rodas políticas brasileiras, mas também no imaginário do restante da sociedade nacional. Os líderes autonomistas de São Caetano não escapariam dele, sendo rotulados, muitas vezes, de comunistas.

Oriundo de família influente política e economicamente na região, Antônio Flaquer era proprietário do Cartório de Registro Civil de São Caetano, de onde veio uma parcela significativa da votação que recebera nas eleições de 9 de novembro de 1947. Com um caráter fortemente personalista, a oposição ao movimento autonomista acabou, portanto, concentrando-se em sua figura. Desta feita, Flaquer conseguiu arregimentar a adesão de uma parte da sociedade local à causa contrária à emancipação muito mais em função das relações clientelistas e de compadrio que com ela mantinha do que, propriamente, em virtude de questões de ordem política, circunscritas ao âmbito público ou político-partidário.

Chapa-preta

Um caso bastante emblemático foi o que envolvia a família Massei, cujo posicionamento contrário à emancipação de São Caetano dimensionou-se, com o passar dos anos, em razão, sobretudo, da trajetória política trilhada por um de seus membros no município: Oswaldo Samuel Massei (1921-1973), vereador durante a primeira legislatura de São Caetano do Sul (1949-1953) e prefeito em duas ocasiões (1957-1961 e 1969-1973). Anos depois da concretização do movimento, o líder autonomista Lauro Garcia fez suas ponderações a respeito do assunto:

Quanto ao caso Massei, o fato deles terem se tornado chapa-preta [denominação dada aos que votaram contra a emancipação no plebiscito] foi uma coisa que marcou o povo. Nem o próprio prefeito, Antônio Fláquer, que era dono do cartório de São Caetano, ficou tão visado como a família Massei. E olha que eles são pessoas ótimas, eu conheci todos eles [...]. Fui muito amigo do Francisco Massei, inclusive meu pai era compadre dele, eles eram amigos

desde quando ele veio da Itália. [...] Depois de passada a autonomia, passada aquela época de luta, nós continuamos sendo bons amigos, e então ele me disse: “Lauro, eu fiquei chapa-preta não porque fosse um chapa-preta, mas porque o Antônio Fláquer era meu amigo. Ele me procurou em primeiro lugar e eu dei a palavra que ajudaria, depois não poderia voltar atrás” (1998, p. 73-74).

O posicionamento da imprensa

Não obstante a imprensa paulistana ter aberto espaço em algumas de suas publicações, como *A Gazeta e Diário de São Paulo*, para a veiculação de ideias e argumentos que refutavam a autonomia de São Caetano, tal episódio não pode ser concebido como uma forma de oposição regular e bem configurada frente à causa, mas sim como um reflexo da repercussão do assunto para além dos limites da cidade de São Caetano. Cumpre ressaltar que os citados jornais, entre outros da imprensa de São Paulo e região, como *Folha da Noite, Hoje, A Hora e Folha da Manhã*, da mesma forma que divulgaram notícias ou textos contrários à emancipação, abraçaram também pautas de apoio, em uma demonstração de posição flutuante em face da questão.

Bastante distinto foi o posicionamento da imprensa de São Caetano. Se, por um lado, a autonomia fora defendida, irrestrita e incisivamente, pelo *Jornal de São Caetano*, teve, por outro, o seu ideal refutado pelo semanário *O Município*.

Apresentando-se como “órgão dedicado aos interesses do Município de Santo André e do Povo”, o referido semanário começou a circular em São Caetano no dia 9 de julho de 1947. Instalado, provisoriamente, na Rua Serafim Constantino, n. 19, sala 8, pertencia à Sociedade Editora *O Município* Ltda. O diretor do semanário

era Severino Alves Guimarães, jornalista ligado ao Partido Social Progressista (PSP), em cujo diretório municipal de Santo André ocupava a função de segundo secretário, tendo sido ainda oficial de gabinete na prefeitura desse município.

Quando o periódico iniciou suas atividades, a equipe de redatores era formada por Oswaldo Giampietro, Mauro Corvello, Luiz Lobo Neto (que, posteriormente, viria a ocupar o posto de vereador na Câmara andreense) e Manoel Claudio Novaes. O redator-chefe era S.L. Guedes de Souza. Apresentando quatro páginas e cinco colunas, era impresso na tipografia Ostrensky, em São Paulo. (Petrolli, 1998)

A sociedade à qual o jornal pertencia era uma sociedade por quota presidida por João Roberto Insuela, tendo como vice-presidente Rafael Pandolfi; secretário, Anacleto Campanella; e tesoureiro, Antonio de Andrade. “Com o desenvolvimento da campanha emancipatória os sócios se dividiram contra e a favor da separação de São Caetano”, expôs Valdenízio Petrolli. (1998, p. 47)

O Município chegou à edição de n. 65, datada de 2 de outubro de 1948, quando circulara pela última vez, 22 dias antes da realização do plebiscito que concedeu a autonomia político-administrativa a São Caetano.

Considerações finais

O movimento em favor da autonomia político-administrativa de São Caetano pode ser concebido como uma luta que tivera no simbólico um de seus campos mais expressivos, caracterizando o confronto entre suas forças litigantes como uma disputa identitária pelas imagens do progresso (Carvalho, 2022). O presente texto propôs a discussão do referido tema a partir de fontes que remetem a seus opositores, apontando as principais justificativas veiculadas para o seu não alinhamento à causa separatista. Sem perder de vista os interesses e os grupos sociais em voga em 1948, ano da eclosão

da campanha autonomista, a proposta deste artigo foi a de suscitar reflexões acerca de tal período da história local, ainda fortemente discutido sob uma perspectiva triunfalista, heroica e memorialística. Pela importância do tema, faz-se necessário que a sua abordagem privilegie pesquisas fundamentadas em um conjunto documental diversificado, segundo critérios teórico-metodológicos que possam conceder-lhe um caráter historiográfico comprometido com a crítica, com a análise interpretativa e com a reflexão.

Que o referido desafio (condizente não apenas à pauta autonomista, mas também às demais relacionadas à história local) seja abraçado por historiadores e outros pesquisadores que tenham como objeto de seus estudos São Caetano do Sul.

Referências

ANDRADE, Antônio. Amargas lembranças. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 6, p. 59-65, jan. 1992.

AOS nossos irmãos trabalhadores de São Caetano. *Panfleto*, São Caetano, 1948.

CARVALHO, Cristina Toledo de. "*Príncipe dos Municípios*": a invenção da identidade de São Caetano do Sul (1948-1957). 2022. Tese (Doutorado em História). Programa de Estudos Pós-Graduados em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP. São Paulo, 2022.

COMO você deve votar? *Panfleto*, São Caetano, 20 out. 1948.

DECLARAÇÃO de voto. Porque votarei contra a separação de São Caetano! *Panfleto*, São Caetano, out. 1948.

EX-vereador autonomista relembra acontecimentos vividos na Câmara de Santo André. *Raízes*, São Caetano do Sul, Edição Especial, p. 71-74, out. 1998.

FUNDADOR do Jornal de São Caetano foi destaque no movimento emancipacionista. *Raízes*, São Caetano do Sul, Edição Especial, p. 67-70, out. 1998.

GIANELLO, José Roberto. São Caetano, 24 de outubro de 1948. O nascimento de um município. *Raízes*, São Caetano do Sul, Edição Especial, p. 5-26, out. 1998.

INSTALADA a Câmara Municipal. *Jornal de São Caetano*, São Caetano, ano II, n. 38, primeira página, 11 jan. 1948.

KUVASNEY, Eliane. *Separar para reinar: desmembramentos na gênese da metrópole paulistana*. 1996. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

MARTINS, José de Souza. O populismo no subúrbio: a história da política na região do ABC. In: I CONGRESSO DE HISTÓRIA DA REGIÃO DO ABC, 1, 1990, Santo André. *Anais...* Santo André: Prefeitura Municipal de Santo André, p. 180-182, 1990.

PANFLETO, São Caetano, 1948.

PETROLI, Valdenízio. A participação da imprensa na emancipação política. *Raízes*, São Caetano do Sul, Edição Especial, p. 45-48, out. 1998.

POVO de São Caetano. *Panfleto*, São Caetano, out. 1948.

TRAÍÇÃO aos sancaetanenses. O sr. Antonio Flaquer tentou anular a representação do povo de São Caetano. *Jornal de São Caetano*, São Caetano, ano III, n. 58, última página, 16 set. 1948.

O povo ainda diz sim?

Virgílio Antikeira

Era o ano de 1948 e o Jornal de São Caetano estampava em sua capa: O POVO DISSE “SIM”. Muito mudou de lá para cá... outrora passando de porta em porta para divulgar os ideais emancipacionistas, agora com grandes mídias digitais atingindo cada vez mais pessoas, antes com vínculo mais próximo à rua, ao bairro de residência e hoje considerando estes locais apenas como um ponto de dormitório. E com essa modernidade vem também a crescente incapacidade de valorizar as figuras históricas que fizeram parte da história da cidade, dentre as quais estão os líderes autonomistas.

Figura 1: imagem da primeira página do *Jornal de São Caetano*.



Fonte: *Jornal de São Caetano*, número 63, Ano III, 31/10/1948.

Felizmente, São Caetano possui um grande acervo de registros documentais sobre sua história e processo de autonomia, ou melhor, seus processos. Vale lembrar que antes do que logrou êxito houve outro, na década de 1920, que não deu frutos. Além disso, o município tem rico material sobre seus líderes autonomistas, sendo uma das poucas no Grande ABC a contar com um grupo que mantém vivo os ideais autonomistas, como é o caso do Grupo de Amigos do Movimento Autonomista (GAMA).

Livros, revistas, entrevistas e muitos documentos podem ser encontrados com os relatos diretos dos autonomistas. Entretanto, o presente texto aqui publicado vai para um viés diferente, o da homenagem.

Relacionada diretamente à memória, que para Halbwachs (1990) é entendida como coletiva, social, construída em grupos, as homenagens são cristalizadas em lugares, instituídos pelo poder público, como por exemplo os monumentos em praça pública e os museus. Ainda sobre este autor, convém frisar a ideia por ele trazida de marcos de memória e, aqui, para além de fotos, músicas, cheiros, há também os lugares: a rua, a escola, a praça, o plenário, o prédio público...

A homenagem traz uma luz a um determinado nome, o da pessoa homenageada. Com a homenagem, o nome torna-se um marco e lugar de memória, um elemento da cultura imaterial. Por isso, ele abre uma infinidade de possibilidades, dentre elas a que aqui se espera demonstrar: reconstruir o caminho entre o nome e a pessoa homenageada, ou o grupo, no caso dos autonomistas. Por isso, retomar questões referentes à memória é salutar. Le Goff (2011) nos ensina muito sobre os diversos elementos relacionados aos estudos da memória, ao trazer a noção de salvamento do passado para servir ao presente e ao futuro.

Obviamente, essa memória coletiva traz consigo algo que é revelador: o poder que o nome tem de ser representativo, no caso aqui

exposto, de um elemento da cultura, entendimento de Carvalhinhos (2022), ao tratar do topônimo como herança imaterial cultural.

O nome da rua, do local público é não apenas um marco de memória (Halbwachs, 1990), mas também um lugar de memória, (Nora, 1993), um monumento, que é um ponto de ancoragem que:

[...] tem como características o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva) e o reenviar a testemunhos que só numa parcela mínima são testemunhos escritos." (Le Goff, 2011, p. 486).

Mesmo não tendo o seu significado transparente para a maioria das pessoas que passam pelos locais, como as ruas Arlindo Marchetti e Arthur Garbelotto, ou até mesmo para as pessoas que estudam ou trabalham no local, como na Escola de Educação Infantil Fernando Piva, um estudo biográfico a partir dos nomes nos remete à autonomia. Dessa forma, o nome de lugar revela-se como um monumento, um lugar de memória, um marco de memória, objeto de análise da Toponímia Crítica, que:

[...] considera a cidade como um texto-objeto, valendo-se das relações entre os atores para interpretar os nomes de lugares como elementos potenciais de intervenções ideológicas, de agregação de valores econômicos e de incremento do turismo, entre outros. (Carvalhinhos; Lima-Hernandes, 2022, p. 317)

Sendo assim, o nome de lugar é entendido como um topônimo-monumento, revelando-se de tal maneira importante que simboliza um monumento, uma verdadeira representação de um momento vivenciado pela comunidade em que o nome está inserido. Da ideia de topônimo-monumento nos é revelada a questão de patrimônio imaterial. Por isso, tratar de nomes relacionados

à autonomia permite relacioná-los ao patrimônio imaterial da cidade e a inexistência de ações de preservação dessa memória na atualidade com o apagamento de memória.

O registro oficial é que são 95 líderes autonomistas, os quais já foram nominalmente homenageados em livro aberto, de bronze, colocado na Praça Cardeal Arcoverde em 1978. Esse livro sumiu. Outro, colocado no lugar posteriormente, também desapareceu.

Figura 2: Livro Aberto.



Fonte: Xavier, 1996.

Diante do exposto, a discussão não é tanto por conta da ausência de homenagens, até porque é quase impossível em uma cidade que contém cerca de 700 logradouros, sem contar os demais próprios públicos, homenagear 95 pessoas. A questão vai além: o que deve ser feito para preservar a memória daqueles que contribuíram para o SIM?

As ruas que homenageiam os autonomistas, como as citadas Rua Arlindo Marchetti e Rua Arthur Garbelotto (cujo nome também está presente em uma CER), bem como as ruas Alfredo Maluf, Benedito Moretti, Bento Velanes Regis, Fernando Piva (o mesmo que dá nome à escola), Jayme da Costa Patrão, Matheus Constantino e as praças Anacleto Campanella, Celso Wladimiro Marquezan, Julio Marcucci, contam com algum tipo de informação que contemple quem foi essa pessoa e sua importância para a cidade?

Da mesma forma há os nomes das escolas. Fernando Piva aparece em dois locais: rua e escola, e é acompanhado por outros. Anacleto Campanella, que além de líder autonomista foi prefeito da cidade, também dá nome a uma escola, a EMEF Anacleto Campanella (homenageado também ao nomear o Estádio Municipal Sul-são-caetanense). Na mesma linha, o primeiro prefeito é também nome de escola, a EMEF Ângelo Raphael Pellegrino. Também nomeiam escolas João Barile, Jabob João Lorenzini, Matheus Constantino e Helena Musumesi, esta última a única das cinco mulheres líderes autonomistas a ser homenageada.

Há um outro nome sobre o qual recai um aspecto interessante. Trata-se do autonomista Walter Thomé que, ao dar nome a um logradouro, o faz a um cujo status é maior, por ser avenida. Ressalta-se aqui a importância de Walter para o movimento ao lado de Mario Porfírio Rodrigues, Luiz Rodrigues Neves e dos irmãos Mario e Ítalo Dal'Mas, à frente do Jornal de São Caetano, instrumento de mobilização popular pró-autonomia.

Para além destes, temos um nome extremamente significativo e que aparece em três lugares: Rua dos Autonomistas, que a Lei 232, de 21/05/1952, do prefeito Ângelo Raphael Pellegrino, já apontou a reserva do nome para uma travessa existente na cidade compreendida entre as Ruas 28 de Setembro (hoje Rua João Pessoa) e Antonio Bento, Viaduto dos Autonomistas, denominado pela Lei 398,

de 10/12/1953, do prefeito Anacleto Campanella, que dá a denominação de Viaduto dos Autonomistas à ligação criada que passava sobre os trilhos do trem e Plenário dos Autonomistas, cuja denominação deu-se Resolução 887, de 23 de junho de 1998. Homenagens justíssimas, realizadas de maneira ampla e abrangente, envolvendo o evento da autonomia que fez a cidade ser o que é hoje.

A localização das homenagens é também bem importante. O viaduto liga o Bairro Fundação à região central, passando sobre a linha férrea. A rua, apesar de pequena, é também localizada em região central e o plenário demonstra a importância dos autonomistas para a cidade, visto que sem a emancipação a Câmara Municipal não existiria.

Figura 3: Viaduto dos Autonomistas.



Fonte: Acervo PMSCS.

Haverá sempre a discussão sobre mais homenagens. Será que ainda teremos uma para Mario Porfírio Rodrigues ou para algum outro líder? Entretanto, o mais importante é preservar as que temos. Os eventos no Plenário dos Autonomistas serão à altura daqueles que lutaram pela autonomia da cidade? Quem passar pela Rua ou pelo Viaduto dos Autonomistas saberá que o nome remete a um momento histórico que definiu os rumos da cidade?

E mais, será que um dia ainda teremos o saudoso livro com o nome dos 95 líderes que ajudaram a construir a cidade? Um lugar de memória capaz de ser um monumento suficiente para evocar o passado e perpetuá-lo para o presente e futuro? O povo ainda diz sim?

Referências

ASCENCIO, Yolanda. História dos líderes do movimento resgata passado. In: *Revista Raízes*, São Caetano do Sul, Edição Especial Autonomia, p. 49-58, 1998.

CARVALHINHOS, Patrícia. 2022. Topônimo monumento, herança imaterial em São Paulo (Brasil). Combatendo o apagamento toponímico. *Apropos* [Perspektivenauf die Romania] 8/2022, 14-30. Doi: <https://doi.org/10.15460/apropos.8.1928>

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1990.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 7ª ed. revista – Campinas, SP: Editora Unicamp, 2013.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, v. 10, 1993, p. 7-28

XAVIER, Sonia Maria Franco. *Inventário dos Signos de Logradouros Públicos de São Caetano do Sul*. São Paulo: Hucitec; São Caetano do Sul: Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, 1996.

O processo de emancipação de Mauá: onde estavam as mulheres?

Cecília Auxiliadora Bedeschi de Camargo¹

Falar de mulheres que atuaram nos processos emancipatórios do Grande ABC é como se debruçar sobre um grande quebra-cabeça. A invisibilização das mulheres, em especial na primeira metade do século XX, prejudica em demasia as pesquisas relacionadas. Porém, ao levantarmos algumas pedras para descobrir o que havia sob elas, conseguimos traçar uma linha do tempo com personalidades e acontecimentos, mesmo que nos documentos históricos apenas os homens tivessem o direito de estabelecer suas narrativas para as gerações futuras.

Figura 1: Em pé, da esquerda para a direita: Lourdes Antico Tamagnini, Nathércia Perrella (tia de Therezinha Ferreira Bressani), Zeni Chiarotti e Gerty Fink. Sentadas: Irene Scilla, Terezinha Perrella e Leni Chiarotti.



Fonte: Acervo da autora.

1 Este texto foi revisado por Daniele Alves da Silva, Jayne Nunes dos Santos e Renato Alencar Dotta.

Algumas poucas mulheres conseguiram sair do anonimato e se tornar autoras de suas próprias histórias. Dito isso, iremos nos debruçar sobre três personagens significativas de nossa cidade, mas que foram invisibilizadas: Gerty Fink, esposa de Egmont Fink, um dos pilares da emancipação de Mauá; Maria Paes de Barros, avó de Gerty Fink; e Therezinha Ferreira Bressani.

Figura 2: Gerty Fink.



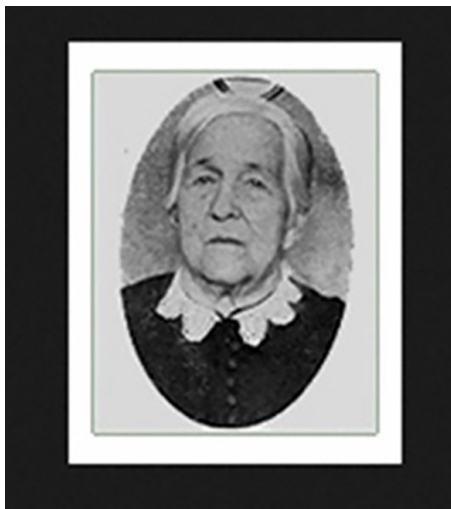
Fonte: Acervo da autora.

Gerty Fink (1913-1990) era filha de Othoniel Motta e Rosalina de Barros Motta (esta, filha do senador Antonio Paes de Barros e Maria Paes de Barros, primeira mulher a ingressar como membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo). Dessa forma, já nasceu com uma ascendência que protagonizava a presença das mulheres em uma sociedade patriarcal. Liderando a importante criação da Cruzada Bandeirante e sempre ativa, valorizava a cultura e a arte, inclusive dando aulas de piano, no mesmo local da sede própria da referida Cruzada Bandeirante.

Mesmo estando centradas em princípios patriarcais, algumas mulheres acreditavam que, através da assistência social e da filantropia, poderiam contribuir de forma significativa para a melhoria da comunidade em que estavam inseridas.

Sua avó, Maria Paes de Barros, nasceu em São Paulo, no dia 9 de julho de 1851, e pode ser tida como mais um exemplo para Gerty Fink. De acordo com o *Dicionário de autores paulistas*, de Luís Correia de Melo, Maria teve uma atuação ampla e diversificada, sendo uma das fundadoras do Hospital Samaritano, além de diretora da Maternidade São Paulo e uma das fundadoras da primeira Sociedade Tênis Clube Paulista. No Laboratório de Ensino e Material Didático – História da USP (LEMAD) pode ser encontrado um exemplar da sua obra *História do Brasil*, editada pela Livraria Liberdade em 1932.

Figura 3: Maria Paes de Barros.



Fonte: Os Paes de Barros, 2011.²

Não obstante, ela também foi autora de um livro de memórias, *No Tempo de Dantes*, com prefácio de Monteiro Lobato, editado pela Editora Brasiliense em 1944. Essas memórias, por sua vez, foram publicadas quando ela já tinha superado os 90 anos. Completou

2 Para maiores informações, consultar: <https://ospaesdebarrossaopaolo.blogspot.com/p/a-minha-historia.html>.

100 anos em 1951, o que foi comemorado por Galeão Coutinho no *Jornal de Notícias* (10 de julho de 1951).

Por serem nas questões assistenciais, Gerty Fink, Lourdes Antico Tamagnini, Nathércia Perrella, Zeni Chiarotti, Irene Schilla, Terezinha Perrella, Leni Chiarotti e Lourdes Salgueiro³ participaram ativamente da criação da Cruzada Bandeirante Pró-Gestante e Infância Desamparadas, apoiadas por seus maridos, que participavam da Comissão Pró-Emancipação de Mauá. Ida Scilla Gianoni e Therezinha Ferreira Bressani também participaram ativamente da Cruzada Bandeirante.

Outra mulher que se destacou foi Therezinha Ferreira Bressani, que trabalhou inicialmente na farmácia do Sr. Waldomiro, a primeira farmácia do então distrito de Mauá. Foi convidada a trabalhar na Cruzada Bandeirante, quando esta já se encontrava na sede própria. Sua função era limpar, fazer curativos e dar injeções, auxiliando o Dr. Carlos Icó, que vinha de São Paulo dar atendimento no distrito. Além disso, ela assinava como tesoureira dos balancetes da Cruzada Bandeirante.

Trabalhou por cerca de três anos, porém não era registrada. Segundo seu relato⁴, as mulheres apoiavam a luta pela emancipação, ao lado dos homens. O desejo pela autonomia alcançava a grande maioria da população.

3 Lourdes Antico Tamagnini era esposa de Tercílio Tamagnini; Nathércia Perrella era esposa de Américo Perrella; e Lourdes Salgueiro era parente do médico Jales Salgueiro.

4 Entrevista realizada por Cecília Camargo no dia 14 de outubro de 2025.

Figura 4: Therezinha Ferreira Bressani.



Fonte: Acervo de Therezinha Ferreira Bressani.

Outro destaque foi a redatora da coluna “Mundo Feminino” do jornal *Folha de Mauá*, Maria Aparecida Cintra Gama, que ofertou, segundo reportagem do jornal, o lançamento de um livreto, “Cartas Para a Mulher”, em benefício da campanha Pró-Emancipação de Mauá.

Usando principalmente a imprensa da época, mas também outras evidências, como fotografias, além da bibliografia já existente, pretendemos fazer um mapeamento inicial sobre a presença feminina no processo de emancipação de Mauá.

O jornal *Folha de Mauá* circulou de 8 de janeiro de 1949 até a década de 1960. Surgiu já com o propósito de representar o desejo de muitos mauaenses pela emancipação política da cidade e era o “porta-voz” oficial do movimento.

Além do jornal, outras frentes atuavam no então distrito de Mauá, como a ação social Cruzada Bandeirante. No início era um programa

assistencial infantil, situado na Rua Rui Barbosa, no centro do distrito; e, posteriormente, por sugestão de Egmont Fink, as senhoras da cidade criaram a Cruzada Pela Infância, em 3 de junho de 1951, com sede no prédio da Sociedade Amigos de Mauá, situada na Avenida Barão de Mauá, nº 610.

Figura 5: 1ª página do jornal *Folha de Mauá*.

FOLHA DE MAUÁ

Diretores: NICOLA TORTORELLI e PAULO P. FERREIRA Redator: ENOCÊNCIO FERRO

ANO II MAUA' — 9 de Junho de 1951 N.º 46

Assistencia pró-gestãnte e infância desamparada

Realizou-se no dia 3 do corrente, às 11 horas, na sede da Sociedade Amigos do Distrito de Mauá, a inauguração do Ambulatório Médico da Cruzada Beneficente Pela Criança e Infância Desamparada, instalada naquele local. Compareceram ao ato o presidente da Cruzada, Dr. Plácido José Afonso, vereadores Nilo Miotto e José Benedito de Castro, o Dr. Carlos Icó, médico-chefe do Ambulatório inaugurado, Jairo França, subdelegado de Polícia local, Terêncio Tamagami, tabelião interino deste distrito, senhores Egmont Fink, Manoel Pedro Junior, Luiz Neri, José de Figueiredo e Reinoldo Chiarotti, diretores da Sociedade Amigos do Distrito de Mauá, senhores Américo Perrella, Otváldo Rocha, Romeo Castellucci, Laurindo Calligaris, Nelson Chiarotti, Pio Pinto Nazario, Waldemar Dalboni, Paulo Prado Ferreira, redator da "Folha de Mauá", Henrique Arcuri e Isani de Mattos e Silva, de Santo André; tendo comparecido, ainda, as seguintes senhoras: Gerty Fink, Lourdes Tamagami, Carmelita Icó, Nair Miranda Gianacchini, Diretora do Grupo Escolar local, Natércia Perrella, Jusselia Cary Moreira, Irene Scilla, Ida Scilla, Maria Paulina Moreira Klainer, profra. Maria de Lourdes Toci e senhorita Teresa Perrella Ferreira.

Dando por inaugurado o novo Ambulatório, falou o Dr. Plácido José Afonso, Presidente da Cruzada, que, em belas palavras, exteriorizou o seu contentamento pela criação de um ideal há muito acatado pela Direção da Cruzada, e convidou o sr. José Benedito de Castro para deitar a fita simbólica de inauguração desta nova unidade médica, o que foi feito sob vibrante aclamação dos presentes. Em seguida, acompanhados pelo Presidente da Cruzada, os presentes visitaram as instalações do Ambulatório, não escondendo, estes, palavras de satisfação pelo muito que lhes foi dado ver. — Dando sequência ao dia inaugural, o Dr. Plácido José Afonso convidou os presentes para uma sessão solene, que se realizaria logo em seguida no Grupo Escolar local, gentilmente cedida, para esse ato, pela sua Direção. Ao iniciar-se a sessão solene, falou o Dr.

SOCIAIS

Sala. ILZA GRAÇA

Transcorreu amanhã o aniversário natalício da senhorita Ilza Graça, então professora do nosso Grupo Escolar e nossa correspondente. — A Dona Ilza, os nossos cumprimentos e votos de próspera felicidade.

Fizeram anos: — Completou seu décimo aniversário natalício, dia 5 do corrente a inteligente menina Cleidy, filha do sr. Jairo França, digno subdelegado de Polícia em nosso Distrito e de sua senhora Dona Emelinda Becker França, agente postal. — Dia 7, o jovem José Pereira. — Ontem o sr. Armando Ceccon.

Fazem anos: — Hoje, o sr. Heilo Fioravante Aguiar, anunciante desta Folha e nosso dedicado amigo. Ao Fioz os nossos parabéns. — Festeja mais um ano de gloriosa existência, dia 11, depois de amanhã, o sr. Manuel Joaquim Barreira, proprietário do Bar Central e nosso anunciante. Ao sr. Barreira que no curto período que reside em Mauá, já conquistou grandes amizades, os nossos votos de próspera felicidade.

ANIVERSÁRIO DE CASAMENTO

Completa o seu primeiro aniversário de casamento dia 17 próximo, o casal sr. Eduardo de Assis Fernandes e sua senhora D. Eunice Paíno Andrade Fernandes. Ao casal, as nossas felicitações.

FEIJOADA

Em comemoração ao aniversário de seus dois filhinhos, José Roberto dia 22 pp. e Luiz Carlos dia 22 pp. o sr. Palmiro Neri ofereceu em sua residência dia 2, domingo, uma succulenta Feijoadá especialmente preparada por sua senhora dona Nair. Compareceram e com todo uma doçura de convivência, bem como a "Folha de Mauá" se fez representar, especialmente convidada. Aqui dedicamos paternais nossos agradecimentos ao distinto casal e votos de mil venturas aos "miras" aniversariantes.

Ao Povo de Mauá

A Sociedade Amigos do Distrito de Mauá, tem a grata satisfação de comunicar ao povo de Mauá, a abertura de seu "Ambulatório Médico Gratuito", à Avenida Barão de Mauá, 560, onde atenderá a todos os enfermos reconhecidamente pobres, bem como distribuindo os medicamentos inteiramente gratuitos.

Para marcar consultas e para pequenos curativos atenderá diariamente das 8 às 12 horas. As consultas médicas são às terças e sextas feiras das 7,30 às 9,30 horas.

Fonte: Acervo da autora.

Em 21 de junho de 1953, foi inaugurada a sede própria da Sociedade Amigos do Distrito de Mauá e de seus órgãos associados, inclusive a Cruzada Bandeirante Pró-Gestante e Infância Desamparada e a Comissão Pró-Emancipação de Mauá, na Praça Senador Fláquer, nº 79, atual Praça 22 de Novembro.

Figura 6: Inauguração da Sede Própria.



Fonte: Acervo da autora.

A visão dos fatos históricos na época é colocada apenas sob a ótica masculina, evidenciada nas reportagens pesquisadas tanto sobre a criação da Cruzada Bandeirante quanto sobre a mudança para a sede própria, em que são citados os nomes completos de diversos membros da sociedade mauaense presentes na solenidade, como, por exemplo, do diretor da única escola do distrito; entretanto, os nomes da diretoria da Cruzada Bandeirantes não são citados uma única vez.

Não encontramos documentos que comprovem a teoria de que a criação desse projeto social seria também uma forma de ampliar as ações do movimento pró-emancipação, mas seria um caminho para chegar até a população mais carente e tentar convencê-la de que a única forma de melhorar a situação do distrito seria elevando-o à categoria de cidade. É sabido que programas sociais, quaisquer que sejam, aglutinam várias pessoas; e, em um período no qual nem todos eram alfabetizados e não havia telefones para troca de mensagens, o diálogo “boca a boca” ainda era a forma mais eficiente de comunicação e de campanha.

Algumas reportagens indicam de forma bastante tímida a presença feminina, como, por exemplo, a reportagem que homenageia na coluna “Sociais”, do jornal *Folha de Mauá*, a avó de Gerty Fink, Maria Paes de Barros. Na coluna “Mundo Feminino” o texto enaltece o trabalho da Cruzada Bandeirante.

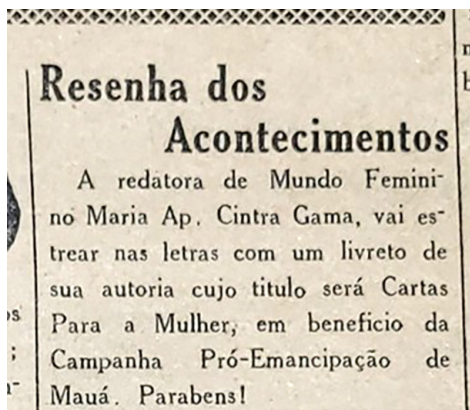
Figura 7: Homenagem a Maria Pais de Barros.



Fonte: Acervo da autora.

Porém, a única citação à participação feminina no processo de emancipação é uma nota no jornal *Folha de Mauá* que menciona a redatora da coluna feminina, que iria publicar um livreto com seus escritos, com o título *Cartas Para a Mulher*, cuja venda seria revertida para a campanha pró-emancipação.

Figura 8: Nota publicada no jornal *Folha de Mauá*.



Fonte: Acervo da autora.

Podemos também traçar um perfil das atividades assistenciais realizadas, nesse período, pelas esposas dos emancipadores e pelos próprios.

Assim, por exemplo, temos a realização de bailes e eventos que angariavam fundos, como o “Baile das Américas”, em benefício das crianças pobres residentes no distrito de Mauá, em outubro de 1950; “O Natal das Crianças Pobres de Mauá”, em 1951; e a “Distribuição de Cobertores”, também em dezembro de 1951.

Figura 9: Baile das Américas.

RECEITA		DESPESAS	
LISTA DE DONATIVOS		ORNAMENTAÇÃO, ILUMINAÇÃO E ENERGIA DO SALÃO	
Total arrecadado	R\$ 12.346,00	Total gasto, de acordo com os compromissos que se arrolam em a) poder	R\$ 1.861,00
RESERVA DE MESAS		PERMANENTE E IMPREVISÃO	
Total arrecadado	R\$ 2.000,00	Total gasto, de acordo com os compromissos que se arrolam em a) poder	R\$ 1.300,00
VENDA DE CONVITES		CONCEÇÃO E TRANSPORTE	
Total arrecadado	R\$ 273,00	Despesas efetuadas até esse título	R\$ 140,00
LEIÃO AMERICANO		BAR E RESTAURANTE	
Total arrecadado	R\$ 875,00	Total gasto, de acordo com os compromissos em a) poder	R\$ 4.114,00
CONCERTO — BANHIA DO PAZIZ		ORQUESTRA	
Total arrecadado	R\$ 3.940,00	Patro e Salário e seu staff	R\$ 3.000,00
DAS AMÉRICAS		RENTA LAQUERIA	
Total arrecadado	R\$ 4.332,00	TOTAL	R\$ 30.000,00
BAR E RESTAURANTE		TOTAL LIQUIDO APURADO	R\$ 19.014,00
Total arrecadado	R\$ 30.000,00		
TOTAL	R\$ 30.000,00		

<p>DONATIVOS EM ESPECIE</p> <p>1 (um) fardo de retalhos oferecido da Casa do Povo, de Luiz Aguiar Duarte, situada neste distrito de Mauá.</p> <p>4 (quatro) pares de Yaris, oferta de Cesarino Molis, de Santo André.</p>	<p>OBSERVAÇÕES: Os compromissos relativos ao Balanete acima, se acham em poder do senhor Sílvio D'Agostini, secretário desta Comissão, os quais poderão ser examinados por qualquer pessoa interessada.</p>
--	--

AGRADECIMENTOS: Manifestamos de público os nossos agradecimentos às seguintes entidades e pessoas que muito contribuíram para o êxito da festa por nós organizada: Associação Esportiva Mauá, Associação Atlética Industrial, Independente Futebol Club, Aldo Binder, Aurélio Pél, Manoel Francisco Telles, Liberal Pallat, João Fortunato, Francisco Neves, Alberto Branco da Silva e Osvaldo Rocha.

Mauá, 25 de outubro de 1950

A COMISSÃO

Nilo Minto — Ezequiel Fink — Sílvio D'Agostini — Terêncio Tamagial — João França — Jacinto Laura Fagúoli — Laila Brumadinas — Arlindo Rodrigues Costa — Innocencio Pedro.

Fonte: Acervo da autora.

Figura 10: Distribuição de cobertores.

**Distribuição de cobertores pela
Diretoria do Ambulatório de
Mauá**

A Diretoria do Ambulatório de Mauá, da Cruzada Bandeirante, pró Gestante e Infância Desamparadas, faz saber, que foram distribuídos 70 (setenta) cobertores, como lembrança do Natal, às famílias necessitadas deste distrito.

A compra desses cobertores foi efetuada com uma parte do saldo do baile realizado no dia 1 de dezembro de 1951, conforme demonstração do balancete de 31 de dezembro de 1951.

A todos, que contribuíram para o bom êxito desta reunião social e beneficente, a Diretoria do Ambulatório, deixa aqui patenteados seu reconhecimento e sincero agradecimento.

Gerty Fink
Diretora

Fonte: Acervo da autora.

A própria Cruzada Bandeirante passou a realizar atividades e bailes a fim de angariar recursos, apesar de Gerty Fink, por ser protestante, não ver com bons olhos os bailes. Mas acabou por aceitá-los, pois eram um sucesso e arrecadavam valores significativos para a Cruzada, os quais eram revertidos em atendimentos.

Exemplo disso foram dois balancetes publicados no jornal *Folha de Mauá*:

Figura 11: Balancetes do Baile do Ambulatório e do Baile da Cruzada Bandeirante.⁵

PAG. 2 FOLHA DE MAUÁ

Balancete do Ambulatório de Mauá da Cruzada Bandeirante Pró-Gestante e Infância Desamparadas em 31 de Outubro de 1952

RECEITAS		DESPESAS	
Saldo de mês anterior	38.422,90	Ordens de Mensas	2.025,00
Mensalidades arrecadadas	3.328,00	Nota n.º 0566 - Casa Cruzeiro	735,00
Oferta do Banco Popular de Brasil	500,00	Recibo da Farmácia Siza Terenziak	1.209,00
Oferta da Diretoria do Ambulatório	120,00		
Proleitos do baile do dia 11-10-1952	15.110,00		
	57.472,90	Saldo para o mês de Novembro	3.307,90
			54.165,00
			57.472,90
GERTY FINK Diretora		LOURDES TAMAGINI Treasuriere	

Balancete Final do Baile do Ambulatório de Mauá da Cruzada Bandeirante Pró-Gestante e Infância Desamparadas realizado no dia 11 de Outubro de 1952

RECEITAS		DESPESAS	
15 pulas vendidas a Cr\$ 250,00	3.750,00	Orçamentos	3.500,00
129 convites vendidos a Cr\$ 50,00	7.950,00	Bat.	950,00
Lotão	4.760,00	Tipografia	270,00
Bat.	2.192,80	Nota no. 6.201 - Casa Progresso	40,00
Oferta do Sr. Otaefir Cardoso	80,00	Aluguel do salão	500,00
Anônimo	800,00	Outras despesas	315,00
Anônimo	46,20		
Oferta da A. A. Industrial	500,00		5.575,00
Oferta de Antônia Pastano	50,00	Saldo Social	15.110,00
Anônimo	606,59		
	20.685,00		20.685,00
GERTY FINK Diretora		LOURDES TAMAGINI Treasuriere	

Fonte: Acervo da autora.

Além da Sociedade Amigos do Distrito de Mauá, da Cruzada Bandeirante Pró-Gestante e Infância Desamparada e da Comissão Pró-Emancipação de Mauá, outro grande apoio à emancipação era a Associação Atlética Industrial, cuja diretoria, em sua maioria, apoiava a causa emancipacionista e, por consequência, cedia seu espaço para as festas e bailes de arrecadação de fundos, a fim de auxiliar os mais desvalidos e estimular as atividades para que Mauá buscasse sua autonomia. A arrecadação permitiu que, além de atender aos mais necessitados, conseguissem adquirir uma sede própria, situada

5 Baile do Ambulatório, em 11 de outubro de 1952, com um custo de 5.575,00, gerando um lucro de 15.110,00. Baile da Cruzada Bandeirante, em 13 e 21 de junho de 1953 (durante a inauguração da sede própria), com um custo de 4.561,60, gerando um lucro de 18.254,00.

na Praça Senador Fláquer, 79, atual Praça 22 de Novembro. Foi inaugurada em 9 de junho de 1953.

Após a emancipação, Egmont Fink concorreu ao cargo de prefeito, mas quem ganhou a eleição foi Ênio Brancallion. Isso acabou contribuindo para que os Fink se mudassem para o interior de São Paulo, mais precisamente para Amparo.

A Comissão Pró-Emancipação, a Sociedade Amigos de Mauá (já não era mais distrito) e a Cruzada Bandeirante encerraram suas atividades, e a Prefeitura desapropriou sua sede, transformando-a em funerária municipal; posteriormente, viria a ser a sede do PROCON.

Figura 12: Fachada da sede da Cruzada Bandeirante, do jornal *Folha de Mauá* e Sociedade Amigos de Mauá.



Fonte: Acervo da autora.

Fechada durante muitos anos, na década de 2000, a Prefeitura ensejou vendê-la, o que provocou um movimento, criado por Edson Bueno de Camargo, nas redes sociais da época, para que a casa fosse preservada. Sua fachada foi tombada pelo CONDEPHAAT – Mauá, pelo Decreto Municipal nº 8807, de 2020.

Figura 13: Destruição do patrimônio histórico de Mauá.



Fonte: Acervo da autora.

Atualmente, aguarda por um projeto de restauro para sua conservação. Muitos autonomistas foram relegados ao esquecimento; o que se falar das mulheres, então, que já eram silenciadas?

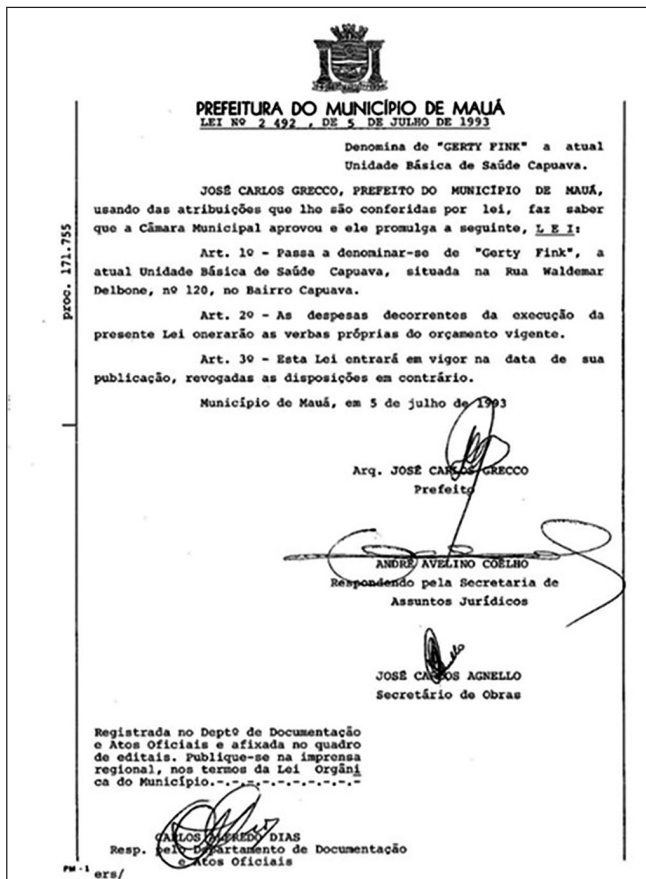
Figura 14: Fachada da antiga sede da Cruzada Bandeirante.



Fonte: Acervo da autora.

A única referência encontrada durante esta pesquisa foi a Lei nº 2492, de 05/07/1993, que denomina “Gerty Fink” a atual “Unidade Básica de Saúde Capuava”. Essa lei, não tendo sido revogada ou alterada, tecnicamente está em vigor; mas na lista oficial de Unidades Básicas de Saúde, no site da Prefeitura, consta apenas a denominação “UBS Jardim Capuava”.

Figura 15: Lei Municipal nº 2492 de 05/07/1993.



Fonte: Leis municipais, 1993.⁶

6 Para maiores informações, consultar: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/m/maua/lei-ordinaria/1993/249/2492/lei-ordinaria-n-2492-1993-denomina-de-gerty-fink-a-atual-unidade-basica-de-saude-capuava>.

Referências

Acervo:

Diário do Grande ABC – Coluna Memória.

Folha de Mauá (edições diversas).

Depoimento:

D. Therezinha Ferreira Bressani

Imãs Giselda, Olga e Cleide Antico.

Bibliográficas:

MEDICI, Ademir. *Industrial de Mauá e os campeonatos de futebol do Grande ABC*. São Paulo: Edições do autor, 2009.

OS PAES de Barros em São Paolo. [S. l.], c2011. Disponível em: <https://ospaesdebarrossaopaolo.blogspot.com>. Acesso em: 24 nov. 2025.

Gyoapé, o campo esquecido da serra

Marcílio de Castro Duarte

A premissa central deste ensaio consiste na investigação sobre o campo de Gyoapé, uma região mencionada na carta de sesmaria de Pero de Góis, em 1532, mas frequentemente negligenciada pela historiografia paulista. De modo mais específico, defendemos a existência de dois campos distintos no planalto, balizados pelo Rio Grande (Jurubatubaçu): ao norte, o campo de Piratininga, notório por ter sido o local de fundação de São Paulo, e, ao sul, o de Gyoapé, situado nos sopés da crista da serra e seus entremontes. Podemos admitir um mapa básico, onde o Piratininga se situa *rio acima* enquanto o Gyoapé, *rio abaixo*. Tal campo é facilmente reconhecível; basta consultar qualquer serviço de mapa por satélite na *internet* para constatar que a área denominada Campo Grande, situada na bacia do Rio Pequeno (Jurubatuba-Mirim), é um remanescente do antigo Gyoapé, embora hoje não passe de um fragmento do que foi no passado. O campo de Gyoapé, tal como descrito na carta de Pero de Góis, era uma área consideravelmente extensa e abrangia não apenas o atual bairro de Campo Grande (entre Rio Grande da Serra e Paranapiacaba), mas também Zanzalá e Riacho Grande, todos eles situados na Vila Jurubatuba, em São Bernardo do Campo.

Evidentemente, muito já se discutiu sobre a histórica Vila de Santo André da Borda do Campo, razão pela qual os estudiosos da atualidade inclinam-se a tratar o tema como superado. No entanto, a História é uma ciência que exige constante análise e reinterpretação

das evidências tidas como conclusivas. No passado, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo destacou-se como o principal centro dedicado a esse estudo. Diversas teorias foram desenvolvidas por Teodoro Sampaio, Gentil de Moura, Luiz Piza e Washington Luiz; todas bem fundamentadas, mesmo que bastante divergentes entre si. Contudo, para fundamentar a análise pretendida neste ensaio, adotaremos a perspectiva de Luiz Piza, que situa a vila histórica no antigo bairro Caveiras. Tal localização, segundo nosso entendimento, é a mais plausível em relação à carta de 1532 e constituirá o ponto de partida para a investigação proposta.

Não há necessidade de destacar que a vila de Santo André da Borda do Campo e seus elementos materiais já não existem. O pouco que sobrou – documentos históricos dispersos e fragmentados – está nos escaninhos dos arquivos históricos. Diante de um tema exaustivamente explorado e revisitado, caberia ainda ao historiador a tarefa de “reabrir o caso”? Evocando a emblemática metáfora de Marc Bloch (2001, p. 69), o historiador se assemelha muito a um investigador criminal: ele não assiste ao crime, mas é chamado após sua ocorrência para reconstruí-lo com base em vestígios e testemunhos, sendo fundamental debruçar-se sobre uma análise crítica de tais fontes. Mesmo que não consiga reconstituir fielmente todos os detalhes do crime, ainda assim ele é capaz de elucidar sua dinâmica e chegar à autoria a partir de pequenas pistas, quase sempre desprezadas. Com base nessa analogia, Gyoapé parece ser uma pista desprezada, que pode até não constituir uma prova definitiva, mas forma um interessante rol de evidências:

1. o próprio nome do campo e seu significado tupi;
2. a precisa descrição geográfica contida na carta de sesmaria de Pero de Góis;
3. a devoção de Pero de Góis a Santo André, aliada à existência de uma ermida dedicada a este apóstolo em sua sesmaria;

4. o posto de observação de João Ramalho;
5. a vila como posto aduaneiro entre o sertão e o litoral.

Essas evidências constituem o *corpus* do que chamaremos de *Teoria de Gyoapé*, uma abordagem indiciária fundamentada na correlação entre dados linguísticos, descrições cartográficas e indícios topográficos, que permite formular uma hipótese sobre a localização aproximada da Vila de Santo André da Borda do Campo. Este ensaio, longe de buscar verdades absolutas ou criar mitos de origem, propõe a reconstituição possível de um cenário pretérito, no qual a compreensão do termo Gyoapé, a relação entre campo e floresta e a dinâmica da ocupação tupi e portuguesa se entrelaçam, formando o substrato para novas investigações e debates acerca da história regional.

Etimologia

Para validar a precisão da presente análise, torna-se imprescindível investigar a etimologia do termo Gyoapé. Segundo o tupinólogo João Mendes de Almeida, o termo é uma corruptela de *Y-iapê*, onde o fonema *Y* (com som de *J*) forma o relativo (equivalente à *de, da* ou *do*), e *Iapê* forma o substantivo “limite, extremo, fim, divisa, borda”. Logo, está-se a falar de algo situado na borda:

Joapen [*Y-iapê*] é a palavra com que o padre Lourenço Craveiro, reitor do colégio dos jesuítas de S. Paulo, explicou em 1674 o nome Gioapê, dado ao campo mencionado no título de sesmaria de Pedro de Góes, de 10 de outubro de 1532. [...] O cerco de qualquer pedaço de terra para benfeitorias, ou de um espaço de rio ou de lagoa para pescar, afirmando domínio [...]. Portanto, esse campo seria o limite daquela sesmaria (Almeida, 1902, p. 146). No contexto do século XVI, um pedaço de terra cercada no planalto só poderia indicar a presença de uma aldeia tupiniquim. Por isso, é bastante

plausível considerar o campo de Gyoapé como o local da vila de João Ramalho, uma vez que estava situada em um ponto estratégico na crista da Serra, de onde seria possível manter um posto de observação – tema que detalharemos mais adiante.

A carta de sesmaria

Ao considerar apenas a existência do campo de Piratininga, negligenciando a relevância cartográfica de Gyoapé, a historiografia se prende a uma limitação que merece ser refutada. Sendo Piratininga o único campo do planalto (como até então se acredita), a palavra “borda” tem sido interpretada como a baliza que marcava o “fim da floresta e o início do campo”. Entretanto, quando incorporamos Gyoapé à análise, “borda” passa a designar a divisa entre dois campos distintos – o meridional e o setentrional. Nesta perspectiva, vislumbra-se não só o término de um campo, mas o início de outro, cuja fronteira era feita pelo Rio Grande. Esses campos eram interligados pelo caminho de Piratininga e apresentavam delimitações bastante específicas, como uma bordadura curvilínea composta por floresta (pinhais), morros (outeiros) e rios, tal como descrito na própria carta, que trazemos à análise:

Eu hei por bem de lhe dar as **terras de Taquararira** (trata-se do vale do Rio Quilombo, na serra do Mar) com a serra de **Taperovira** (*trata-se de uma serra pequena do lado direito, a leste da Ilha dos Bagres, em Santos*), que está do lado de onde nasce o sol¹ com águas vertentes com o rio **Jurubatuba** (*refere-se à foz do rio que está na serra e não ao Rio Grande que está no planalto*) o qual, rio e terras, estão defronte da **ilha de São Vicente**, que chamam Guaiaó, a qual terra subirá para serra acima até o cume e daí a buscar

1 A referência bussolar é de quem está de frente para a serra e de costas para o Oceano Atlântico.

o **Capetevar**, e daí virá entestar com o rio adiante que está do lado Norte (*trata-se do Rio Grande*) e por ele abaixo até aguar por terra em outro rio (*trata-se do Rio Pequeno*) que tem aí o outeiro (*possivelmente o morro da Vila Lavínia, em Rio Grande da Serra*) e daí tornará dentro a um **pinhal** que está na banda do **campo Gioapê** e daí virá pelo **caminho que vem de Piratininga** (*trata-se do Caminho do Mar*) a entestar com a serra que está sobre o mar (*trata-se da Serra do Cubatão*) e daí por uma ribeira que vem pelo pé da serra que chamam **Maroré** (*trata-se do Rio Perequê, grafado incorretamente*) e daí dentro no pé da serra de **Ururai** (*atual Serra de Mogi*) e virá dentro por este rio a entestar com a **Ilha Caramacoara** (*atual Ilha Barnabé*) e então pelo **Rio de São Vicente** (*atualmente, o lagamar de Cubatão, que compreende o Rio Pedreira, Piaçaguera e Ilha dos Bagres*) tornará a entestar com a dita serra de Taperovira, de onde começou a partir e assim os outeiros e cabeças d'águas e todas as entradas e saídas das ditas terras (Marques, 1876, p. 265 – grifo nosso).

Em resumo, a carta concede as terras que se iniciavam no vale do Rio Quilombo (em sua foz, no Rio da Onça, perto da Ilha dos Bagres, em Santos), que ficavam de frente para a ilha de São Vicente (na época, Santos e Cubatão não existiam) e subiam até o Capetevar (o ponto mais alto da Serra, hoje Paranapiacaba). Já no planalto, seguiam o curso do Rio Grande até encontrar o Rio Pequeno, no pião divisor formado por um outeiro (que acreditamos ser o morro da Vila Lavínia, em Rio Grande da Serra, entre a Avenida Flávio Humberto Rebizzi e a Avenida Jean Lieutaud, por ser o único localizado no delta dos dois rios). A partir daí, as terras seguiam por um pinhal que estava do lado de Gyoapê (ou seja, no lado meridional),

até encontrar o caminho que vinha de Piratininga (atual Caminho do Mar) e dali defletiam a sul para a Serra (de Cubatão), acompanhando o curso do rio Perequê até o pé da Serra de Mogi, alcançando a Ilha Barnabé e, finalmente, pelo Rio de São Vicente (atual lagamar de Cubatão), retornando ao seu ponto inicial, na serra de Taperovira.

Considerando o breve decorrer de tempo desde a fundação de São Vicente – apenas nove meses –, é improvável que Martim Afonso de Souza, donatário da capitania, e seus nobres pares tivessem plena compreensão da geografia local. Assim, a carta de sesmária, lavrada em 10 de outubro de 1532, com surpreendente nível de detalhamento, só foi possível graças à colaboração de Tibiriçá e seus irmãos, chefes tupiniquins com profundo conhecimento da topografia de planície e de planalto. Além deles, é muito provável que João Ramalho tenha desempenhado o papel de língua da terra, facilitando a comunicação entre os portugueses e os irmãos. Isso demonstra não só a autenticidade dos termos empregados no documento, ainda que interpretados de forma incorreta pelo escriba, como também ressalta a importância desses locais na ocupação territorial tupi, pois seria ilógico transcrever o campo de Gyoapé se eles não existissem. Dessa maneira, Gyoapé transcende a ideia de terras abandonadas ou improdutivas e se impõe como um assentamento tupiniquim estabelecido em um ponto estratégico entre o planalto e o litoral. Ainda podemos admitir que, por essa lógica, Gyoapé fazia parte de uma rede estruturada de aldeias voltadas para a defesa territorial (que os tupiniquins denominavam guará). Os relatos de cronistas da época apontam a existência de conflitos constantes com os tupinambás, seus principais rivais. Este povo, por sua vez, ocupava o litoral a partir de Ubatuba até Cabo Frio.

Considerando a existência dessa rede de defesa, as principais aldeias eram Guaiaó (em São Vicente), que exercia controle sobre

a enseada, o estuário e o lagamar; Piaçaguera (um porto situado na base da serra); Capetevar (provavelmente utilizado como ponto de observação no topo da serra) e Gyoapé (aldeia envolta por densa floresta e abastecida pelos rios Grande e Pequeno), conectada pelo caminho de Piratininga, o qual conduzia às aldeias de Geribatiba (sob liderança de Caiubi) e Inhapuambuçu (chefiada por Tibiriçá).

Quanto à sesmaria de Taquararira, não se tem notícia de seu desenvolvimento. Pero de Góis aparentemente nunca a ocupou – em 1539, recebeu a Capitania de São Tomé, onde fundou a Vila da Rainha, próxima ao Espírito Santo. Isso pode ter ocorrido porque a maior parte de suas terras era composta por áreas acidentadas (serra), enquanto os terrenos planos (campo de Gyoapé), mais adequados à construção de um engenho de cana-de-açúcar, eram insuficientes. O microclima frio, úmido e nebuloso do alto da serra também parece ter sido um impeditivo para tal empreitada, pois a cultura da cana exige temperaturas quentes e alta irradiação solar. Além disso, mesmo que desejasse instalar um engenho, precisaria trazer ferramentas de Portugal e enfrentar o desafio de transportar cargas pesadas pela serra – algo inviável naqueles tempos, já que nem muares conseguiam subir devido à inclinação acentuada. Os caminhos calçados, apropriados para tropas de burros, só surgiram no século XVIII com a Calçada de Lorena. Brás Cubas, que fundaria uma fazenda no Tatuapé, conseguiria o feito somente em 1551, usando índios escravizados. Neste caso, o esforço parece ter sido compensado pelo apoio dado por Ana Pimentel, esposa de Martim Afonso de Souza, que governava a capitania mediante procuração do marido, mas com olhar voltado para o seu desenvolvimento. Neste breve período de prosperidade, Brás Cubas fundou sua fazenda no Tatuapé, provando que o campo mais afastado da serra era muito melhor para plantio do que Gyoapé.

O pinhal

Em uma carta de confirmação das terras de Brás Cubas, datada de 1567, a vila de Santo André da Borda do Campo (que já não existia mais) é mencionada. A carta informa, com riqueza de detalhes, que a vila ficava no fim da sesmaria de Pero de Góis e “não chegava mais que a borda do campo, onde havia um pinhal, donde João Ramalho teve algumas roças e elevou a povoação de Santo André”.

Preocupado com a invasão de suas terras por esbulhadores, Cubas se esforça em oferecer detalhes de marcos topográficos, entre os quais a largura e a profundidade de sua sesmaria. A largura deveria sempre obedecer a três léguas. O marco poente (oeste) era o caminho de Piratininga (atual Caminho do Mar) e o marco nascente (leste) era a aldeia de Piqueri, no córrego do Tatuapé (Cordeiro, 1949, p. 227).

O interessante nessa carta é que ela menciona um “pinhal” e um “capão grande”, ambos entendidos como tipos de bosque. Mata, bosque e campo são formas distintas de vegetação: mata é uma floresta fechada; bosque contém árvores menores e menos densas; enquanto campo é uma região aberta, pouco inclinada, com poucas árvores. Fica evidente que o pinhal, escolhido como marco divisorio, não foi selecionado ao acaso, mas por ser uma característica marcante da área onde se ergueu a vila de João Ramalho. Esse pinhal era tão notável que, em 2 de dezembro de 1633, foi reconhecido pelo padre Agostinho Luís, superior da Companhia da Casa de São Miguel, com a valiosa ajuda de antigos moradores da região:

[...] consta que o [padre] Luís foi à paragem declarada na referida carta aos **Pinhais** que estão na Borda do Campo, nesta vila velha de Santo André, levando em sua companhia a mim, tabelião... (trecho perdido) ... e assistindo também o Ouvidor desta capitania,

o Capitão Antônio Raposo Tavares... (trecho perdido) ... deu logo o dito juramento a mim, tabelião, a Pedro de Moraes Dantas, e a Paulo da Costa, homens antigos e práticos, e a Pedro de Moraes Madureira e a João Nunes, moradores nesta paragem para que, debaixo do juramento... (trecho perdido) ... **e disseram todos que onde ele (o juiz)² estava era o Pinhal de que a carta faz menção**, e assim mostraram juntamente o caminho que os antigos moradores da vila de Santo André usaram para ir a Piratininga. [...] e, depois disso, no mesmo dia, mês e ano acima e atrás, do referido **Pinhal e marco de pedra** que se colocou [no local], fomos pelo caminho que vai para Piratininga não saindo da confrontação e caminho da demarcação antiga da referida carta [de doação] (Cordeiro, 1949, p. 257, grifo nosso).

No trabalho de medição, as autoridades tiveram o cuidado de mandar fazer um marco de pedra no local exato do pinhal. A tirar pelo padrão adotado pelo padre Luís na demarcação das terras de Brás Cubas no litoral, o único vestígio da vila de Santo André a chegar até os dias atuais seria um marco de pedra lavrado com as armas do Carmo, com um letreiro ao pé dizendo “Carmo”. Se este marco de pedra um dia vier a ser encontrado, talvez esteja soterrado ou até mesmo submerso em algum ponto do Reservatório do Rio Pequeno. Já o pinhal parece ser o mesmo citado na carta de sesmaria de Pero de Góis (um pinhal que está na banda do campo Gyoapé e daí virá pelo caminho que vem de Piratininga...), o qual citamos anteriormente.

Gentil de Moura (1909, p. 3-22) analisou detidamente essas demarcações topográficas e concluiu que o capão de pinheiros era

2 O juiz em questão era o ordinário da vila de São Paulo, Manoel Pires, que trouxe o tabelião Calixto da Mota, do mesmo foro, para acompanhar as medições.

um “ponto divisório comum” para as sesmarias de Brás Cubas, Luiz da Grã, Mestre Bartolomeu Carrasco e Pero de Góis. A localização dada por Moura, entre a Estrada do Vergueiro, o Ponto Alto, o Rio Grande (Jurubatuba-Açu) e o bairro de Caveiras, é a que mais se aproxima das cartas quinhentistas.

Capetevar: o posto de observação

Em artigo de 2004, o pesquisador Antonio Joaquim Andrietta menciona um posto de observação de João Ramalho situado no cume da serra.

A uma distância de menos de duas léguas dali [da vila de Santo André] Ramalho instalara um posto de observação permanente de toda a orla de São Vicente (a atual Vila de Paranapiacaba, outro “local de onde se avista o mar”). O interesse era acompanhar a entrada de navios na baía e no porto. Se fossem invasores, descia com sua tropa de portugueses, índios e mamelucos para lhes dar combate (como o fez em outras ocasiões). Ou, então, seriam parceiros com os quais poderia traficar índios inimigos, aprisionados em combates (Andrietta, 2004, p. 3).

Apesar de não haver consenso sobre se João Ramalho era um degredado judeu, um cristão-novo, um grumete deixado à costa para servir de língua da terra, ou um sobrevivente de naufrágio, sabe-se que ele já estava totalmente adaptado aos costumes da terra, pois vivia no Brasil desde 1510. Por isso, é razoável supor que ele tenha criado meios de vigiar constantemente o litoral, talvez por desconfiar que as naus portuguesas ou espanholas um dia chegassem – o que de fato ocorreu em 1532, quando a esquadra de Martim Afonso de Souza ancorou na ilha de Guaiaó (São Vicente).

Este posto de observação, citado por Andrietta, corresponde ao “capetevar” citado na carta de sesmaria de Pero de Góis. Gentil de Moura o situa onde era o Alto da Serra (hoje vila de Paranapiacaba). João Mendes de Almeida, sem cravar um lugar exato, explica em seu dicionário que o termo é uma corruptela de *apitéruá* – o ponto mais alto da serra:

No título de sesmaria de 1532 aparece a palavra “capetevar”, que o padre Lourenço Craveiro, em 1674, declarou não ser conhecida, nem ter sentido algum. Os índios chamavam o ponto mais alto de uma serra de “Caa-apité-á”, que se decompõe assim: *caa* = monte; *apité* = centro, meio; *á* = cabeça, saliência. O documento diz: “...subirá para serra acima até o cume, e daí a buscar o capetevar, e daí virá entestar com o rio...”. O padre A. R. de Montoya, no seu *Tesoro de la lengua guaraní*, escreveu *apitéruá* = “sobressair entre os demais, estar com eminência” (Almeida, 1902, p. 56).

As fontes pesquisadas permitem relacionar o “capetevar” ao ponto culminante da serra utilizado por João Ramalho para vigiar o litoral vicentino. Não era um acidente geográfico qualquer, mas um marco natural, reconhecido pelo povo tupiniquim que o denominou, e que estabelecia um ponto de comunicação entre o planalto e o litoral a olho nu. A função estratégica desse local era inegável, seja para antecipar ataques inimigos (notadamente os conflitos entre os grupos tupiniquim e tupinambá), seja para reconhecer embarcações amigas (portuguesas ou espanholas).

Pero de Góis, um devoto de Santo André

A relação entre a origem de Pero de Góis e a fundação de Santo André da Borda do Campo evidencia um fenômeno característico da colonização portuguesa: a transferência da identidade

religiosa da metrópole para o território brasileiro. Natural de Beja, Góis cresceu sob a influência da emblemática Ermida de Santo André, monumento que celebrava a vitória cristã sobre os mouros em sua terra natal. Segundo a tradição local, a primeira igreja teria sido fundada por D. Sancho I para assinalar a conquista definitiva de Beja em 1162, ocorrida na véspera do dia dedicado ao apóstolo. O templo atual, datado do final do século XV (ou início do XVI), destaca-se como um raro exemplar em Portugal. Se em Portugal, Santo André, o primeiro apóstolo chamado por Jesus e martirizado em uma cruz decussata (em forma de "X"), era venerado como símbolo da vitória cristã sobre os mouros, no Brasil ele pode ter sido usado como símbolo da vitória dos cristãos sobre os "gentios" – desta vez, os povos tupi e não os mouros.

Em 1553, durante uma inspeção das capitâneas, Tomé de Sousa relatou ter ordenado a criação de uma vila no "começo do campo", onde os moradores viviam dispersos. Reuniu-os, determinou o cercamento do local e organizou a nova povoação para que todos pudessem viver juntos. Batizou-a como "Vila de Santo André" porque, segundo ele mesmo registrou, avistou "uma ermida deste apóstolo" ali edificada. Esta ermida é a mesma que foi construída em 1549, sob orientação do padre Leonardo Nunes, da Companhia de Jesus.

É inequívoco que a denominação da vila por Tomé de Sousa foi motivada pela presença de uma ermida dedicada a este apóstolo. Esta ermida, associada ao termo tupi Gyoapé ("borda") presente na carta de sesmária de Pero de Góis (por sua vez, devoto de Santo André), não é um mero conjunto de coincidências, mas uma forte evidência de que o seu ato de fundação está imbricado em todos esses fatores.

Tudo indica que, ao receber sua sesmária no Brasil, Góis reproduziu no planalto o gesto simbólico de sua terra natal, erguendo uma ermida homônima como ato inicial de povoamento, ainda que este

desiderato não tenha se concretizado (como vimos, Góis abandonou esta sesmaria). O fato de Tomé de Sousa ter encontrado esse templo em 1553 e decidido elevar o local à categoria de vila com o nome do santo indica que a devoção trazida de Beja por Pero de Góis constituiu o alicerce espiritual e simbólico da primeira povoação portuguesa fundada no interior do Brasil: Santo André da Borda do Campo.

A vida na vila

Após o aforamento de vila em 1553, o povoado de Santo André da Borda do Campo passou a cumprir função aduaneira na zona fronteira entre o litoral e o sertão, o que reforça sua localização no campo de Gyoapé, único onde seria possível controlar o acesso ao Rio Grande (que levava ao Tietê e ao Rio Paraguai) e o caminho de Piratininga, que permitia, pela via terrestre, se chegar ao sertão. A vila também controlava a bacia do Rio Pequeno, que embora não fosse navegável, servia de aguada à produção agrícola. Obviamente, o interesse da Coroa não era outro senão garantir o monopólio sobre as tão faladas jazidas auríferas, cuja descoberta se daria somente cerca de um século e meio depois. Um regimento datado de 1556, lavrado pelo governador Dom Duarte da Costa, confirma o que temos dito até aqui:

¶ 1 – Não consentireis que nenhum português nem castelhano vão [entrem] pelo campo para o [rio] Paraguai nem para outra alguma povoação dos castelhanos e, se for o caso, que algum castelhano venha por terra de alguma de suas povoações a esta capitania, vós o fareis logo embarcar no primeiro navio que daí for para qualquer parte, ainda que seja para estas capitanias do Brasil (AHM, 1914, p. 36).³

³ AHM – Arquivo Histórico Municipal de São Paulo. Atas da Câmara de Santo André da Borda do Campo, 1914, p. 36.

Em que pese a redação arcaica e obtusa dos documentos régios, fica patente, no trecho citado, que Santo André havia passado de simples povoado a uma organização política, econômica e social mais concreta. E integrava, de modo mais claro, a lógica do capitalismo mercantil em curso no século XVI, em que a Coroa impunha rígido controle sobre todos os aspectos produtivos de suas colônias. Diferentemente da vila de Santos, fundada por Brás Cubas, Santo André era uma vila pobre, cujas dificuldades de desenvolvimento a condenaram à insignificância. Mesmo assim, ela desempenhava um papel relativamente importante na engrenagem mercantilista ao garantir um mínimo de abastecimento, ordem e controle sobre o território planaltino, assegurando que toda atividade econômica (da farinha de mandioca às entradas ao sertão) estivesse alinhada aos interesses da Coroa.

A jurisdição estava subordinada a Brás Cubas, que detinha o cargo de capitão-mor de São Vicente e atuava, desde 1551, como “provedor-mor e contador das rendas e direitos da Coroa” – ou seja, era incumbido de fiscalizar a arrecadação de impostos e riquezas (incluindo ouro e pedras preciosas) e remetê-las à metrópole. Na vila, a governança era exercida pelos oficiais da Câmara, o que incluía um juiz ordinário (que presidia as reuniões, administrava juramentos aos novos oficiais e julgava as infrações locais), vereadores (que decidiam sobre obras públicas, posturas e leis locais), procurador do conselho (que formalizava as reclamações da comuna e as apresentava aos vereadores, visando providências) e escrivão (que cuidava da burocracia e da documentação, registrando atas). Estes cargos eram eleitos anualmente, exceto o de alcaide-mor, uma posição honorária exercida por João Ramalho, mediante nomeação por uma autoridade superior. Ramalho gozava de direitos plenipotenciários em sua jurisdição, incluindo a função de “guarda-mor do campo” (espécie de coronel), que lhe permitia recrutar soldados e chefiar

missões militares para a defesa da colônia. Apesar de todo esse arranjo aparentar uma estrutura política razoavelmente eficiente, os atos governamentais aconteciam em toscas casas chamadas de “casas da câmara” ou “casas do conselho”.

Por se tratar de uma vila paupérrima, não era possível gerar riquezas em suas pequenas fazendas, posto que a produção se limitava à farinha de mandioca, seu principal produto. E este era supervisionado pela Câmara, que regulamentava os valores e as medidas do alqueire. Em 1556, o preço do alqueire da farinha (aproximadamente 15 quilos) foi fixado em seis vinténs (cerca de 20 réis), a pedido dos produtores, pois o valor que se pagava por ele era irrisório (AHM, p. 30-31).⁴ Cabia ao almotacel a fiscalização, o controle de pesos e medidas, assim como a aplicação de sanções por irregularidades. Já o aferidor era incumbido de calibrar os padrões oficiais das medidas, especialmente do alqueire a ser produzido por cada fazenda. O trabalho agrícola baseava-se na escravização de indígenas, e para isso existia uma regulamentação específica. Uma das exigências era a obrigatoriedade de um intérprete (língua da terra), muito útil nas entradas na mata – de preferência um homem experiente, capaz de garantir a segurança dos cristãos nas comunicações com os “gentios”, evitando-se mal-entendidos e ataques. Outra norma permitia que os moradores recebessem licença para capturar “silvícolas” no sertão, desde que essa prática fosse “equilibrada” e beneficiasse tanto os pobres quanto os ricos, em sistema de revezamento – ou seja, os que tivessem maior necessidade deveriam ir primeiro. Quem encontrasse metais ou pedras preciosas deveria comunicar o mais rápido possível ao governador-geral, que faria chegar a notícia ao Rei. Havia também um controle rigoroso sobre o tempo que podiam permanecer no sertão, a fim de evitar excessos que provocassem conflitos ou guerras – embora fosse permitido

4 AHM – Arquivo Histórico Municipal de São Paulo. Op. cit., p. 30-31.

castigar os cativos, caso “merecessem”⁵ (AHM, p. 37). Todas essas regras, sobretudo as licenças para caçar “silvícolas”, deviam ser autorizadas por João Ramalho. Ninguém acessava o sertão ou descia ao litoral sem sua autorização. Daí crermos que a vila cumpria função aduaneira entre o planalto e o litoral.

O povoado era formado por gente sem estudo ou qualificações, proprietários de pequenas fazendas e casas rudimentares. Como observa Washington Luiz, “não havia telheiros nem pedreiros” e “as casas [...] eram cobertas de palha, em cujas paredes só havia taipa de mão, quando as havia” (Luiz, 2004, p. 116-117). Ou seja, não havia casas de pedra capazes de suportar ataques; eram toscamente edificadas com técnicas ultrapassadas. Qualquer ameaça de ataque, era motivo de pânico generalizado.

Os moradores se dedicavam arduamente ao cultivo de roças (tarefa que, sob metas e fiscalização rigorosas dos almotacéis, era obrigatória), criavam gado e suínos e viviam da agricultura de subsistência. A higiene era a pior possível, sendo frequentes as reclamações de fossas fedorentas ao ar livre, envenenamento de víveres causado pela manipueira⁶ e monturos que não eram limpos.⁷ Além disso, havia a fome. No dia 20 de setembro de 1557, registrou-se um episódio notável. Os oficiais da Câmara reuniram-se a pedido do procurador do conselho e, durante a sessão, ele declarou que muitos moradores estavam morrendo de fome; os que ainda não haviam sucumbido, enfrentavam severas dificuldades. Até o gado estava morrendo. Diante desse quadro, os famélicos pediam autorização para se estabelecer próximos a um rio, nos intramuros da

5 AHM – Arquivo Histórico Municipal de São Paulo.

6 A manipueira (extrato da raiz da mandioca, decorrente da produção de farinha) provocava a contaminação da água. O veneno da raiz lançado diretamente nos córregos matava os peixes e os animais, que acidentalmente a bebiam. Arquivo Municipal de São Paulo. Op. cit., p. 40.

7 João Pires, o Gago, era juiz e foi multado em 500 réis por não limpar seu próprio monturo. Arquivo Municipal de São Paulo. Op. cit., p. 11.

vila, para tentarem de alguma forma se alimentar (possivelmente de peixes). O procurador, porém, afirmou que não concordava com o pedido, a menos que o número de mortes ou perdas nas fazendas aumentasse significativamente e, neste caso, caberia ao próprio povo prestar contas às autoridades competentes por tal prejuízo. Este caso absurdo ilustra bem o nível de despreparo e descaso com a vida dos habitantes da vila.

A má impressão que a vila causava não era decorrente apenas de seu declínio – em seu alvorecer recaía uma percepção muito parecida. Um dos relatos mais notáveis é o de Ulrich Schmidel, um lansquenê alemão que se aventurou pelas colônias de Espanha e Portugal. Já no fim de sua longa expedição ao Rio da Prata, ele precisou fazer escala em Santo André antes de enfrentar a derradeira descida rumo a São Vicente. Vinha revigorado após três dias de descanso em Geribatiba, aldeia governada por Caiubi, irmão de Tibiriçá. Era junho de 1553, e a vila recém-fundada por Tomé de Sousa contava apenas dois meses de existência. Informado de que João Ramalho estava ausente (encontrava-se em São Vicente tratando de negócios com outro português),⁸ Schmidel agradeceu sua sorte, pois o povoado lhe pareceu “um covil de ladrões” (Schmidel, 1903, p. 222). Em que pese ter sido razoavelmente abrigado por um dos filhos de Ramalho, não deixou de notar sua figura esquiva e rebarbativa, de tal sorte que sua impressão viu o cair da pena neste breve, porém incisivo, relato:

[...] Aconteceu que o filho do afamado João Ramalho já estava lá quando chegamos ao povoado acima referido, que nos recebeu bem, embora desconfiássemos mais dele do que dos índios (Schmidel, 1903, p. 222).

8 Presume-se que tenha ido tratar com Brás Cubas, capitão-mor, ou com o próprio governador-geral, Tomé de Sousa, que ainda se encontrava por São Vicente.

Em certo ponto de seu diário de viagem, Schmidel observa que era mais seguro armar uma rede nos bosques, sob o céu cabralino, do que pernoitar em uma aldeia tupi, onde testemunhara muitos serem devorados após uma acolhida enganosa. Nesse contexto, quando afirma que o filho de João Ramalho lhe inspirava menos confiança do que os “índios”, é plausível supor que não se tratava de uma figura particularmente afável. Num ambiente como esse, marcado por desconfiança e tensões latentes, não causa espanto que, poucos anos depois, os jesuítas viessem a eclipsar a vila de Santo André.

No que diz respeito à segurança interna, a vila contava, como todas as povoações portuguesas, com um pelourinho destinado à aplicação de castigos e à manutenção da ordem. A precariedade era tamanha que chegou a ser discutida a falta de recursos até mesmo para instalar a argola e o cepo no poste. Já no tocante à defesa contra “índios contrários”, a segurança tornou-se prioridade absoluta desde a eclosão da Guerra dos Tamoios (1554-1567). Os habitantes passaram a viver em estado de alerta constante e a vila se converteu em quartel. Uma das atas cita a existência de um baluarte⁹; outra, a proibição de construir casas acima do nível do muro da vila para não prejudicar a visão das sentinelas.¹⁰ Um registro de 1555 informa que a vila foi cercada com “muros” (leia-se paliçadas) e que se impôs a obrigação de reforçá-los periodicamente para protegê-los do apodrecimento causado pelas chuvas. Já em 1556, recaiu uma ordem de manter as portas da cerca fechadas ou constantemente vigiadas.¹¹ Em 1558, houve uma grande mobilização na vila ante a notícia de que “novos índios” (o exército Tamoio), vindos do litoral, iriam atacá-los. A Câmara determinou que todos largassem seus

9 Arquivo Municipal de São Paulo. Op. cit., p. 34.

10 Ibidem, p. 35.

11 Ibidem, p. 50.

afazeres e fossem obrigados a construir guaritas, reparar portas, reforçar as cercas e muros em até oito dias.¹²

A falência da vila

Com o passar dos anos, a fragilidade da vila de Santo André tornou-se cada vez mais evidente diante do avanço Tamoio, das disputas com os jesuítas e da instabilidade geral da colônia. João Ramalho resistiu quanto pôde à dissolução do povoado, mas a situação tornou-se insustentável e, em 1560, a vila perdeu definitivamente a batalha por sua sobrevivência. A principal desvantagem de Santo André, em comparação com a Vila de São Paulo, era de ordem militar: enquanto Santo André fora erguida em região de vale, circundada por uma borda de floresta e morrotes, São Paulo se estabeleceu sobre o topo de um morro, cujo aclive favorecia a defesa e dificultava qualquer ataque inimigo. No plano político e administrativo, São Paulo também levava vantagem, sendo conduzida pelos jesuítas segundo o modelo de aldeia catequizada, disciplinada e organizada em roças coletivas – tanto é assim que conseguiam sobreviver ao Cerco de Piratininga, em 1562. Até mesmo a fazenda Jerebatí, de Brás Cubas, era mais próspera. Desde 1551, produzia gado vacum, vinho e laranjas (Duarte, 2022, p. 54), ao passo que Santo André mal conseguia manter a produção de farinha e enfrentava episódios recorrentes de fome e desorganização política.

Nesse contexto, não foi preciso grande esforço para que Manuel da Nóbrega e José de Anchieta convencessem o governador-geral, Mem de Sá, a transferir o foral de Santo André para São Paulo dos Campos de Piratininga, determinando, ao mesmo tempo, o fechamento do acesso a Paranapiacaba. Consumava-se a falência de Santo André como vila aduaneira e bastião do planalto. Enquanto

12 Ibidem, p. 65.

isso, o exército Tamoio já controlava uma extensa faixa territorial que se estendia de Guarulhos (aldeia de Piquerobi) a Camandocaia (aldeia de Araraí), passando pelo vale do rio Ururai, pelo porto de Piaçaguera, Bertioga, até Cabo Frio, em uma guerra que duraria até o ano de 1567.

Considerações finais

A análise conjunta da geografia histórica, dos registros cartográficos do século XVI e da própria lógica de ocupação tupi e portuguesa permite propor, com razoável segurança, a hipótese de que tanto a sesmaria de Pero de Góis quanto a vila de João Ramalho, ambos projetos malsucedidos, se localizavam no campo de Gyoapé. A proximidade dessa área com a crista da serra, a cerca de duas léguas em linha terrestre, torna plausível que ali se localizasse o posto de observação utilizado por Ramalho, provavelmente instalado em algum espigão de Paranapiacaba. Dali, seria possível avistar tanto a ilha de São Vicente quanto o horizonte atlântico e o fundeamento de eventuais esquadras europeias.

Considerando que o campo de Gyoapé constituía uma faixa contínua de áreas abertas entre as serras do Poço do Meio e de Mogi (antiga Ururai), abrangendo a bacia do Rio Pequeno, e que essa região foi identificada por Gentil de Moura e João Mendes de Almeida como herdeira direta da antiga toponímia tupi, conclui-se que a vila de Santo André pode ter se situado em algum ponto correspondente aos atuais bairros de Zanzalá, Riacho Grande ou Vila Jurubatuba, no município de São Bernardo do Campo. Trata-se, portanto, do cenário mais consistente com as evidências disponíveis e com a dinâmica territorial do período.

Referências

ALMEIDA, João Mendes de. *Dicionário geográfico da Província de São Paulo seguido de um estudo sobre a estrutura da língua tupi*. São Paulo (SP): Typographia a Vapor Espíndola & Comp., 1902.

ANDRIETTA, Antônio Joaquim. *Os primeiros caminhos do litoral ao planalto paulista: um rol de dúvidas, confusões, enigmas e mitos*. Santo André (SP): s.n., 2004.

ARQUIVO DIGITAL DA UNIVERSIDADE DO MINHO. Beja – Igreja de Santo André, s.d. Disponível em: <https://www.csarmento.uminho.pt/site/s/arquivo-digital/item/8648>. Acesso em: 20 dez. 2025.

ARQUIVO HISTÓRICO DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE LISBOA. Vista da ermida de Santo André em Benja – Portugal, s.d. Disponível em: <https://arquivohistorico.scml.pt/index.php/vista-da-ermida-de-santo-andr-em-beja-portugal/>. Acesso em: 20 dez. 2025.

ARQUIVO MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Atas da Câmara de Santo André da Borda do Campo (1555-1558)*. São Paulo (SP): Duprat & Cia, 1914.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. *Apologia da história, ou O ofício do historiador*. Rio de Janeiro (RJ): Zahar, 2001.

CORDEIRO, José Pedro Leite. Outro inédito de Frei Gaspar da Madre de Deus. In: *Revista IHGSP* (Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo). São Paulo (SP): Irmãos Canton; IHGSP, 1949 [vol. 44].

DUARTE, Marcílio de Castro. *Uma cidade na serra: história e mito na evolução social de Ribeirão Pires*. Santo André (SP): Editora da Universidade Federal do ABC (EdUFABC), 2022.

FAMILY SEARCH. Pero de Góis. Disponível em: <https://www.family-search.org/pt/tree/sources/viewedit/3D61-T4H>. Acesso em: 20 dez. 2025.

LUIZ, Washington. *Na capitania de São Vicente*. Brasília (DF): Edições do Senado Federal, Conselho Editorial, 2004 [Coleção Edições do Senado Federal; v. 24].

MOURA, Gentil Assis de. Santo André da Borda do Campo. In: *Revista IHGSP* (Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo). São Paulo (SP): Tipografia do Diário Oficial; IHGSP, 1909 [vol. 14].

SCHMIDEL, Ulrich. *Viaje al Rio de La Plata: 1534-1554*. Buenos Aires: Cabaut y Cia. Editores, 1903. Disponível em Internet Archive: <https://archive.org/details/schmidel-ulrich.-viaje-al-rio-de-la-plata-1534-1554-1599-2017>. Acesso em: 20 dez. 2025.

Sob o manto da Conceição: história e simbolismo na formação de Diadema

Osmir Pereira da Rocha

Diadema comemorou dia 08 de dezembro de 2025 seu 66º aniversário. Uma cidade jovem, a contar da data de sua emancipação.

Inicialmente parte de São Bernardo do Campo, o povoado de Vila Conceição (como era conhecida o que hoje é a região central da cidade) torna-se o Distrito de Diadema por lei aprovada na Assembleia Legislativa, representação popular aprovada em 24 de dezembro de 1948. A propósito, o nome do distrito é escolhido pelo conhecido jurista Miguel Reale, que adquirira uma chácara no bairro do Serraria e se tornaria um dos nomes ligados ao processo de emancipação de Diadema, que se concretizaria em dezembro de 1958, quando do plebiscito que torna Diadema independente de São Bernardo do Campo.

A cidade passa então por transformações, a partir de poucos anos depois de sua emancipação, como muito bem descreve o jornalista Ademir Médici em sua coluna Memória, num artigo sobre fotografias antigas da cidade:

Os retratos históricos de Diadema passam, necessariamente, pela paisagem rural, quase doméstica. O verde está sempre presente em períodos imediatamente anteriores ao da explosão demográfica e social, que ocorre a partir da emancipação da cidade, no início

dos anos 60. O município opta pela industrialização, seguindo o exemplo da vizinha São Bernardo. E chega a definir-se como parque industrial das pequenas e médias empresas (Diário do Grande ABC, 1993).¹

Esse processo é extensivamente documentado, conhecido e divulgado, inclusive através de ações educativas no município.

Porém, como obviamente inferimos, a vida e a ocupação do território do que viria a ser Diadema não se inicia no momento desse movimento de emancipação. A região fazia parte do trajeto entre o litoral e Santo Amaro e nesse processo começa paulatinamente a se constituir, através dos anos, uma comunidade na região.

Uma recapitulação

Em janeiro de 1532, foi fundada a Vila de São Vicente, no atual litoral paulista. Pouco depois da chegada dos portugueses, entre 1534 e 1536, foram instituídas as capitanias hereditárias – sistema administrativo por meio do qual a Coroa portuguesa delegava a colonização e exploração do território americano a nobres de sua confiança. Esses donatários recebiam vastas extensões de terra, com o objetivo de promover o povoamento, impulsionar a evangelização e recompensar serviços prestados à Coroa.

A criação das capitanias foi uma resposta à ameaça francesa sobre os domínios portugueses na América. A região que hoje abrange o ABC Paulista fazia parte da Capitania de São Vicente, doada a Martim Afonso de Sousa. Diante das dificuldades no litoral, os portugueses

1 O trecho citado faz parte da série de reportagens especiais sobre a história das cidades da região, escrita pelo jornalista Ademir Medici para o jornal Diário do Grande ABC em 9 de julho de 1993. Embora Ademir Medici mantenha a coluna diária "Memória" desde 1987, este conteúdo específico sobre a transição rural-industrial de Diadema foi publicado originalmente em 1993, em uma edição especial ou caderno comemorativo sobre o município. Contudo, apesar do jornal possua um portal de notícias atualizado, textos dessa época (década de 90) geralmente não estão disponíveis como links diretos para leitura imediata, pois muitos ainda residem em arquivos físicos ou microfímes.

passaram a explorar o interior do continente, fundando, em 8 de abril de 1553, a vila de Santo André da Borda do Campo, e, em 25 de janeiro de 1554, o colégio jesuíta de São Paulo de Piratininga, que dá a origem da capital – passos fundamentais no movimento de interiorização.

A área que hoje corresponde ao ABC e à atual Diadema era, nesse contexto, uma importante via de passagem entre o litoral e as regiões de São Paulo e Santo Amaro.

O primeiro registro de ocupação em Diadema data de 1611: trata-se do inventário de Maria Jorge, viúva de Pedro Nunes, veterano da expedição de Nicolau Barreto. Nesse documento, suas terras foram descritas como ‘roça nova na Borda do Campo’, localizadas a cerca de um quilômetro do atual centro do bairro Piraporinha.

Segundo o livro *História do Município de Diadema*, de Wanderley dos Santos, em dezembro de 1735, o Padre Salvador Pires Santiago (do hábito de São Pedro, ordenado em 1718) doou “trezentas braças de terras de testada, e meia légua de sertão” (Santos, 2000, p. 5) para a formação do patrimônio da Capela de Nossa Senhora da Conceição do Acury², localizada em terras pertencentes à sua família.

2 Para esta publicação, optou-se pela grafia histórica Acury, conforme registros de 1735 a 1833 presentes no Livro do Tombo da Sé, citado por Wanderley dos Santos em *História do Município de Diadema* (2000), preterindo a forma moderna Acuri para preservar a fidedignidade aos documentos do período estudado.

Figura 1: Capela de Nossa Senhora da Conceição do Acury.



Fonte: Concepção artística da capela gerada por IA a partir de descrição do vigário Matheus Lourenço de Carvalho no Livro de Tombo da Sé, nº 1, páginas 2 e 23.

Este pode ser considerado um dos marcos iniciais da ocupação da região que viria a se tornar Diadema. Era comum que povoados e cidades surgissem ao redor de uma igreja ou capela, que servia como ponto de referência e de reunião para a comunidade.

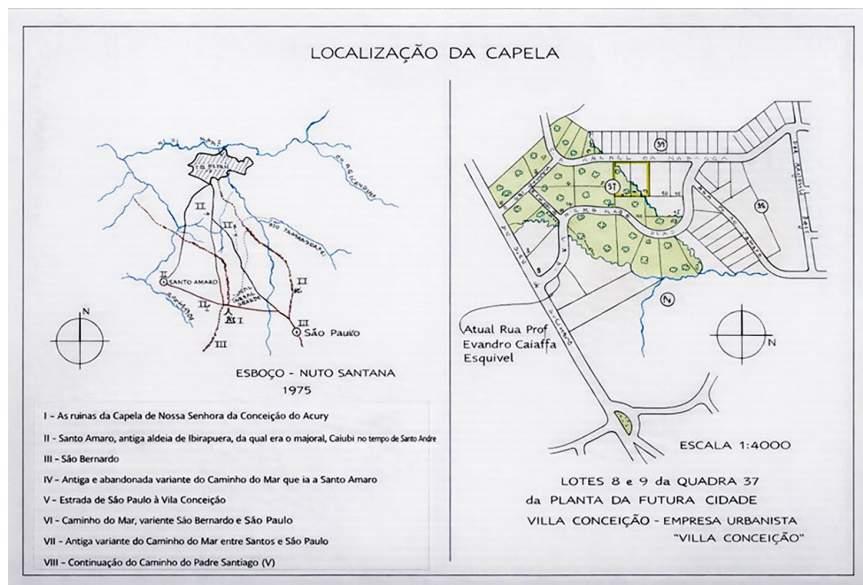
O local, inicialmente conhecido como Acury, passou a ser chamado de Sítio da Capela, depois Capelinha e, em 1923, tornou-se oficialmente Vila Conceição – atual região central de Diadema.

Para além de marco histórico e, como denominado por Wanderley dos Santos 'célula mater' de Diadema, a importância da construção da capela está também nas implicações administrativas. A construção de uma capela na comunidade significava também o reconhecimento pela Igreja e a garantia de visita de um pároco, com a subsequente possibilidade de acesso ao batismo, ao casamento, ao amparo dos enfermos, aos sacramentos, aos registros

de nascimento, de matrimônio, de óbito, com todas suas implicações jurídicas e sociais (Bueno, 2009).

A capela construída no terreno do padre Salvador Pires Santiago servia a todos os moradores da Borda do Campo, não apenas do entorno, pois o único templo próximo era o da Fazenda São Bernardo, pertencente aos Beneditinos e de uso particular. Já a Capela de Nossa Senhora da Conceição Acury era de acesso público, e ficava onde hoje é a Rua Manoel da Nóbrega, nas imediações do número 800, em frente ao atual Shopping Praça da Moça.

Figura 2: Localização da Capela de Nossa Senhora da Conceição do Acury.



Fonte: Luiz Hermínio Puntel de Oliveira.

A primeira missa na Capela de Nossa Senhora da Conceição do Acury foi celebrada em 8 de setembro de 1740 pelo Padre Matheus Lourenço de Carvalho, vigário da paróquia de São Paulo, após todas as vistorias e formalizações realizadas pela Igreja e pela Cúria do Rio de Janeiro.

Porém, nos anos seguintes pouco progrediu o povoado e em 1835 foi assinada a sentença de desativação da capela.

Em março de 1810, o sargento-mor José da Silva de Carvalho (pai do futuro barão do Tietê) foi nomeado 'Capitão Inspetor' da região do Acury. Em 1840, Maria Jacinta Gomes vendeu sua propriedade – conhecida como Sítio da Capela – a José da Silva de Carvalho. Anos mais tarde, em 1876, sua neta Amélia Eugênia da Silva casou-se com Antônio José de Oliveira, conhecido como Antônio Piranga, e herdou as terras do avô.

Em 1923, já viúvo, Antônio Piranga vendeu a propriedade a Antônio Andrade Pinto e Marcelino Penteado, que, em sociedade com Arthur Sampaio Moreira, fundaram a Empresa Urbanística Vila Conceição. O objetivo era promover o loteamento das terras em chácaras de diversos tamanhos – o que dá origem a atual região central de Diadema.

O que nos faz refletir que, apesar de pouco ter progredido a povoação e estarem a se realizar somente missas anuais, a igreja foi por muito tempo uma referência local e a importância da religiosidade no período colonial e mesmo posteriormente, ecoa ainda hoje em diversas simbologias na cidade. Quando do primeiro loteamento da região, toma-se como denominação a santa padroeira de Acuri, Nossa Senhora da Conceição. O já citado jurista Miguel Reale quando, por conta do pouco prazo para a escolha do nome do distrito e sem tempo para uma consulta popular, escolhe o nome Diadema por ser, em suas próprias palavras “a coroa que orna a cabeça de Nossa Senhora da Conceição”.

A cor azul, presente no brasão e na bandeira da cidade, criados pelo professor Evando Caiaffa Esquivel, são “em louvor a Nossa Senhora da Conceição” (Esquivel, 1988), fazendo alusão ao manto da santa. E obviamente esses elementos estão presentes em prédios públicos, uniformes escolares, no nome de comércios etc.

Mesmo que já de certa forma desligada da questão religiosa, a importância na construção de uma simbologia muito presente, na identidade local e sentimento de pertencimento, mesmo que num nível inconsciente, a história de uma capela construída na cidade, naquela que é hoje a região central, lá em 1735, é de uma simbologia bastante evocativa.

Referências

Acervo:

Acervo Digital do *Diário do Grande ABC*.

Centro de Memória de Diadema.

Bibliográficas:

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Dilatação dos confins: caminhos, vilas e cidades na formação da Capitania de São Paulo (1532-1822). *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 253-294, jul./dez. 2009. Disponível em: doi.org. Acesso em: 15 dez. 2025.

DIADEMA (SP). Prefeitura Municipal. *Diadema: caminhos e lugares*. Diadema: Centro de Memória de Diadema; SECEL, 1999.

DIADEMA (SP). Prefeitura Municipal. *Diadema: referências históricas: 1501-2000*. Diadema: Centro de Memória de Diadema; SECEL, 2001.

ESQUIVEL, Sylvia Ramos. *Diadema: sua história*. São Paulo: João Scortecci, 1988.

SANTOS, Wanderley dos. *Antecedentes históricos do ABC paulista: 1550-1892*. Organização do Serviço de Documentação e História Local. São Bernardo do Campo: SECE, 1992.

SANTOS, Wanderley dos. *História do município de Diadema*. Santo André: FAD Diadema; Clóvis Cranchi Sobrinho – Editores & Associados, 2000.

Dos arquivos da Assembleia Legislativa de São Paulo: os dois processos de emancipação de Rio Grande da Serra

Roberto Nascimento Anastácio

O atual município de Rio Grande da Serra, com os seus pouco mais de 44 mil moradores, tem ligação histórica com a quinhentista Vila de Santo André da Borda do Campo, em que pese a sua curta existência e a posterior incorporação de seus moradores a São Paulo de Piratininga, assim como também tem relação com o antigo município de São Bernardo, criado em 1889, que incluía em seu território todos os futuros sete municípios do Grande ABC. Anos depois, em 1938, o município de São Bernardo passou a denominar-se Santo André, cujo território englobava o povoado de Rio Grande.

A futura região do ABC ganhou impulso definitivo com a inauguração da ferrovia, interligando o planalto com o litoral, em 1867. É desse ano que foram inauguradas as primeiras estações da São Paulo Railway (SPR), futura Estrada de Ferro Santos-Jundiaí (EFSJ). A inauguração da estação de Rio Grande em 1867 impulsionou o crescimento do povoado local, cujas origens coloniais se encontram no século XVII, a partir da abertura da então Capela de Santa Cruz.

A autonomia de Rio Grande da Serra, gestada durante o ano de 1963, atingiu o objetivo com um plebiscito que se realizou em 1º

de dezembro daquele ano, e marcou a emancipação do distrito ribeirão-pirense de Icatuaçu, na cidade caçula do Grande ABC.

Neste material o plebiscito será reconstituído a partir de informações que constam em dois processos administrativos – 2.322/53 e 5.861/63 – de criação do Distrito de Icatuaçu, primeiramente, e mais tarde do município de Rio Grande da Serra, arquivados na Assembleia Legislativa de São Paulo.

Movimento de moradores em prol da criação do distrito de paz

A autonomia de Rio Grande da Serra começou a ganhar corpo uma década antes da própria emancipação, quando em 29 de abril de 1953, um grupo de moradores do então povoado de Rio Grande encaminhou à Alesp ofício com o pedido de elevação da condição do povoado de Rio Grande para distrito de paz de Santo André.

Para dar prosseguimento ao pedido dos moradores, a Alesp, assim que recebeu o ofício, abriu um processo administrativo, o 2.322/53, sob a responsabilidade da Comissão Judiciária Administrativa.

Na Alesp, o ofício dos moradores, assinado por Miguel Carnavale, foi recebido pelo gabinete do deputado estadual Antônio Pinheiro Camargo Júnior (PTN) que, por sua vez, o encaminhou à sala de sessões para ser lido em plenário e depois passar a tramitar em processo no Departamento de Administração e Jurídico.

No ofício constava o seguinte pedido:

A população da povoação de Rio Grande, Distrito de Paz de Ribeirão Pires, Município de Santo André, comarca da capital, na sua justa e grande aspiração, ancorada pela lei orgânica dos municípios, por intermédio do abaixo-assinado constante deste processo, e representando mais de 30 eleitores, conforme

determina o parágrafo 1º do item 2 do artigo 21 da Lei nº 2.081, de 27 de dezembro de 1952, tem a honra de encaminhar à Vossa Excelência esta representação no propósito de pleitear a elevação de seu território, o povoado de Rio Grande, à condição de Distrito de Paz.

Dois meses e meio depois do requerimento ter sido protocolado na Alesp, a Comissão de Divisão Administrativa e Judiciária juntou ao processo o abaixo-assinado requerendo a emancipação de Rio Grande, juntamente com os comprovantes de residência e de idade dos signatários. As informações do documento foram atestadas por João Alves de Souza, tabelião interino da Comarca da Capital, distrito de paz de Ribeirão Pires, município de Santo André.

Figura 1: O povo diz "SIM".¹

Nome	Tempo de Residência no Distrito	Residência	Nº	Assinatura	Tax. Nacional nº
64	10 anos	Estrela Passagem	1	Miguel Camara	73 250 -
65	8 anos	"	2	Humberto Garcia	92 732
66	10 anos	Rio Grande	3	Ulciano Guimarães de Jato	1602
67	10 anos	Rio Grande	4	Luiz Carlos de Almeida	4826
68	13 anos	Rio Grande	5	Luiz Alberto	73369
69	27 anos	Rio Grande	6	João Gonçalves de Aguiar	105191
70	36 "	Rio Grande	7	Luiz Carlos de Almeida	105008
71	34 "	Rio Grande	8	Angelo Orlando	118 735
72	16 "	Rio Grande	9	Antônio Orlando	119 557
73	7 anos	Rio Grande	10	Yandira Marinho de Almeida Orlando	118 925
74	6 "	Rio Grande	11	Marcelo Tardes	138-251
75	6 "	Rio Grande	12	Marcelo Tardes	138-252
76	23 "	Rio Grande	13	Luiz Carlos de Almeida	122 273
77	22 "	Rio Grande	14	Luiz Carlos de Almeida	122 274
78	52 "	Rio Grande	15	Luiz Carlos de Almeida	122 275
79	10 "	Rio Grande	16	Luiz Carlos de Almeida	122 276
80	10 "	Rio Grande	17	Luiz Carlos de Almeida	122 277
81	23 "	Rio Grande	18	Luiz Carlos de Almeida	122 278
82	23 "	Rio Grande	19	Luiz Carlos de Almeida	122 279
83	30 "	Rio Grande	20	Luiz Carlos de Almeida	122 280
84	29 "	Rio Grande	21	Luiz Carlos de Almeida	122 281
85	27 "	Rio Grande	22	Luiz Carlos de Almeida	122 282
86	27 "	Rio Grande	23	Luiz Carlos de Almeida	122 283
87	27 "	Rio Grande	24	Luiz Carlos de Almeida	122 284
88	27 "	Rio Grande	25	Luiz Carlos de Almeida	122 285
89	27 "	Rio Grande	26	Luiz Carlos de Almeida	122 286
90	27 "	Rio Grande	27	Luiz Carlos de Almeida	122 287
91	27 "	Rio Grande	28	Luiz Carlos de Almeida	122 288
92	27 "	Rio Grande	29	Luiz Carlos de Almeida	122 289
93	27 "	Rio Grande	30	Luiz Carlos de Almeida	122 290
94	27 "	Rio Grande	31	Luiz Carlos de Almeida	122 291
95	27 "	Rio Grande	32	Luiz Carlos de Almeida	122 292
96	27 "	Rio Grande	33	Luiz Carlos de Almeida	122 293

Fonte: Do autor.

1 Os 32 moradores do povoado que assinaram o pedido declararam possuir moradia no território há mais de dois anos, conforme estabelecia a Lei 2.081/52.

Entre os nomes do abaixo-assinado estão pessoas que iriam figurar como os emancipadores de dez anos depois: Miguel Carnavale encabeçando a relação, seguido de Henrique Amoni, Ubirajara Guimarães da Silva, Frederico Figueiredo, Luiz Orlando, José Domingues, João Mariano Filho, Ângelo Orlando, Dirce Orlando, Jandira Marcelina da Silva Orlando, Maria Sabaghi, Miguel Reis, Romeu Castelucci, Guariano Mariano, Brígida Castelucci, Ada Castelucci, Yolanda Castelucci Figueiredo, João Castelucci, Dolores de Lourdes, Vicente Lopes e Benedito Nunes de Moura.

No corpo do processo é possível verificar uma troca de ofícios entre Miguel Carnavale e os demais signatários do abaixo-assinado e o Departamento de Obras e Serviços Municipais da Prefeitura de Santo André. Pela certidão de número 60, de 5 de maio de 1953, o chefe de expediente do departamento, Fioravante Signorelli, confirmava a existência no povoado de Rio Grande de mais de 50 habitações, condição exigida por lei para o povoado se transformar em distrito.

Em setembro do mesmo ano, o processo registra outra troca de documentos, desta vez entre a Prefeitura de Santo André e a Comissão de Divisão Administrativa e Judiciária da Alesp. Depois de analisar os requisitos para a criação do distrito, a comissão da Assembleia Legislativa chegava à conclusão de que havia falhas a serem corrigidas, e as informaria por ofício tanto ao prefeito andreense, quanto à comissão de moradores do povoado. As falhas apontadas foram: não era possível comprovar a existência das 50 habitações e nem de que o povoado contava com mais de mil moradores.

No dia 4 de setembro, ofício assinado pelo deputado Leônidas Camarinha (PSP), presidente da Comissão Administrativa e Judiciária direcionada ao prefeito de Santo André, informava sobre as falhas e pedia as devidas providências. Como curiosidade, o ofício

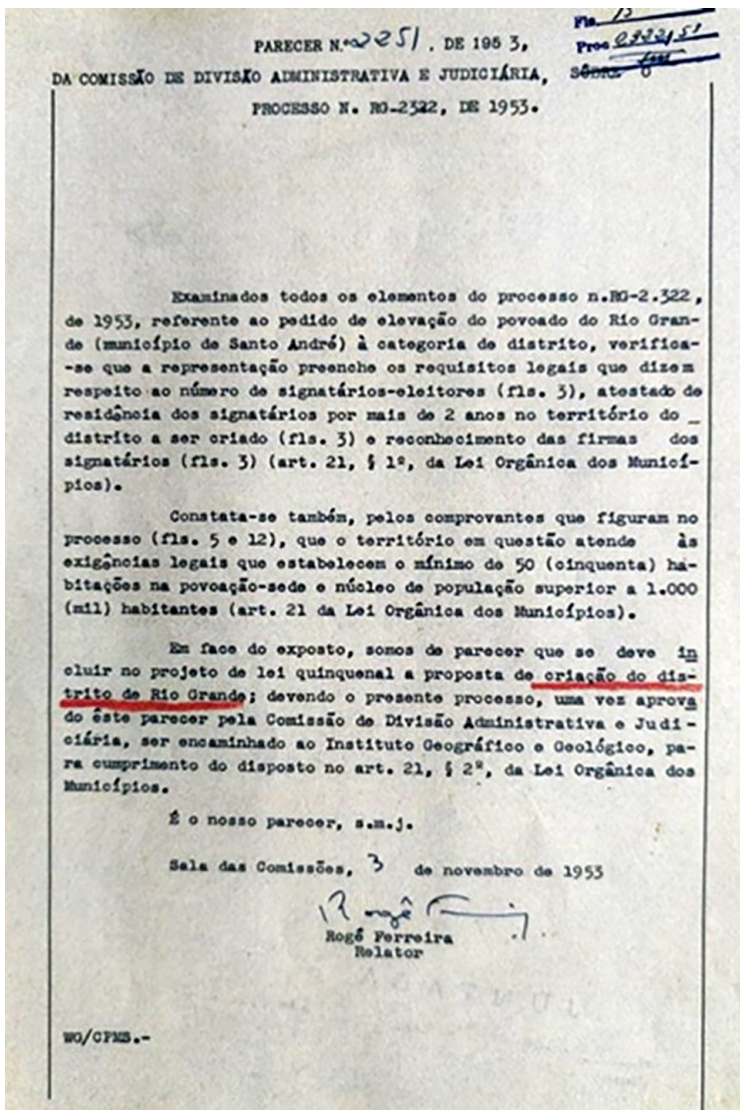
encaminhado tratava de três processos de criação de distritos, o 2.322/53 (povoado de Rio Grande), o 2.323/53 (Ouro Fino, Ribeirão Pires) e o 2.360/53 (Capuava, Mauá).

A resposta da Prefeitura de Santo André chegou por meio do ofício GP 1390-9-53, de 15 de setembro, com a reprodução de certidão da Chefia de Divisão do Expediente, atestando a existência de mais de mil moradores no povoado, ancorada em recente levantamento estatístico. A devolutiva de Santo André foi assinada pelo prefeito em exercício Pedro Dell'Antônia (PSP).

Por fim, em 3 de novembro de 1953, o deputado Rogê Ferreira (PSB), relator do processo, assinou parecer junto à Comissão Administrativa e Judiciária validando as respostas da Prefeitura de Santo André no curso do processo. Reproduzimos a parte final do parecer do relator: “em face do exposto, somos de parecer que se deve incluir no projeto de lei quinquenal a proposta de criação do Distrito de Rio Grande”.

Com a emancipação do distrito de Ribeirão Pires, no final de 1953, o parecer aprovado de Rogê na Alesp tornou-se válido para delimitar a configuração territorial do novo município a partir de 1954. Denominado de Icatuaçu, o antigo povoado de Rio Grande tornou-se um dos distritos do município de Ribeirão Pires, ao lado de Iupeba (atual Ouro Fino).

Figura 2: Cria-se o distrito de Rio Grande.²



Fonte: Do autor.

2 Parecer histórico de Rogé Ferreira, de 03/11/1953, incluiria na lei quinquenal a criação do Distrito de Rio Grande (Icatuaçu).

Processo Alesp 5.861/63 – emancipação de Rio Grande da Serra

A próxima luta dos autonomistas seria travada uma década mais tarde, com o objetivo de fazer do Distrito de Icatuaçu (Rio Grande) município autônomo. Com quase dez anos de existência do distrito de Icatuaçu, os seus moradores resolveram se organizar em um movimento autonomista, com o objetivo de se separar territorialmente de Ribeirão Pires, tornando-se assim um novo município, o sétimo da região.

Em 29 de abril de 1963, o deputado estadual Adhemar Monteiro Pacheco (PST) encaminhou à Comissão de Divisão Administrativa e Judiciária da Assembleia Legislativa de São Paulo (CDAJ/ALESP), abaixo-assinado com 155 nomes de moradores do antigo povoado de Rio Grande, atual Distrito de Icatuaçu, município de Ribeirão Pires, solicitando a elevação do distrito, juntamente com o de Paranapiacaba, à condição do município sob a denominação de Rio Grande da Paulicéia. As assinaturas foram entregues ao deputado por comissão integrada por Felício Sabbag, Adelino Figueiredo, Arsênio Figueiredo e Carlos José da Graça Veiga Carlson, sendo este oficial do Registro Civil do Tabelionato Icatuaçu e futuro primeiro prefeito do novo município.

Na justificativa pela escolha do nome Rio Grande da Paulicéia ao pretendido novo município, os moradores abaixo-assinados afirmavam que, desde a sua fundação, o distrito nunca deixou de ser chamado por Rio Grande, mesmo antes da instalação da Estrada de Ferro São Paulo Railway, sendo ponto de pouso dos tropeiros negociantes de sal que seguiam em direção a Mogi das Cruzes, pela então Estrada do Zanzalá, conforme relatos de historiadores e até mesmo em registros publicados pelos jornais *A Província de S.Paulo* (atual *O Estado de S.Paulo*) e *Correio Paulistano*.

Ainda na defesa em prol da emancipação, os moradores davam fé de que a localidade estaria em condições de se tornar município, pois contava com “numerosas vilas ou loteamentos, com residências espalhadas para todos os lados”. Um ofício do Juízo da 183ª Zona Eleitoral certificava que o Distrito de Icatuaçu possuía cinco seções eleitorais com 1.349 eleitores inscritos.

Figura 3: Atestado dos signatários.³



Fonte: Do autor.

3 O ex-subprefeito de Icatuaçu Adelino Figueiredo, na condição de juiz de paz e de casamentos do distrito, atestaria que os signatários do pedido de emancipação cumpriam a condição de domiciliação e residentes de Icatuaçu.

No curso do processo da emancipação de Rio Grande da Serra, algumas falhas de instrução foram apontadas, o que poderia ter atrapalhado os trâmites do processo de emancipação. Por exemplo, um despacho da presidência da CDAJ/ALESP de 17 de junho de 1963 apontava que na representação não constava a prova de que os 155 signatários fossem eleitores de fato, exigia-se o reconhecimento de firma de cada uma das assinaturas, e não somente da primeira e da última como foi feito, a ausência de documento que pudesse comprovar qual a distância e os meios de comunicação entre Icatuaçu e a sede do município de Ribeirão Pires, além de informações atualizadas sobre o número de habitantes e da arrecadação orçamentária.

Já no dia seguinte, 18 de junho de 1963, o presidente da CDAJ/ALESP, deputado estadual Orlando Zancaner (PSP), encaminhou três ofícios (CDAJ – 99/63, 100/63 e 101/63), cobrando solução para as falhas do processo.

O primeiro ofício, endereçado a Felício Sabbag, primeiro signatário do abaixo-assinado e subprefeito do distrito à ocasião, pedia o envio de certidão do escrivão eleitoral da comarca de Santo André comprovando a qualidade de eleitores de todos os signatários. Além disso, o tabelião do distrito de Icatuaçu, Carlos José da Graça Veiga Carlson, ficava convocado a comparecer à CDAJ munido de todos os carimbos, a fim de proceder o reconhecimento das firmas.

Já o segundo ofício, encaminhado ao diretor geral do Departamento de Estatística do Estado, Teófilo de Vasconcelos, solicitava a estimativa populacional de 1962 de Icatuaçu, como também a população existente em 1960, e quais são os meios de comunicação entre a sede do distrito e o município a qual pertence (Ribeirão Pires), indicando com precisão a distância entre ambos.

Por fim, o terceiro ofício, destinado ao prefeito de Ribeirão Pires, Adaquir Prisco (PDC), cobrava o envio de certidões com o montante da

renda arrecadada no exercício de 1962 e a respectiva receita orçada para o exercício em curso, ambos referentes ao distrito de Icatuaçu.

Em resposta aos respectivos ofícios, o Juízo da 183ª zona eleitoral de Santo André informava, após o encerramento de inscrições e de transferência de eleitores visando o pleito de 7 de outubro de 1962, a ocorrência de 17.573 eleitores no município de Ribeirão Pires, dos quais 1.386 votantes inscritos nas cinco seções do distrito de Icatuaçu da 156ª zona eleitoral.

Na devolutiva do Departamento de Estatística do Estado de São Paulo, a população de Icatuaçu em 1962 (até 1º de julho) era de 4.568 moradores; já em 1960, também até 1º de julho, o censo fecharia em 3.955. E a distância entre o distrito de Icatuaçu e a sede do município de Ribeirão Pires, ainda em 1962, era de seis quilômetros por rodovia, servida por linha de ônibus, e 4,417 km por ferrovia.

Já a solicitação feita à Prefeitura de Ribeirão Pires, reforçada por ofício de 3 de junho de 1963, assinado pelo então tabelião Carlos José da Graça Veiga Carlson, com pedido acerca dos lançamentos de tributos foi indeferido pelo Departamento de Administração em 12 de junho de 1963.

Depois do indeferimento às informações tributárias pela Prefeitura de Ribeirão Pires, outro ator entrou no jogo da emancipação de Icatuaçu: o vereador e presidente do Legislativo da cidade, Antônio Simões (PTN). Em ofício ao deputado estadual Cyro Albuquerque (PSP), Simões pedia ao deputado esforços “no sentido de ser evitada a pretensa emancipação daquele distrito (Icatuaçu), para evitar os prejuízos que advirá para o município de Ribeirão Pires que se encontra em franco progresso”.

Os argumentos de Antônio Simões de defesa aos interesses de Ribeirão Pires eram os seguintes:

1. O distrito de Icatuaçu, ex-Rio Grande, distancia-se da sede do Município apenas seis quilômetros;

2. O serviço de abastecimento de água para a cidade, que está sendo elaborado com a colaboração do Estado, tem naquele distrito o seu manancial e reservatórios;
3. A pavimentação da Estrada que liga o distrito à sede está sendo executado com a colaboração da Prefeitura de Ribeirão Pires;
4. As indústrias daquele distrito serão beneficiadas com a elevação do potencial elétrico que está sendo conseguido pela Prefeitura Municipal de Ribeirão Pires, junto à São Paulo Light S.A, cujos serviços já se encontram em franco adiantamento para conclusão rápida.

Diante da recusa da Prefeitura de Ribeirão Pires em fornecer a projeção tributária para 1963, outro abaixo-assinado foi encaminhado aos deputados da Alesp com cálculo feito pelo contador Daniel Carpinelli Junior de que só o Distrito de Icatuaçu alcançaria a renda de 32 milhões de cruzeiros. Segundo este documento:

Solicitamos desta augusta Assembleia a nomeação de elementos para promover a Certidão de Renda, injustamente negada pela autoridade que assim deixou de cumprir o seu dever ajudando a criar mais um município rico, célula de trabalho a mais de quatrocentos anos, pois que Rio Grande era caminho para Mogi na sua fundação (Mogi das Cruzes) pela Estrada do Zanzalá, onde passava as tropas com sal então naquele tempo, que de Santos vinha para Mogi das Cruzes.

O abaixo-assinado, de 5 de setembro de 1963, contava com 17 nomes, entre os quais são possíveis a identificação de Ubirajara Guimarães da Silva, Juarez Vieira, Antonio Carnaval, Ernesto Alves dos Santos, Jackson dos Santos, Antonio Garrido, Olimpico da Silva, Ariosvaldo dos Santos, Adelino Figueiredo, Luiz Orlando, Octávio Orsini, Rubens Zimpeck e Carlos José da Graça Veiga Carlson.

Depois de receber o abaixo-assinado, o deputado estadual Orlando Zancaner (PSP), presidente da CDAJ, solicitou ao presidente da casa, Cyro Albuquerque (PSP), em 17 de setembro de 1963, o envio de um contador da Alesp a Ribeirão Pires a fim de proceder junto à Prefeitura local, o levantamento da arrecadação de impostos e taxas municipais de 1962, referentes ao Distrito de Icatuaçu, bem como a receita projetada para 1963.

Zancaner relatava ainda ter solicitado ao prefeito as mesmas informações, para que ficasse comprovado o preenchimento ou não, de requisito relativo à renda mínima exigida para emancipação de municípios que, no presente caso, seria de um milhão de cruzeiros.

Como até aquele momento as certidões solicitadas não haviam sido repassadas, e com o pouco tempo disponível para a elaboração do projeto de lei quinquenal, ao qual se atualizava o quadro territorial do Estado, a presença do contador no referido município se fazia necessária.

Uma outra frente contra a tentativa de Icatuaçu em se emancipar partiu do Instituto Geográfico e Geológico (IGG), ligado à Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura. Numa circular de 23 de outubro de 1963, a geógrafa Maria Alice dos Reis Araujo se posiciona contrariamente à autonomia do distrito com uma contundente argumentação que faremos questão de reproduzir agora na sequência:

1. Estivemos na área do atual distrito de Icatuaçu e pudemos constatar que o distrito é o que se pode denominar núcleo dormitório porque 60% de sua população ativa se desloca diariamente, pela manhã, para o trabalho em fábricas de Ribeirão Pires, Santo André e São Caetano, regressando à noite. Assim sendo, o distrito se mantém, durante o dia, muito calmo, com um pequeno movimento de mulheres e crianças.

2. De acordo com a função de subúrbio do ABC, Icatuaçu vem se estruturando vagarosamente no processo de urbanização. O número de estabelecimentos terciários é muito reduzido, uns 8 armazéns e bares, 1 farmácia e 1 açougue; a função secundária também é pouco expressiva, 1 litografia e 1 fábrica de adubos químicos, ambas servindo-se de poucos operários; enquanto que a função residencial é a dominante, 16 loteamentos aí foram feitos, esboçando-se uma vila operária; mais de 80% dos lotes foram vendidos a operários de Santo André, São Caetano, Mauá e Ribeirão Pires, o que é bem explicável de acordo com a circulação da área, cuja população se serve principalmente da E.F.S.J*, que corta o núcleo de Icatuaçu.
3. É pretensão dos moradores do bairro (distrito) a anexação de uma área de Paranapiacaba, onde está situada a Indústria Eletro-Cloro, grande potência econômica, que poderia trazer benefícios ao novo município, mas estivemos lá para nos informar a respeito das suas relações com Icatuaçu, e ficamos sabendo que estas são das menores; a Eletro-Cloro tem relação direta e administração com São Paulo e os seus operários, na maior parte, residem em Ribeirão Pires e Mauá. No escritório da empresa ficamos sabendo que (os operários) não têm o menor interesse em pertencer ao novo município; estariam, sim, de acordo se fosse anexado a Ribeirão Pires.
4. Pelas nossas pesquisas na área, como distrito próximo à Capital, tem Icatuaçu dois tipos que dominam na paisagem agrária: a colônia de origem japonesa, em cujas terras, é explorada intensivamente a horticultura, e a das chácaras e sítios de recreio.
5. Assim sendo, somos de parecer contrário ao atendimento do pedido de criação do município, tendo em vista a sua vocação de subúrbio operário do ABC, como também não

estar ainda se estruturando nem o desenvolvimento industrial, nem o comercial, explicável devido à sua proximidade (6 km) de Ribeirão Pires”.

6. Como complemento ao relatório da geógrafa Maria Alice, a engenheira chefe da seção de estudos geográficos do IGG, Zilda Sampaio Perroni, assinalou que por contar com área territorial de 31 km², o distrito de Icatuaçu possuía uma área “diminuta e insignificante para constituir uma célula municipal”.
7. Os relatórios foram encaminhados à CDAJ da Alesp, acompanhados de mapas das divisas entre Icatuaçu e Paranapiacaba e daquele com Ribeirão Pires.

Depois de quase um ano de tramitação, o plebiscito para votar a autonomia de Icatuaçu receberia parecer favorável. Assinado pelo deputado e relator Élio Bernardi (PTB), em 5 de novembro de 1963, o parecer 3.262/63, deixava claro que todos os elementos do processo 5.861/1963 haviam sido examinados, e que, preenchidos requisitos legais e técnicos, concluía-se que a Alesp deveria determinar a realização do plebiscito, mas submetendo o pedido à apreciação da CDAJ.

Em 8 de novembro de 1963, a resolução 461, da mesa diretora da Alesp, iria oficializar a realização do plebiscito de consulta à população do território compreendido pelas divisas do distrito de Icatuaçu, município de Ribeirão Pires e comarca de Santo André.

Figura 4: Plebiscitos pelas autonomias.⁴



Fonte: Do autor.

Enfim, o plebiscito pela autonomia de Icatuaçu foi realizado em um domingo, 1º de dezembro de 1963. Foram às urnas 633 eleitores, distribuídos em cinco seções eleitorais, agregadas na 183ª zona eleitoral do Distrito de Icatuaçu.

Na 1ª seção, urna 10.730, compareceram 213 eleitores, com 144 votos no “sim”, 56 no “não”, seis em branco e sete anulados.

Já na 2ª seção, urna 10.731, foram registrados 124 eleitores, com 93 votos no “sim”, 29 no “não” e dois anulados.

A 3ª seção, urna 10.732, apresentaram-se 109 eleitores, com 73 votos no “sim”, 32 no “não”, dois em branco e outros dois nulos.

4 Edição de 17/11/1963 do jornal 'News Seller', atual *Diário do Grande ABC*, informava a realização de plebiscito pela autonomia de Icatuaçu para 1º de dezembro daquele ano.

Na 4ª seção, urna 10.733, compareceram 91 eleitores, com 57 votos no “sim”, 30 votos no “não” e quatro votos anulados.

E na 5ª seção, urna 10.734, apresentaram-se 96 eleitores, com 73 votos no “sim”, 19 “não”, dois em branco e dois votos nulos.

Por meio do ofício 254/63, de 3 de dezembro de 1963, o juiz de direito e presidente da junta apuradora Carlos Gomes dos Reis informaria ao presidente da Alesp, deputado Cyro Albuquerque (PSP), o resultado do plebiscito em Icatuaçu:

Figura 5: O sétimo município do Grande ABC.⁵

RR. 160

PODER JUDICIÁRIO
PALÁCIO DA JUSTIÇA
SÃO PAULO
COMARCA DE SANTO ANDRÉ

OF. Nº 254/63

3 de dezembro de 1963

INCLUIDO NO EXPEDIENTE DA
SESSÃO DE 6/12/1963

Folha n. 89
Proc. 12242/63

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a essa Augusta Assembléia que são os seguintes, os resultados do plebiscito realizado neste comarca no dia 1º de dezembro p. passado, tudo de conformidade com a ata final e mapas de apuração que ora encaminho a Vossa Excelência:

<u>ICATUAÇU</u>	-	SIM - 440	votos
		NÃO - 166	votos
		10	votos em branco
		17	votos nulos
		633	Total de comparecimento

Fonte: Do autor.

Comparecimento: 633 eleitores

SIM: 440 votos

NÃO: 166 votos

10 votos em branco

17 votos nulos

5 O juiz eleitoral Carlos Gomes dos Reis informava à Alesp o resultado oficial e histórico que sacramentaria a autonomia de Rio Grande da Serra.

Com esse resultado ficava criado o sétimo município da região, Rio Grande da Serra e não da Paulicéia, como subscreveram os signatários no primeiro abaixo-assinado. Oficialmente o novo município de Rio Grande da Serra constaria da lei estadual 8.092, de 28 de fevereiro de 1964, como parte da comarca de Ribeirão Pires.

Referências

Acervo:

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Câmara Municipal de Ribeirão Pires

Câmara Municipal de Rio Grande da Serra.

Diário do Grande ABC.

Prefeitura Municipal de Rio Grande da Serra.

Irineia José Midolli: a mulher que moldou o curso da história política de Rio Grande da Serra

Evandro Midolli

Em um Brasil submetido ao regime militar e a uma cultura política historicamente dominada por homens, Rio Grande da Serra produziu uma exceção notável que desafiou as estruturas de poder da época. No centro dessa ruptura esteve Irineia José Midolli, uma liderança cuja trajetória não se limita à ocupação de cargos públicos, mas se explica pela confiança reiterada do eleitorado e por uma atuação decisiva na consolidação institucional de uma cidade recém-emanipada. Irineia não foi apenas uma gestora de seu tempo; ela atuou como uma construtora de bases duradouras, pautando sua vida pública em um estilo de liderança marcado pela firmeza, sobriedade e um profundo senso de dever. Essa autoridade política, no entanto, não nasceu no vácuo, mas foi forjada muito antes de sua entrada oficial na vida pública, quando ela já se destacava como uma referência fundamental no ambiente familiar e comunitário.

Figura 1: Irineia José Midolli.



Fonte: Acervo do autor.

Essa base moral sólida foi construída em uma época em que a palavra empenhada possuía um peso determinante e o caráter se forjava no cotidiano das relações humanas. A postura de Irineia refletia valores clássicos como o respeito, a responsabilidade e uma coerência absoluta entre o discurso e a ação, distanciando-se de qualquer retórica expansiva ou personalista. Sua liderança se impunha pela constância das atitudes, fazendo com que o sobrenome Midolli passasse a simbolizar pertencimento e orientação moral para a população local. Esse patrimônio imaterial atravessou gerações e fundamentou a credibilidade necessária para que ela liderasse o município em um momento de transição crítica, quando Rio Grande da Serra buscava sua emancipação político-administrativa.

A cidade conquistou sua independência em 1964, após o plebiscito de 1º de dezembro de 1963, deixando de ser um território dependente de Ribeirão Pires. O nascimento do novo município ocorreu em um dos períodos mais restritivos da história nacional, exigindo que a administração fosse criada praticamente do zero, sob escassez de recursos e em um ambiente político predominantemente masculino. Diante desse cenário que não admitia improvisos,

Irineia já se destacava como peça-chave no movimento autonomista. Ela participou diretamente das articulações e da mobilização popular que defendiam a independência administrativa como o único caminho para o desenvolvimento local, posicionando-se no núcleo fundador da cidade não como mera observadora, mas como agente direta de um processo histórico que culminou na organização dos poderes municipais.

Com a consolidação da emancipação, iniciou-se o desafio de estruturar o Legislativo, onde Irineia fez história ao ser eleita vereadora por dois mandatos consecutivos, tornando-se a primeira mulher a ocupar uma cadeira e, posteriormente, a presidência da Câmara Municipal. Sua atuação legislativa concentrou-se na construção das bases legais do poder público e no equilíbrio institucional em um período político extremamente sensível. Essa capacidade de articulação e seriedade no cumprimento do dever administrativo garantiu-lhe uma legitimidade política rara, resultando em seu retorno à Câmara na década de 1990 a pedido da população. Entretanto, foi em 1973 que ela rompeu definitivamente as barreiras de gênero ao ser eleita prefeita por voto direto, tornando-se uma das poucas mulheres a comandar um executivo municipal no Brasil daquele período.

Durante seu mandato como prefeita, entre 1973 e 1977, Irineia imprimiu uma gestão técnica e austera, priorizando a organização administrativa e a estruturação de serviços essenciais para que o município pudesse funcionar plenamente. Sob seu comando, foram sancionadas leis fundamentais que até hoje servem como pilares da prefeitura, como as normas de organização administrativa, a estruturação de cargos efetivos e a regulamentação orçamentária. Seu olhar estratégico também se voltou para a infraestrutura e o planejamento urbano, com a desapropriação de áreas para uso coletivo, o início das obras do Ginásio Esportivo Municipal e a consolidação do Centro Social Urbano – espaço que, anos mais tarde,

daria origem à atual ETEC da cidade, consolidando-se como referência regional em educação.

Para além das conquistas administrativas, sua gestão trouxe projeção simbólica e reconhecimento institucional para a jovem Rio Grande da Serra. Um marco dessa relevância ocorreu em 1975, quando a prefeita recebeu o Cardeal Albino Luciani, então Patriarca de Veneza, que dois anos depois seria eleito o Papa João Paulo I. A cobertura da imprensa regional, através de veículos como o Diário do Grande ABC e a Folha do ABC, destacava constantemente seu pioneirismo e coragem institucional. Mesmo após deixar o Executivo, Irineia não se afastou da vida pública, retornando à vereança em 1989 com foco em pautas sociais e educação ambiental, demonstrando que seu compromisso com a cidadania era permanente e independente do cargo ocupado.

Figura 2: O cardeal Albino Luciani em Rio Grande da Serra.



Fonte: Diário do Grande ABC.¹

1 Créditos reservados ao *Diário do Grande ABC*. Veja matéria completa, disponível em: <https://www.dgabc.com.br/Noticia/4231109/ha-50-anos-cardeal-que-se-tornaria-papa-rezou-missa-na-regiao>.

Ao encerrar sua trajetória eletiva, ela retornou à sua vocação original na Educação, atuando como professora na rede estadual de ensino. No magistério, dedicou-se à formação de novas gerações com o mesmo rigor ético e compromisso público que marcaram sua atuação política, permanecendo ativa na vida comunitária até sua aposentadoria. Irineia José Midolli permaneceu residindo na cidade que ajudou a fundar, mantendo-se como uma bússola moral para os cidadãos. Seu legado está inscrito na luta pela emancipação, na solidez das instituições locais e no marco histórico de uma mulher que, em tempos de exceção democrática, utilizou o serviço público para moldar o destino político de Rio Grande da Serra com dignidade e responsabilidade.

Figura 3: Um legado que inspira.



Fonte: Acervo do autor.

Referências

Acervo:

Câmara Municipal de Rio Grande da Serra.

Diário do Grande ABC.

Folha do ABC.

Prefeitura Municipal de Rio Grande da Serra.

Bibliográficas:

LANA, Thainá. Há 50 anos, cardeal que se tornaria papa rezou missa na região. *Diário do Grande ABC*, Santo André, 3 maio 2025. Disponível em: <https://www.dgabc.com.br/Noticia/4231109/ha-50-anos-cardeal-que-se-tornaria-papa-rezou-missa-na-regiao>. Acesso em: 5 fev. 2026.

MEDICI, Ademir. O papa e o Grande ABC. *Diário do Grande ABC*, Santo André, 19 fev. 2013. Disponível em: <https://www.dgabc.com.br/Noticia/290724/o-papa-e-o-grande-abc>. Acesso em: 1 fev. 2026.

MUSEU DA MEMÓRIA DE RIO GRANDE DA SERRA. *Biografia de Irineia José Midolli*: Pioneirismo e Educação. [Acervo Digital/Físico]. Rio Grande da Serra, SP.

RIO GRANDE DA SERRA. *Lei nº 85*, de 1973. Dispõe sobre a Organização Administrativa da Prefeitura Municipal de Rio Grande da Serra e dá outras providências. Rio Grande da Serra, SP, 1973.

RIO GRANDE DA SERRA. *Lei nº 88*, de 1973. Dispõe sobre a Estruturação dos serviços públicos municipais. Rio Grande da Serra, SP, 1973.

RIO GRANDE DA SERRA. *Lei nº 91*, de 1974. Dispõe sobre a criação de cargos efetivos e regulamentação orçamentária. Rio Grande da Serra, SP, 1974.

RIO GRANDE DA SERRA. *Lei nº 154*, de 1976. Autoriza a doação de área de terreno para construção de unidade escolar na Vila Conde Siciliano. Rio Grande da Serra, SP, 1976.

RIO GRANDE DA SERRA. Câmara Municipal. Galeria de Presidentes e Legislaturas. Disponível em: <https://www.camarargserra.sp.gov.br/>. Acesso em: 5 fev. 2026.

SÃO PAULO (Estado). Assembleia Legislativa. *Processo de Emancipação de Rio Grande da Serra (Plebiscito de 1963)*. São Paulo: ALESP, 1963-1964.

Marcos históricos da região do Grande ABC e de seus movimentos autonomistas

Rodrigo Marzano Munari

1553 – Fundação da Vila de Santo André da Borda do Campo, povoamento estabelecido por João Ramalho no Planalto de Piratininga. Sua localização exata, que provocou (e continua a provocar) inúmeros debates entre pesquisadores, ainda é desconhecida; sabendo-se que a antiga vila se situava em território hoje pertencente ao Grande ABC, em terras que provavelmente compreendiam parte do atual município de São Bernardo do Campo.

1554 – Criação, em 25 de janeiro, do Colégio Jesuítico ao redor do qual surgiu o povoado de São Paulo dos Campos de Piratininga, que seria elevado à condição de vila no ano de 1560.

1560 – Extinta, por ordem do Governo-Geral, a Vila de Santo André da Borda do Campo, que estava sob contínua ameaça de ataques indígenas, foram seus moradores transferidos para a recém-criada Vila de São Paulo.

1717 – Início da construção, capitaneada pelos monges da Ordem de São Bento, de duas capelas em suas fazendas localizadas no Tijucuçu e na Borda do Campo, dedicadas, respectivamente, a São Caetano e a São Bernardo, nomes pelos quais ficariam conhecidos não só as fazendas como também os bairros que as circundavam.

1812 – Determina-se a criação, por Resolução Régia de 23 de setembro, da Freguesia de São Bernardo, que pode ser considerada a “semente” do Grande ABC.

1867 – São abertos ao tráfego os trilhos da São Paulo Railway, a primeira estrada de ferro paulista, concebida para ligar a cidade portuária de Santos a Jundiá, no interior de São Paulo. A partir desse ano, as diversas estações ferroviárias, consolidando-se no decorrer das décadas seguintes, operariam como núcleos do desenvolvimento urbano inicial das suas respectivas cidades: Estação São Bernardo (1867), na atual cidade de Santo André; Estação Rio Grande (1867), na atual Rio Grande da Serra; Estação Pilar (1883), na atual Mauá; Estação São Caetano (1883); e Estação Ribeirão Pires (1885). Há que se mencionar também a Estação Alto da Serra (1867), atual Paranapiacaba, que, embora não tenha dado origem a um município, foi ponto de partida para o estabelecimento de um pequeno núcleo urbano.

1877 – São fundados os núcleos coloniais de São Bernardo e São Caetano, em terras compradas pelo governo imperial dos monges beneditinos (fazendas de São Caetano, São Bernardo e Jurubatuba), para o estabelecimento de imigrantes europeus, sobretudo italianos. Um terceiro núcleo colonial na região seria fundado em Ribeirão Pires, em 1887.

1889 – Por lei provincial de 12 de março, a Freguesia de São Bernardo, emancipando-se da capital paulista, é elevada à categoria de vila, com um território que compreendia toda a atual região do Grande ABC. O município seria efetivamente instalado no ano seguinte, já durante o regime republicano (instaurado em 15 de novembro de 1889).

1938 – Por decreto de 30 de novembro, assinado pelo então interventor federal no Estado de São Paulo, Ademar de Barros, o Distrito de Santo André (criado em 1910) – que gozava de grande prosperidade devido à proximidade da ferrovia e à consequente atração de grandes indústrias – passa a ser a sede do município, rebaixando a antiga Vila de São Bernardo à condição de distrito.

O próprio nome do município, instalado em 1939, é alterado para sua “antiga denominação”: Santo André.

1944 – Por decreto de 30 de novembro, após intensas articulações políticas, com participação de diversos segmentos da sociedade local, São Bernardo recupera sua autonomia, desmembrando-se da cidade de Santo André e reencetando sua vida municipal com o nome de São Bernardo do Campo, município que seria oficialmente instalado no ano seguinte. Iniciam-se, com a emancipação de São Bernardo, as movimentações que levariam à organização dos processos autonomistas nos outros distritos da região, então cindida em dois municípios, e que resultariam, afinal, nos atuais sete municípios do Grande ABC.

1948 – Com a vitória do “sim” no plebiscito realizado na localidade em 24 de outubro, o Distrito de São Caetano (criado em 1916) alcança sua autonomia político-administrativa da cidade de Santo André. Por lei estadual de 24 de dezembro do mesmo ano, sancionada pelo governador Ademar de Barros, nasce o município de São Caetano do Sul, que se instala em 1949.

1953 – Em plebiscitos realizados no dia 22 de novembro, os distritos de Mauá (criado em 1934) e Ribeirão Pires (criado em 1896) emancipam-se de Santo André, tornando-se oficialmente municípios por lei estadual de 30 de dezembro do mesmo ano, assinada pelo governador Lucas Nogueira Garcez. Os dois novos municípios da região se instalam, efetivamente, em 1955.

1958 – No plebiscito realizado na localidade em 24 de dezembro, o Distrito de Diadema (criado em 1948) conquista sua emancipação da cidade de São Bernardo do Campo, sacramentada por lei estadual de 18 de fevereiro de 1959. Em 1960 realiza-se a instalação efetiva do novo município.

1963 – Rio Grande da Serra (distrito criado em 1953, com o nome de Icatuaçu), o mais jovem dos municípios da região, obteve sua

autonomia político-administrativa da cidade de Ribeirão Pires em plebiscito realizado no dia 1º de dezembro. A emancipação foi ratificada por leis estaduais de 31 de dezembro do mesmo ano e de 28 de fevereiro de 1964, que lhe deram sua atual denominação. Em 1965, foi oficialmente instalado como município.

Sobre os autores e as autoras

Ademir Medici: é jornalista formado pela Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero. Atua na Imprensa do Grande ABC desde 1968. Trabalha no Diário do Grande ABC desde 1972. Começou como repórter. Foi repórter especial, editor (Cidades e Política) e secretário de Redação. Obteve o Prêmio Esso de Jornalismo, em parceria com o jornalista Édison Motta, em 1976, pela série “*Grande ABC: a metamorfose da industrialização*”. Desde 2 de setembro de 1987 publica a coluna *Memória*, do *Diário do Grande ABC*, publicação diária transformada em página e que neste 2026 alcançará o seu ano 39. Mantém dois programas no DGABC-TV, “*Memória*” e “*Memória do Esporte*”. Possui 37 livros sobre história e memória, além de mais de 40 contribuições em obras coletivas.

Cecília Auxiliadora Bedeschi de Camargo: é formada em Arte-Educação, tem pós-graduação em Cultura Afro Brasileira e em Museografia. Técnica em Conservação e Restauro, memorialista, escritora e fotógrafa. Já publicou artigos, fotos e poemas em jornais, revistas e livros. Tem se dedicado à pesquisa da presença das mulheres na história de Mauá.

Cristina Toledo de Carvalho: é historiadora, mestre e doutora em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). É autora do livro *Migrantes amparados: a atuação da Sociedade Beneficente Brasil Unido junto a nordestinos em São Caetano do Sul* (1950-1965), lançado em 2015 pela Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, onde ocupa atualmente o cargo de assessora de difusão cultural. É também autora de diversos artigos publicados na Revista Raízes, publicação semestral da referida instituição, da qual é representante no Grupo Temático História e Memória, do Consórcio Intermunicipal Grande ABC. É membro do Grupo de Amigos do Movimento Autonomista (GAMA).

Evandro Midolli: é gestor de Tecnologia da Informação com 25 anos de experiência e pesquisador independente dedicado à memória histórica brasileira. Residente em Rio Grande da Serra (SP), utiliza a tecnologia como ferramenta estratégica para registrar e perpetuar identidades locais e trajetórias políticas. Suas pesquisas destacam-se pela análise do protagonismo feminino, com ênfase na trajetória de Irineia José Midolli, liderança que rompeu padrões durante o regime militar e abriu caminhos na política institucional.

Fabio Mikhail Abou Rejaili Siqueira: é advogado, cientista social e pesquisador com foco na historiografia da televisão brasileira. Bacharel em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM) e em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), possui sólida trajetória como musicólogo e crítico de arte. Atualmente, integra a diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP) para o triênio 2024-2026 e ocupa a Cadeira nº 12 da Academia Paulista de Jornalismo (APJ). Atua como conselheiro do Museu Brasileiro do Rádio e da Televisão (MBRTV), vinculado ao Centro Universitário Belas Artes de São Paulo, e colaborou em obras referenciais de instituições como o projeto Memória Globo e a Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. É coautor da biografia da cantora Salomé Parisio.

Fernando Santos da Silva: é historiador com doutorado e mestrado em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM). Com sólida formação acadêmica, é graduado em História, Geografia e Pedagogia, além de especialista em Docência no Ensino Superior. Sua produção bibliográfica é extensa, destacando-se as obras: *Interdisciplinaridade na Formação Acadêmica* (2024), *Manipulando Almas: a construção do imaginário paulista na Primeira República* (2ª ed., 2024) e *Maria Antônia: um retrato além da moldura* (2019). Como organizador, coordenou títulos como: *Olhares Contemporâneos: pessoas e lugares da história paulista* (2026), *Fronteiras entre História e outras Ciências Humanas*

(2025) e *Perspectivas Histórico-Literárias: reflexões, convergências e possibilidades* (2024). Foi colaborador da trilogia *História do Estado de São Paulo: a formação da unidade paulista* (UNESP/Imprensa Oficial), atuando no volume sobre Governo e Municipalidade. É membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP) e pesquisador da Rede Internacional de Pesquisa em História e Culturas no Mundo Contemporâneo (RIPHCC).

João Tarcísio Mariani: é Engenheiro, Administrador de Empresas, Consultor e Memorialista. Membro do Conselho Diretor da Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul. Membro e secretário Grupo de Amigos do Movimento Autonomista (GAMA). Monitor do Museu Sagrada Família – Catequese e Arte. Colaborador da Revista Raízes da Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, de 2004 a 2026.

João Tomás do Amaral: é doutor em Educação pela Universidade de São Paulo (USP) e Mestre em Matemática pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), possui sólida formação multidisciplinar em Engenharia Civil e Pedagogia – na qual tem habilitação em Magistério, Administração Escolar, Orientação Educacional e Supervisão Escolar. Com extensa carreira no Ensino Superior, atuou como docente e gestor em instituições como FATEC-SP, Universidade São Judas Tadeu, Universidade de Mogi das Cruzes, Universidade Guarulhos e Universidade do ABC, além de ter sido avaliador da CAPES/CNPq. É fundador e ex-presidente da Sociedade Brasileira de Educação Matemática (SBEM) e autor do Manual Compacto de Matemática, bem como, de vários encartes de CDs dedicados à Música Popular Brasileira, principalmente ao Movimento do Choro. Atualmente, preside o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP) e integra diversas entidades científicas nacionais e internacionais.

Jorge Henrique Scopel Jacobine: é bacharel em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP). Desde 2003 trabalha no Centro de Memória de São Bernardo do Campo, desenvolvendo

atividades de pesquisa, escrita de artigos, organização de exposições, coleta de acervo e ensino da História Municipal.

Maurício Tintori Piqueira: Pós-doutor em Educação, Arte e História da Cultura (EAHC) pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM); Doutor em Ciências Sociais, Mestre em História Social e Especialista em História, Sociedade e Cultura pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Licenciado em História pela Universidade do Grande ABC (UGABC) e Bacharel em Administração com ênfase em Comércio Exterior pela Universidade de São Caetano do Sul (USCS). Atualmente é Historiador da Prefeitura Municipal de Santo André atuando na Subprefeitura de Paranapiacaba e Parque Andreense, Professor da Base Nacional Comum e dos cursos de Gestão da Escola Técnica Estadual Lauro Gomes (ETEC Lauro Gomes), em São Bernardo do Campo, vinculada ao Centro Paula Souza (CPS), e professor universitário nas Faculdades Unidas de São Paulo (FAUSP).

Marcílio de Castro Duarte: é historiador e gestor cultural, atuando também no campo das artes visuais, literatura e música. Formado em comunicação, possui pós-graduação lato-sensu em gestão cultural pela ECA – Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo e pela Universitat de Girona (UdG), em parceria com o Instituto Itaú Cultural e Cátedra Unesco de Políticas Culturais e Cooperação. Possui extensão em Gestão do Patrimônio Cultural Imaterial (GPCI) Escola de Patrimônio Centro Lúcio Costa, IPHAN e UNESCO. Foi secretário-adjunto de Cultura e Turismo e Diretor de Turismo em Ribeirão Pires de 2014 a 2024, reativando o Centro de Apoio Técnico ao Patrimônio (CATP) e assinou como técnico os estudos de tombamento da Casa de Oswald de Andrade, Moinho Fratelli Maciotta, Casa de Herbert Richers, Bar da Estação, entre outros. Além de coordenar a reativação do Museu Histórico Municipal e da Pinacoteca Municipal Guilherme de Carvalho Dias, criou o Centro de Documentação Histórica Iracema Mathias Roca, que hoje preserva mais de 15 mil documentos. Em 2022, idealizou e

organizou a FLIRP – Feira Literária de Ribeirão Pires, reunindo cerca de 40 mil pessoas nas duas edições. *É autor de Uma cidade na serra: história e mito na evolução social de Ribeirão Pires* (EdUFABC, 2022).

Osmir Pereira da Rocha: é servidor público da Prefeitura do Município de Diadema há 31 anos, no cargo de Agente de Biblioteca. Há 5 anos trabalha no Centro de Memória de Diadema, tendo sido coordenador do espaço entre 2021 e 2024.

Roberto Nascimento Anastácio: é jornalista e pesquisador. Possui Pós-graduação em Gestão Pública e Economia Urbana pelas Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Graduado em Jornalismo pela Universidade de Mogi das Cruzes (UMC).

Rodrigo Marzano Munari: é doutor em História Social pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). Nessa mesma instituição obteve o mestrado, a licenciatura e o bacharelado em História. Atualmente é professor de História da Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul-SP. Dedicase ao estudo da história política do Brasil Império, e particularmente da província de São Paulo, com ênfase nos seguintes temas: eleições, legislação eleitoral, cidadania. Membro da Sociedade Brasileira de Estudos do Oitocentos (SEO) e do Grupo de Amigos do Movimento Autonomista (GAMA). Integra a Comissão Editorial da Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul. É autor do livro *Deputados e delegados do poder monárquico: eleições e dinâmica política na província de São Paulo (1840-1850)*, publicado pela Editora Intermeios em 2019.

Vanderlei Antonio Retondo: é graduado em Administração de Empresas pela Faculdade Senador Fláquer com extensão Universitária pela Fundação Getúlio Vargas em Negociação; Gestão e Ambiente de Trabalho; Gestão do Conhecimento; Dinâmica Organizacional; Gerenciamento de Projetos; Matemática Financeira e Master in Business Administration (MBA) em Gestão e Empreendedorismo

Social pela FIA/USP. Atuou como Assessor Cooperativo de Recursos Humanos na UNIPAR – União de Indústrias Petroquímicas S/A pôr 35 anos e na coordenação do Grupo de Sinergia do Pólo Petroquímico do ABC, levando o grupo à conquista do Prêmio Desempenho Empresarial concedido pela Revista Livre Mercado em 2003. Secretário de Desenvolvimento Econômico na Prefeitura de Santo André, (2009/2010) tendo como destaque a aprovação junto ao Governo do Estado de São Paulo do Banco do Povo Paulista, além da implantação do alvará imediato e da conclusão do Programa de Estímulo ao Desenvolvimento Econômico. Presidente Rotary Santo André-Norte 1999/2000 e 2008/2009; Presidente CAMP Piero Pollone (2001/2002); Vice-presidente da Casa da Visão (2014/2017), atual Diretor do Grupo Assistencial Irmão Romano e da Creche Fraternidade Menino Jesus, é participante ativo do Clube Cívico Cultural dos 21 Irmãos Amigos de Santo André. Cronista, Escritor e Palestrante Espírita.

Virgílio Antiqueira: é doutorando em Letras pelo Programa de Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo (USP), mestre em Letras pelo Programa de Linguística da Universidade de São Paulo (USP) e graduado em Letras pela Fundação Santo André. Pesquisa relações entre as nomeações dos lugares e fatores históricos, político-ideológicos sob a perspectiva da toponímia crítica e memória cultural.

Formado originalmente por pequenos povoados, a hoje reconhecida Região do Grande ABC – constituída por suas sete cidades – não passou durante séculos, de vilarejos paupérrimos. Eram diminutas 'villas', (grafadas então com dois 'ls'), zonas desvalorizadas, subdistritos desprestigiados e, certamente, distritos de pouca grandeza.

Esse cenário mudou com o processo de emancipação de cada um dos municípios, que não foi tranquilo nem pacífico. A população, exausta da condição de vila, soube se mobilizar e sensibilizar os demais moradores para criar fatos favoráveis à autonomia. O diálogo com as autoridades estaduais foi marcado por garra, percorrendo diversas etapas até a formalização das leis que autorizaram a criação das cidades.



Apoio:

